



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL /GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO /SEEDF
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA /CREP

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CENTRO DE ENSINO MÉDIO 01 DE PLANALTINA**

PLANALTINA / DF – 2022

IDENTIFICAÇÃO

GDF - SEE

**SUBSECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL
COORDENADORIA REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA**

Unidade Escolar: Centro de Ensino Médio 01 de Planaltina

Endereço: Setor Educacional Lotes A/B – Planaltina – DF

Cep: 73310-150

Zona Urbana

Função	Nome
Diretor (a)	NEDMA GONÇALVES GUIMARAES
Vice-Diretor (a)	EVERALDO JUNIO C. DE LIMA
Supervisores	DANILO DE SOUZA NOGUEIRA
	DANIELA CAVALCANTE DE ABREU
	PEDRO BARBOSA NETO
	IVAN JOSÉ DA SILVA
	ANDRÉIA CRISTINA DE S. NEVES
	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA NETO
Chefe de Secretaria	HELIO CARDOSO DE MATOS

CENTRO DE ENSINO MÉDIO 01 DE PLANALTINA

PLANALTINA / DF – 2022

Níveis de Ensino / Número de turmas

- Ensino Médio – Modalidade Semestral

24 Turmas Matutino

- 01 turma de 1ª série – EMTI
- 05 turmas de 1ª série – NEM
- 01 turma de 2ª série – EMTI
- 08 turmas de 2ª série - SEMESTRALIDADE
- 01 turma de 3ª série – EMTI
- 08 turmas de 3ª série - SEMESTRALIDADE

24 turmas Vespertino

- 01 turma de 1ª série – EMTI
- 11 turmas de 1ª série – NEM
- 01 turma de 2ª série – EMTI
- 05 turmas de 2ª série - SEMESTRALIDADE
- 01 turma de 3ª série – EMTI
- 05 turmas de 3ª série – SEMESTRALIDADE
- 01 turma EJA ESPECIAL Matutino:
- 01 turma EJA ESPECIAL Vespertino:

24 turmas Noturno

- 12 turmas: Educação de Jovens e Adultos – 3º Segmento
- 12 turmas: ENSINO MÉDIO SEMESTRALIDADE

- 02 Salas de Recursos Generalista – matutino
- 02 Salas de Recursos Generalista – vespertino
- 01 Salas de Recursos Generalista – noturno
- 01 Salas de Recursos Específica D.A. – noturno

APRESENTAÇÃO

Este presente documento atende ao processo de Gestão Democrática Escolar e apresenta objetivos que nortearão procedimentos a serem realizados no campo pedagógico, administrativo e financeiro visando aperfeiçoar esforços coletivos para melhorar a eficiência e a eficácia do trabalho realizado na escola.

A Proposta Pedagógica aqui apresentada corresponde a anseios e sugestões dos vários segmentos envolvidos no cotidiano da escola. Buscamos rever, inovar e manter ações que oportunizem os princípios de:

- Gestão Democrática
- Qualidade de Ensino
- Valorização dos Profissionais da Educação

A partir, especialmente, do cotidiano vivenciado e do cotidiano desejado, programamos nosso Plano de Ação com atividades que alcancem o nosso maior objetivo: O ESTUDANTE. Nosso Projeto Pedagógico adapta-se à realidade local, buscando compreender os valores culturais, as práticas sociais, os costumes e manifestações artísticas de nossa comunidade.

E como principal meta da administração escolar, queremos tornar possível a gestão democrática, com capacidades reais de gerenciamento tendo em vista as prioridades da escola, diagnosticadas com o apoio da coletividade.

Oportunizamos aos educandos a ação, a integração e a interação. Priorizamos a autonomia para oportunizar o exercício de enfrentar situações-problema, refletir, criar e transformar.

Histórico da Unidade de Ensino

O Ginásio de Planaltina teve sua sede primeira onde atualmente funciona o Centro de Ensino Fundamental 02. Foi fundado em 1961, com a finalidade de atender a comunidade em nível ginasial; seu primeiro diretor foi o professor Agenor.

Com o aumento crescente de alunos, em **1973**, o Colégio de Planaltina transfere suas instalações físicas para a atual sede e passa a denominar-se Centro Educacional 01 de Planaltina, sob a direção do professor **Afrânio Vieira de Brito**. Nessa nova escola os espaços eram mais apropriados ao desenvolvimento do projeto do Curso de Magistério.

Em **1976**, data oficial de abertura deste estabelecimento, o Curso Normal cola grau de sua primeira turma. Doze alunas foram logo chamadas para integrar a rede de ensino oficial.

Terminava **1976** e o Curso Normal se orgulhava por receber elogios em relatórios enviados pelos diretores das escolas que receberam suas primeiras professoras.

O sucesso era grande, cada ano mais e mais alunos queriam trilhar pelos caminhos do ensino, passando necessariamente pelo Curso Normal. Nessa Jornada em busca de aprendizagem constante, muitas amizades foram formadas, pessoas que acreditaram no ensino e fizeram da educação sua Bandeira, mulheres guerreiras, anônimas fazedoras de milagres... Milagres das primeiras letras... Milagres das primeiras lições... Milagre de alfabetizar... Milagre de carregar dentro de si a vida.

Em janeiro de **1979**, a professora Berenice passa inteiramente a direção da escola ao professor **Edgar de Castro**, que durante seis meses administrou o “Centrão”. No mês de julho do mesmo ano, assume a direção do Centro Educacional 01 de Planaltina a professora **Selma Mundim Guimarães**.

No ano de **1989** a direção da Escola ficou sob a responsabilidade da professora **Lúcia de Fátima Monteiro Guimarães**.

Em **1990** o professor **Vicente José Cardoso** assumiu a direção e deu início a Exposição de Ciências que é reconhecida pelas Universidades do Centro Oeste, tendo apoio irrestrito da UNB e da Universidade Católica.

Em **1996**, assumiu a direção a professora **Vitória de Jesus Costa Neves**, que teve um mandato de dois anos.

Em **1998**, assume o professor **Ayr Gonçalves de Meio Filho**; através de eleição direta pelos segmentos escolares. Este mandato durou dois anos. O professor ainda permaneceu como diretor até 2001.

Em **2002** o professor **Félix Gonçalves** assume a direção da escola.

Em 2003 a professora **Mércia de Almeida** assume a direção da escola.

Em 2004 o professor **Jader Campos da Silva** a convite assume a direção da escola. Em 2007 é escolhido pelo processo de Gestão Compartilhada. No ano de 2008, realizada a avaliação do processo de Gestão, permanece como gestor desta U.E. e continua sua Gestão até maio de 2014, quando assume a professora **Nedma Gonçalves Guimarães**, que tendo participado do processo de eleição da Gestão Democrática em 2013, como Vice-diretora, assume a função de Diretora. Em 2017, depois, 2019, após pleitos eleitorais, a mesma permanece, até a data atual.

Em 2019, por anseio da comunidade escolar devido à demanda educacional, a unidade escolar passa a ser denominada CENTRO DE ENSINO MÉDIO 01 DE PLANALTINA.

2020 e 2021 foram anos atípicos. A pandemia da COVID-19 mudou os rumos da educação. As questões educacionais se definiram também pelas questões sociais e emocionais. Anos que precisaram ser vistos com olhares e preocupações novas. O ser humano precisou se refazer.

Seguimos em 2022 com as preocupações de acolhimento e agora, com novos desafios, o NEM, NOVO ENSINO MÉDIO, veio mudar as perspectivas educacionais, num novo modelo de ensino, ainda com as dificuldades de implantação e compreensão. A educação buscando se ajustar aos planos políticos do país com as dificuldades de falta de investimentos, mas ainda com a força dos educadores e a coragem dos estudantes.

INTRODUÇÃO

Este ano de 2022, no contexto da Pandemia da COVID-19, e pós-pandemia, planejar um ano letivo produtivo junto aos docentes torna-se imperativo na busca de uma educação de qualidade e fundamentalmente justa para nossos alunos, sujeitos aprendizes de nosso mundo contemporâneo.

2022 terá, como um ponto pedagógico crucial, diagnosticar as defasagens de aprendizagens causadas pela pandemia e propor um trabalho de recuperação e consolidação de conceitos que não foram apreendidos. E na esfera social, a necessidade de resgatar o vínculo professor-aluno, aluno-aluno que, em suas palavras, “se faz na relação presencial de intersubjetividade que caracteriza a educação”.

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classe. Isso significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos-conteúdos-métodos – estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político. Por essa razão o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos didaticamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes da sociedade. LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento Escolar.

A ação, reflexão e ação novamente, abrem as possibilidades de nos ressignificarmos e assim traçarmos novas estratégias que nos levem ao alcance dos objetivos elencados, sempre no sentido de formarmos sujeitos críticos, ou seja, cidadãos que conheçam sua história e saibam da importância de suas próprias marcas nela, e que estão neste mundo em busca de transformações que levem a uma sociedade melhor e mais justa.

Outro ponto importante desta volta às aulas está em se lidar com a defasagem. Embora muitos alunos tenham conseguido se adaptar ao ensino a distância, **remoto** ou **híbrido**, outros não conseguiram manter o mesmo ritmo de aprendizado.

De fato, conforme a pesquisa *Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil*, em 2020, pouco mais do que 50% das escolas públicas relataram ter conseguido cumprir o calendário de aulas. Esse dado ajuda a ilustrar a necessidade de vencer lacunas acumuladas no aprendizado dos alunos ao longo da pandemia.

Fazer uma avaliação diagnóstica pautada nas **habilidades da BNCC** e buscar estratégias de personalização, portanto, serão iniciativas indispensáveis neste retorno, sempre atentando-se ao bem-estar mental dos alunos em todas as etapas.

- Diálogo, trabalho coletivo, integrado e planejado;
- Atuação mediante os marcos legais como LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, BNCC, leis estaduais e municipais;

- Lideranças educacionais que dialoguem com o setor público e mobilize-o a adotar políticas públicas efetivas;
- Solução coletivas, unindo forças e trabalhando em rede.

O foco principal no início deste ano letivo deve ser a criação de um ambiente acolhedor, no qual os alunos tenham um sentimento de pertencimento e se sintam seguros. Um espaço no qual eles se sintam bem-vindos será um importante atenuante da ansiedade e da apreensão em torno do retorno às aulas sentidas por alguns alunos e pais.

Portanto, este retorno deverá ser marcado por uma priorização do acolhimento e dos aspectos emocionais, de modo a criar um ambiente favorável para o aprendizado e evitar situações de evasão e aumento das lacunas de aprendizagem.

Na volta às aulas em 2022, é fundamental projetar **iniciativas e canais de comunicação com os familiares** neste retorno.

“Na volta às classes presenciais, os estudantes e professores podem se sentir angustiados e inseguros. Se por um lado muitas desejam a volta à rotina escolar, em especial para rever e conviver com seus pares, por outro, alguns podem se sentir inseguros e mesmo oferecer grande resistência ao retorno à escola”.

Como lidar com este turbilhão de sentimentos? “Para ajudar o aluno nesse processo de retomada e a superar a ansiedade e o medo com inteligência emocional, precisamos em primeiro lugar, com uma escuta ativa, auxiliá-los a expressar e a identificar precisamente suas emoções: trata-se de medo, insegurança, ansiedade, angústia ou talvez uma mistura de vários sentimentos?”, É necessário mostrar, com gentileza, que todas as nossas emoções são essenciais para o nosso bem-estar e para nossa autopreservação.

Assim, não se trata de negar a importância, muito ao contrário, trata-se de valorizar e acolher todos esses sentimentos.

No tocante à formação docente durante esse ano de 2022, cabe destacar que o momento proporciona encontros virtuais que encurtam distâncias. Acreditamos que este mecanismo há de se tornar mais forte e presente na formação dos professores.

Aprovada em 2017, a reforma do Ensino Médio foi homologada pelo MEC e, com isso, o órgão definiu o conjunto de unidades curriculares que passarão a valer nas escolas a partir de 2022. A reformulação deve ser implementada em todo o país, de forma a contribuir com a construção de itinerários formativos mais significativos para os estudantes.

A proposta do novo currículo ocorreu devido às novas demandas do mercado de trabalho e também dos interesses dos alunos. Se antes a grade curricular se mostrava engessada e sem opções, com a mudança, existe a possibilidade de criar diversos ambientes de aprendizagem, permitindo que os estudantes escolham disciplinas mais condizentes com seus interesses pessoais.

O objetivo é oferecer mais **protagonismo aos jovens** e garantir o exercício dos direitos do processo de ensino. Por conta da relevância do assunto, é imprescindível que os agentes escolares, como diretores, coordenadores e professores, atualizem-se quanto à transformação do Ensino Médio para que as escolas atuem conforme as novas diretrizes da BNCC.

A escola apresenta em relação às modalidades de ensino: NEM (Novo Ensino Médio), Ensino Médio (Diurno/Noturno), Educação de Jovens e Adultos (Noturno), e EJA DIURNO para atendimento a alunos especiais. Oferece a alunos de nossa e de outras escolas a Banda de Música, e segue Programas da SEEDF como ações da Escola Inclusiva.

Seguimos o REGIMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.

Em relação à estrutura física, temos feito reparos contínuos, adequações diversas, utilizando verbas oficiais e emendas parlamentares.

Por utilização das verbas oficiais e por meio de constante manutenção, a escola apresenta um quadro favorável de conservação, embora tenhamos ainda várias deficiências para o atendimento ideal ao aluno e ao servidor.

A comunidade atendida por nossa escola porta uma grande diversidade. Nossos alunos são de classe baixa e média, com suas moradias situadas em diferentes bairros, com diferentes estruturas comunitárias, sociais e familiares. Sofremos influências fortes de conjunturas acerca da violência, da utilização de drogas e da ociosidade em torno de nossa escola. O retrato de nossa cidade é de um comércio que está ainda em expansão, o lazer precário, o número de escolas insuficiente, um conjunto de culturas novas em recentes contatos, um número grande de novos moradores, ou seja, a diversidade da cultura histórica e a cultura do novo nos traz a novidade das descobertas. A necessidade do novo com a visão nos valores morais e humanos culturalmente conquistados são matérias de constantes reflexões.

Defendemos a vivência do respeito à diversidade do indivíduo em todos os seus aspectos e primamos em um ensino que combate o preconceito de qualquer natureza e ainda de um ensino humanizado que, ao detectar problemas pontuais de miséria, violência, fome, busca caminhos de ajuda ao nosso próximo.

Curso	Série	Turno	Total de Estudante	Total de Turmas
Ensino Médio	1ª Série NEM	Diurno	449	18
Ensino Médio	2ª Série	Diurno	393	9
Ensino Médio	3ª Série	Diurno	396	9
Ensino Médio	1ª Série	Noturno	177	4
Ensino Médio	2ª Série	Noturno	140	4
Ensino Médio	3ª Série	Noturno	98	4
Ensino Médio em Tempo Integral	1ª Série	Diurno	149	6
Ensino Médio em Tempo Integral	2ª Série	Diurno	124	6

Total Geral de Enturmadados Ensino Médio			1926	60
Curso	Série	Turno	Total de Estudante	Total de Turmas
Educação de Jovens e Adultos	3º Segmento - 1ª Etapa	Noturno	319	4
Educação de Jovens e Adultos	3º Segmento - 2ª Etapa	Noturno	247	4
Educação de Jovens e Adultos	3º Segmento - 3ª Etapa	Noturno	231	4
Total Geral de Enturmadados (EJA)			797	12
Curso	Série	Turno	Total de Estudante	Total de Turmas
Educação de Jovens e Adultos	3º Segmento - 1ª Etapa	Diurno	7	2
Educação de Jovens e Adultos	3º Segmento - 2ª Etapa	Diurno	1	1
Educação de Jovens e Adultos	3º Segmento - 3ª Etapa	Diurno	5	1
Total Geral Enturmadados (EJA Especial)			13	4

Proposta do novo currículo - NEM

A BNCC acabou definindo um novo currículo para o Ensino Médio, em que os alunos terão apenas os componentes de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa como obrigatórios. No entanto, essas disciplinas podem ser feitas em qualquer um dos três anos, ou mesmo em todos eles, a depender de cada escola e sistema de ensino.

Porém, isso não significa que as outras matérias desaparecerão do currículo. Os estudantes devem continuar desenvolvendo as competências e habilidades de todas as áreas do conhecimento presentes na BNCC, como Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A nova configuração de disciplinas permitirá maior **flexibilização curricular** e incentivará o desenvolvimento de práticas inter e multidisciplinares.

Mudança de conteúdo

Além disso, também está prevista uma mudança de conteúdo, em que as instituições escolares devem passar a ofertar itinerários formativos que aprofundem as práticas das áreas de conhecimento. Cada escola terá autonomia para definir quais itinerários serão ofertados a cada ano letivo do Ensino Médio.

Com a definição, os estudantes deverão escolher ao menos uma opção de itinerário formativo com que se identificam para aprofundar seus conhecimentos teóricos e práticos. Com isso, o objetivo é fortalecer o protagonismo estudantil e ampliar ações voltadas à construção do **projeto de vida** de cada aluno. Isso contribuirá para o aperfeiçoamento da preparação para o ensino superior, da **escolha da graduação** e dos melhores caminhos no mercado de trabalho.

Infraestrutura da escola

Para que a reforma do Ensino Médio ocorra de acordo com as diretrizes da BNCC, as escolas devem **investir em tecnologia** para oferecer uma infraestrutura condizente com as transformações do sistema de ensino. Isso inclui tanto o treinamento de professores quanto a oferta de espaços e ambientes dentro da instituição escolar que consigam promover a execução das etapas em cada ano letivo.

2ª e 3ª série – ENSINO MÉDIO

OBJETIVOS GERAIS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

ENSINO MÉDIO: MODALIDADE SEMESTRAL

Temos a preocupação de incorporar valores para que o educando tenha conhecimento do passado, domínio do presente e visão do futuro, considerando os avanços sociais e tecnológicos. O reconhecimento dos direitos humanos, o exercício dos direitos e deveres da cidadania e ainda o combate a todas as formas de preconceito e discriminação, o saber conviver agregado à pluralidade cultural e edificado através do respeito aos seus pares e à comunidade, o desenvolvimento do processo de reconhecimento pessoal, a construção da autoestima, operacionalizando uma autonomia responsável, solidária e verdadeira.

Nesta proposta focalizamos a visão do conhecimento, afinada com as mudanças surpreendentes que o acesso à informação está causando no modo de abordar, analisar, explicar e prever a realidade. Trata-se do aprender a conhecer, desenvolvendo os conteúdos conceituais (a base científica do currículo). Este é o momento em que se bebe da fonte do conhecimento das verdades acumuladas pela humanidade. A aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais. As linguagens apresentadas nas aulas são formas de constituição dos conhecimentos e das identidades, portanto a sala de aula torna-se lugar-chave para constituir significados, conceitos, relações, condutas e valores que a escola deseja transmitir.

Os princípios educacionais são vivenciados dentro das práticas educativas. Tem como meta o alcance da diversidade, autonomia e identidade e são o eixo gerador do Projeto Político Pedagógico. A contextualização, a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e transposição são os focos dos princípios pedagógicos.

A contextualização elaborada com abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do ensino e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal visa estabelecer uma relação ativa entre o educando e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria com suas consequências e as aplicações práticas.

A transposição e a capacidade do professor de transmitir o conhecimento até o ponto que o educando gradativamente aumenta o seu quadro de referências e capacitar os professores para fundamentar suas práticas pedagógicas dentro da legislação vigente não é mais um diferencial, mas uma prerrogativa do processo de gestão escolar democrática, permeada de ações com o intuito do exercício pleno da cidadania, atendimento à diversidade e à inclusão em suas diversas facetas.

Os Conteúdos Significativos dos Componentes Curriculares que compõem a Matriz Curricular do Ensino Médio e EJA estão elaborados conforme normas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, baseando-se no Currículo em Movimento da Educação Básica elaborado pela Secretaria da Educação do Distrito Federal com a colaboração de Educadores, garantindo espaços e oportunidades para o desenvolvimento da transversalidade, diálogo Escola e Comunidade, trabalho em rede, Educação para a Diversidade, Educação para a Sustentabilidade, e com uma preocupação de desenvolver o senso crítico, construindo a expectativa do crescimento, da ampliação do conhecimento e das garantias de continuidade de estudos, objetivando a inserção do aluno nas várias políticas de Ensino Superior, quer seja por meio das informações, como por meio da forma mais cidadã de melhorias sociais, a Educação.

Objetivos do Ensino Médio:

- Desenvolvimento da capacidade de comunicar-se com clareza, assertividade e respeito pelo outro;
- Desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente;
- Valorização do pensamento como forma de compreensão e transformação do meio;
- Valorização do conhecimento;
- Identificação do trabalho como meio de realização pessoal e transformação social.

- Desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas às avaliações externas.

O Ensino Médio se divide em 3 (três) séries com as seguintes áreas do conhecimento:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Estrangeira - Inglês e Artes – Redação)
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias, (Física, Biologia e Química)
- Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia)
- Matemática

ENSINO MÉDIO: MODALIDADE SEMESTRAL

I - APRESENTAÇÃO

Esta modalidade de ensino está em conformidade com o Regimento Escolar PUBLICADO NO DODF Nº 240, de 14/12/2009; com a Lei da Gestão Democrática - LEI Nº 4.751, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012 no seu Art. 2º em seus itens: III (autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira), V (garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho) e VI (democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento) e com a LDB (**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**) em seus **artigos 22 (a** educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores); **23 (a** educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar) e **artigo 24 em seu item I (** a carga horária mínima anual será de oitocentas horas (no caso do DF são 1000 horas), distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver).

II – JUSTIFICATIVAS

É muito oportuna a discussão e implantação em torno do Currículo em Movimento. O Currículo em Movimento propicia às escolas adequarem-no às suas tipicidades de forma criativa e responsável. O Currículo em Movimento transforma o Currículo do Ensino Médio e de todos os demais níveis de forma inovadora; desenguiçando o ‘conteudismo’ praticado pelas escolas.

O Projeto de Semestralidade se efetiva com a Lei 4751 da Gestão Democrática na gestão de escola. A construção de uma escola de longe deve ser objeto apenas de seus gestores ou de políticas isoladas das secretarias de educação; por acreditar nisso, buscamos um projeto que seja dinâmico à luz dos desejos de todos os educadores e da comunidade escolar que ensejava por uma participação coletiva no desenvolvimento cotidiano das escolas públicas. Acreditamos que a adoção do Currículo em Movimento e do Projeto de semestralidade não traga fatores dificultadores, até mesmo porque esta

possibilidade nos dá instrumentos e caminhos para que possamos construir uma escola pública mais dinâmica, eficaz e mais eficiente das práticas pedagógicas e da aprendizagem.

Na proposta de semestralidade, o regime anual terá a divisão dos componentes curriculares em blocos semestrais, com o propósito de reduzir o número de disciplinas por semestre para o estudante e o número de turmas para o professor, proporcionando, assim, uma relação mais próxima entre estes;

A redução de disciplinas a serem cursadas pelo estudante favorecerá os estudos de cada componente curricular. Ocorrerá também um aumento no número de aulas das disciplinas que são oferecidas em apenas um dos blocos, o que promoverá mais tempo disponível com cada professor.

Com relação ao corpo docente, possibilitará um trabalho mais efetivo com o estudante, podendo identificar pontualmente as necessidades de aprendizagem do mesmo. Além disso, com menos turmas, os professores terão mais tempo para planejar suas aulas, proporcionando mais qualidade pedagógica às mesmas, melhor acompanhamento da frequência e das aprendizagens dos estudantes, tomando medidas preventivas com a equipe pedagógica para ações contra a evasão escolar.

III - OBJETIVOS:

- Viabilizar a implantação da modalidade semestral a partir do estudo e discussão com a comunidade através de plenárias acerca do currículo em Movimento implantado pela SEEDF após apresentação e discussão (plenárias) iniciadas em 2011 com a comunidade escolar e seus sujeitos.
- Dar mais significância ao aprendizado dos alunos corrigindo as fragilidades nitidamente diagnosticada no currículo em sua forma tradicional e engessada.
- Corrigir a distorção do currículo trabalhado de forma díspar por uma mesma disciplina e uma mesma série dentro de uma mesma estrutura da I.E.
- Buscar um novo caminho a ser percorrido na educação pública do DF; sempre primando como meta a qualidade do ensino da escola pública.
- Permitir a conclusão dos estudos em seus níveis e etapas dentro do tempo estabelecido pelo Sistema de Ensino.
- Diminuir os índices insatisfatórios da escola a partir da adoção deste currículo proposto: reprovação e evasão escolar.
- Permitir aos alunos galgarem com êxito e sem interrupções os seus estudos em seus mais diversos níveis e áreas do conhecimento.

IV – ESTRATÉGIAS no início do ano letivo:

1. Apresentação, estudo e discussão da proposta do Projeto de Semestralidade do Currículo para o Ensino Médio implantado em nossa I.E. em 2013.
 - 1.1. Apresentação (plenárias) à comunidade da estrutura, organização e orientações do Projeto de Semestralidade proposto no Currículo em Movimento da SEEDF
2. Apontamento de supressão, acréscimo e/ou alteração feitas pela comunidade (pais, alunos, professores...) ao Projeto de Semestralidade e ao Currículo em Movimento proposto pela SEEDF
3. Reunião dos professores por área e disciplina para análise do currículo proposto para uniformização do currículo praticado na escola em todos os seus níveis,

modalidades e turnos em busca daquilo que tiver mais significância para o exercício pedagógico e para a aprendizagem dos alunos.

4. Validação do Projeto de Semestralidade e do Currículo em Movimento nesta I.E.
6. Apresentação do currículo da semestralidade à comunidade escolar (live).

A. Currículo

Dividido em dois blocos distintos de disciplinas, conforme quadros seguintes:

BLOCO 1 (composto por grupo mínimo de 6 turmas) *SEMPRE EM NÚMERO PAR		BLOCO 2 (composto por grupo mínimo de 6 turmas) *SEMPRE EM NÚMERO PAR	
DISCIPLINAS	Carga Horária	DISCIPLINAS	Carga Horária
Português	4	Português	4
Matemática	3 + (1 PD1*)	Matemática	3 + (1 PD1*)
História	4	Geografia	4
Filosofia	4	Sociologia	4
Biologia	4	Física	4
Química	4	Arte	4
LEM	4	Espanhol	2
PD1	1*	PD2	2
Educação Física	2	Educação Física	2
		PD1	1*
Total	30h	Total	30h

OBSERVAÇÕES:

1. A Parte Diversificada PD1 (GEOMETRIA) complementar a carga horária de Matemática para o enriquecimento do Currículo desta disciplina.
2. A Parte Diversificada PD2 (REDAÇÃO) será exclusivamente distribuída para professores de Língua Portuguesa e/ou professores da área de Linguagens
 - 2.1. O professor desta disciplina ministrará aulas para dois blocos de turmas no 1º Semestre e para dois blocos no 2º Semestre Letivo.
3. Os professores ministrarão aulas para um bloco de seis turmas no 1º Semestre Letivo e para outro bloco no 2º Semestre Letivo. Exceto os professores das disciplinas Educação Física, Matemática e Português, que permanecem com o mesmo bloco durante todo o ano letivo.

Exemplos:

TURNO MATUTINO: HÁ 4 BLOCOS COM 6 TURMAS CADA

PRIMEIRO BLOCO DE TURMAS: no segundo semestre, os professores deste bloco de turmas mudam para o segundo

2G	2H	2I
----	----	----

3G	3H	3I
----	----	----

SEGUNDO BLOCO DE TURMAS: no segundo semestre, os professores deste bloco de turmas mudam

para o terceiro

2A	2B	2C	2D	2E	2F
----	----	----	----	----	----

3A	3B	3C	3D	3E	3F
----	----	----	----	----	----

TURNO VESPERTINO: HÁ 4 BLOCOS COM 6 TURMAS CADA

PRIMEIRO BLOCO DE TURMAS: no segundo semestre, os professores deste bloco de turmas mudam para o segundo

2J	2K	2L	2M	2N	2O
----	----	----	----	----	----

SEGUNDO BLOCO DE TURMAS: no segundo semestre, os professores deste bloco de turmas mudam para o primeiro

3J	3K	3L	3M	3N	3O
----	----	----	----	----	----

OBSERVAÇÕES:

- Os professores de PD2 terão suas aulas dispostas nos blocos 1 e 2 e depois migrarão para os blocos inversos.
- Não há perda de carga horária para nenhuma disciplina, pois na modalidade Semestral as cargas horárias são duplicadas dentro do Semestre (exceto Ed. Física, Português, Matemática)
- O sistema é presencial: 75% de frequência para aprovação de alunos.

B. AVALIAÇÃO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Considera-se nesta Proposta Pedagógica, a avaliação como um processo contínuo, dinâmico e abrangente que deve ter, principalmente, uma função diagnóstica com ênfase na totalidade do processo de ensino - aprendizagem.

O enfoque dessa Proposta parte do pressuposto de que a apreensão do conhecimento não se dá isoladamente, mas de forma interdisciplinar, a partir do exame reflexivo, crítico e comparativo, de conceitos, hipóteses e pesquisas, pois só dessa forma é possível construir um novo conhecimento.

Assim, a avaliação tem como propósito orientar o planejamento das ações pedagógicas, objetivando a mudança de uma determinada situação detectada.

- Diagnóstico e redimensionamento da ação;
- Organização da prática pedagógica;
- Constituição de referencial para retomada do processo;
- Capacitação de pessoal docente.

A avaliação para uma formação humanizada e para a garantia do direito à educação é a preocupação central dos professores quando definem nos planejamentos de aulas o que e como avaliar seu aluno:

- O processo ensino-aprendizagem;
- O desenvolvimento global do aluno;
- Pela observação e análise sistemática do processo do desenvolvimento;
- Pelos instrumentos;

- Pelo exercício da crítica coletiva permanente;
Além dos instrumentos abaixo discriminados, dentre outros, conforme planejamento prévio do professor:

- Trabalhos e atividades individuais e/ou em grupos;
- Entrevistas, reuniões e auto-avaliação;
- Relatórios orais e escritos;
- Questionários, testes e provas.
- Formativa.

A forma de expressão dos resultados da avaliação é representada tanto nas atividades desenvolvidas nos componentes curriculares, quanto nas ações programadas nos diversos setores. Os critérios, tanto dos conceitos quanto dos registros, são de responsabilidade dos professores, e são explicitados para o aluno através de Históricos, Certificados de Conclusão e Boletins Bimestrais de Notas, nos termos da legislação.

A avaliação do aproveitamento visa a determinar em que medida os objetivos educacionais foram atingidos em termos de desenvolvimento do aluno, nos aspectos físico, intelectual, emocional e social, expressa em aquisição de conhecimentos habilidades e formação de atitudes.

No Ensino Médio e EJA a avaliação da aprendizagem verifica o nível de aproveitamento escolar do aluno, dando ênfase à predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando os critérios expressos por cada professor no início de cada bimestre e/ou durante.

Os Aspectos Qualitativos

- Demonstração de comprometimento e responsabilidade no cumprimento das atividades;
- Observação da pontualidade;
- Comprovação da frequência e da assiduidade nas atividades realizadas;
- Demonstração de hábitos e atitudes respeitosos.

Os Aspectos Quantitativos

- Observação direta dos trabalhos programados individualmente ou em grupo;
- Leituras indicadas e orientadas;
- Participação ativa nos diversos projetos
- Provas, testes (escritos, orais, objetivos e subjetivos)

A avaliação constitui-se em um momento dialético de reflexão sobre teoria-prática no processo de ensino-aprendizagem.

1ª SÉRIE – ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio é focado no protagonismo e na autonomia dos estudantes, que podem escolher de acordo com as áreas de interesse, facilitando a carreira profissional e a preparação para o mundo do trabalho.

No Distrito Federal, o NEM teve início em 2020 por meio de escolas pilotos e deverão ser aplicadas em todas as escolas a partir de 2022, mas ainda de forma progressiva:

- ↳ 2022 – 1^{as} séries
- ↳ 2023 – 1^{as} e 2^{as} séries
- ↳ 2024 – 1^{as}, 2^{as} e 3^{as} séries

Regime anual com organização semestral

O Novo Ensino Médio continua anual em 1^a série, 2^a série e 3^a série que são organizadas em semestres.

Carga horária será por módulo-hora aula

A carga horária será contabilizada em módulo-hora aula que corresponde a 50 minutos.

Avaliação por objetivos de aprendizagens

Possibilita um acompanhamento mais próximo do rendimento escolar de cada estudante, permitindo a identificação de eventuais fragilidades e o planejamento de ações personalizadas para ajudar nas aprendizagens, considerando o perfil e as necessidades de cada um.

Organização curricular em duas partes

- ↳ Formação Geral Básica
- ↳ Itinerários Formativos

No Distrito Federal, o regime do Novo Ensino Médio é anual e seriado, disposto em duas Fases: 1 (1^a e 2^a séries) e 2 (3^a série) e duas ofertas curriculares distintas alternadas entre os semestres.

A divisão em Fases busca contemplar o período de adaptação do estudante à nova etapa da Educação Básica, possibilitando acolhimento e compreensão quanto às diferenças na organização do trabalho pedagógico na FGB e nos IF, bem como quanto ao seu envolvimento para a construção do seu Projeto de Vida.

Currículo em Movimento no NEM:

<https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Curriculo-em-Movimento-do-Novo-Ensino-Medio-V4.pdf>

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

- ✓ CARGA HORÁRIA 1.700H
- ✓ CONTEÚDO ESSENCIAL OBRIGATÓRIO

° Línguas e suas tecnologias:
Língua Portuguesa, Língua Inglesa,
Arte e Educação Física;

° Matemática e suas tecnologias:
Matemática

° Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:
História, Geografia, Sociologia e Filosofia

° Ciências da Natureza e suas tecnologias:
Física, Química e Biologia.



NA TRILHA
DO SUCESSO

ITINERÁRIOS FORMATIVOS

- ✓ CARGA HORÁRIA 1.300H
- ✓ CONTEÚDO PERSONALIZADO E FLEXÍVEL
- ✓ ESCOLHA DA ÁREA DE CONHECIMENTO

° Projeto de Vida

° Língua Espanhola

° Eletivas (orientadas ou livres)

° Trilhas de Aprendizagem

Avaliação no NEM

No processo avaliativo, a FGB e os IF são indissociáveis e intercomplementares e, em que pese a diferença entre cargas horárias, possuem mesmo grau de importância no planejamento e na aplicação dos instrumentos e procedimentos avaliativos, pois se pautam nos objetivos de aprendizagem do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal.

A avaliação no Novo Ensino Médio requer a necessária coerência entre a prática pedagógica e as intencionalidades avaliativas durante o processo, com vistas a identificar potencialidades e fragilidades nas aprendizagens do estudante e orientá-lo para progredir continuamente na FGB e nos IF e, conseqüentemente, em sua escolaridade. Assim, o processo avaliativo no Novo Ensino Médio é concebido como dinâmico, valendo-se da compreensão e confluência das diferentes funções da avaliação no cotidiano da sala de aula, com vistas às aprendizagens de todos os estudantes, conforme é discutido no próximo capítulo.

A AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação faz parte do ensinar e aprender e, assim sendo, é suporte para as aprendizagens e fonte de dados que orientam o ensino. Sob essa perspectiva, a avaliação é promotora das aprendizagens e continuamente formativa.

A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica é a avaliação intencionalmente realizada para identificar quais são os conhecimentos prévios do estudante, a fim de torná-los pontos de referência para novas aprendizagens, bem como para a organização do trabalho pedagógico. É realizada a cada início de processo para a proposição de intervenções pedagógicas adequadas: início de ano letivo, bimestre, unidade temática, aula, projeto, sequência didática, entre outros. As intervenções abarcam os objetivos, as habilidades e as competências, bem como o cenário sócio-cultural e cognitivo do estudante, elementos que influenciam na tomada de decisão, na formulação de estratégias didático-pedagógicas e/ou de metodologias a serem empregadas, revelando, desse modo, a importância da avaliação diagnóstica para a prática docente. Ressalta-se que

realizar o diagnóstico é tão significativo para o docente quanto ao próprio estudante, porque oferece informações sobre seus conhecimentos, favorece a participação em suas aprendizagens e possibilita a autoavaliação. Ademais, a avaliação diagnóstica proporciona ao estudante a compreensão de que o conhecimento vai sendo construído a partir de conhecimentos que ele já possui. A função da avaliação diagnóstica é identificar os conhecimentos já existentes sobre determinado objeto do conhecimento. As informações obtidas devem, portanto, ser utilizadas como recursos para as intervenções pedagógicas, focalizando os objetivos a serem conquistados pelo estudante, em vez de classificações. O diagnóstico resultante dessa investigação inicial permite ao docente ajustar a sua abordagem às necessidades de aprendizagem observadas na turma. Assim sendo, quanto mais frágil o conhecimento prévio do estudante, mais atenção se deve ter em relação às necessidades de estratégias pedagógicas adequadas. Com esse processo avaliativo, é possível definir o ponto de partida para as situações de aprendizagem que compõem a unidade ou o componente curricular, ajustando o planejamento docente e, principalmente, prevenindo a detecção tardia das necessidades de aprendizagem do estudante.

A AVALIAÇÃO SOMATIVA

A avaliação somativa é realizada com o propósito de verificar resultados quanto ao desempenho dos estudantes e acontece em momentos pré-estabelecidos. Os envolvidos têm nítido conhecimento de que ela está sendo realizada: ao final do ano letivo, bimestre, semestre, unidade temática, projeto, sequência didática, entre outros. Assim, sua função não é a de acompanhar de forma contínua o processo, mas de fornecer informações sintéticas sobre o que os estudantes demonstram saber e/ou fazer em determinado momento. Da mesma maneira que a avaliação formativa, a avaliação somativa também tem papel relevante nos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Entretanto, estas duas funções da avaliação são diferentes, embora sejam complementares entre si. "Uma não é nem pior, nem melhor que a outra, elas apenas têm objetivos diferenciados" (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 20). A avaliação somativa possibilita ao professor, por meio de novos ou mais elementos, computar o que os estudantes sabem e têm condições de realizar ao fim de uma unidade, de um bimestre, semestre etc. É comum associar a avaliação somativa a um modelo de avaliação que seleciona, classifica e exclui. Contudo o que vai determinar a natureza excludente e classificatória é a intencionalidade, o emprego e o proveito que se tira dela, considerando as concepções de educação e de avaliação que se tem. A conexão entre a avaliação formativa e a somativa possibilita o alcance de dois objetivos principais: contribuir para que ocorram aprendizagens e informar o que foi aprendido, sinteticamente, para fins de registro e publicação. Retoma-se a importância da avaliação diagnóstica, que se inclui nessa conexão entre a avaliação formativa e a somativa, de forma a garantir o conhecimento, o mais apurado possível, sobre o andamento das aprendizagens dos estudantes para facilitar e viabilizar a progressão contínua dessas aprendizagens. Tem-se, nesse contexto, a intenção latente de se considerar o estudante como sujeito e coautor no processo pedagógico, dialogando, de forma harmoniosa, com o Novo Ensino Médio, no que diz respeito à expectativa de desenvolver o seu protagonismo, a sua responsabilidade e autonomia, a fim de que participe ativamente do seu processo de aprendizagem.

Para tanto, espera-se que os estudantes compreendam, com nitidez, e se sintam seguros quanto à nova estrutura da etapa final da Educação Básica e o processo avaliativo desenvolvido, a fim de terem ciência da natureza e da intenção do percurso formativo realizado durante sua Formação Geral Básica, relacionando, de forma consciente, os saberes e fazeres no seu Itinerário Formativo. Sendo assim, apresentar e discutir, junto aos estudantes, os objetivos de aprendizagem e os critérios avaliativos é o ponto de partida para inseri-los no trinômio avaliação-ensino-aprendizagem como partícipe e protagonistas dos processos, conforme prevê o Novo Ensino Médio.

AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação é um dos procedimentos essenciais na avaliação formativa e se relaciona intimamente com as perspectivas do Novo Ensino Médio, no que diz respeito à formação de estudantes protagonistas. Espera-se que a participação do estudante nos processos de ensino e de aprendizagem seja central e cada vez mais ativa e, assim sendo, possa promover a consciência da responsabilidade por suas próprias aprendizagens como passo significativo para a formação de sua autonomia e, conseqüentemente, do seu protagonismo. Ressalta-se a importância do estímulo à autoavaliação como prática cotidiana no processo de autorregulação das aprendizagens, bem como para o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Chama-se a atenção, no entanto, para o cuidado em não tornar a autoavaliação um procedimento avaliativo com aspecto classificatório, com atribuição de nota, por exemplo. A autoavaliação faz sentido quando possibilita ao estudante pensar sobre o seu envolvimento no trabalho pedagógico, enxergar-se como partícipe do processo e responsável por seus progressos e por suas aprendizagens em parceria com o docente.

PROJETO DE VIDA – NEM

A unidade curricular Projeto de Vida oportuniza aos estudantes a construção de estratégias para a reflexão sobre a sua trajetória escolar do estudante na construção das dimensões pessoal, social e profissional, motivando e despertando o interesse para que possa construir o que espera para si e para o mundo no futuro, diante dos desafios apresentados e percebidos na vida.

A orientação do professor, nesse contexto, objetiva apoiar o estudante no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, a partir de um continuum crítico-reflexivo para as suas escolhas de vida. Contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a comunicação, a criatividade, o autoconhecimento, o autocontrole, a curiosidade, a empatia e o relacionamento interpessoal, e não apenas para as de cunho cognitivo, conforme propõe a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, é a centralidade da organização do trabalho pedagógico, na perspectiva de orientar o estudante para a seu projeto de vida.

A sociedade contemporânea é complexa, ambígua, dinâmica e desafiadora e impõe ao estudante o desenvolvimento crescente de sua postura protagonista, de respeito às individualidades, com comportamento crítico, analítico e questionador. Assim sendo, a estrutura econômica, política, social e o mundo do trabalho e acadêmico, com suas especificidades, imprevisibilidades e exigências atuais, alavancadas pela imposição da vida em espaços digitais, das escolhas individuais, das mudanças nos padrões de comportamento são objetos de reflexão junto ao estudante.

A unidade curricular Projeto de Vida, nesse contexto, demonstra o seu caráter transversal em relação à FGB, a partir do Itinerário Formativo e por meio de estratégias

capazes de atuar na qualificação processos de escolhas, de transição e de aprendizagens ao longo da vida. A partir de objetivos de aprendizagem, organizados em níveis de complexidade crescente a cada semestre, em todos os seis semestres do Ensino Médio, a unidade curricular Projeto de Vida busca desenvolver quatro dimensões:

PESSOAL - Autoconhecimento

Construção de identidade e valores, reconhecimento da própria origem e forma de lidar com os sentimentos; interesses, habilidades e vontades; autoaceitação e fortalecimento da autoestima.

SOCIAL - Relações interpessoais

Desenvolvimento do senso de responsabilidade para o bem comum; atuação na sociedade, com vista à solução de problemas coletivos; desenvolvimento de empatia e ética.

ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Compreensão e valorização do planejamento aliado à organização e às metas pessoais; uso de estratégias para planejamento de metas pessoais e de aprendizagem.

PROFISSIONAL

Desenvolvimento de habilidades e competências; abordagem de temas, como criatividade, uso da tecnologia e empreendedorismo, entre outros; propósito, motivação, inspiração. Inserção e permanência no mundo profissional.

Buscar estratégias pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento dessas dimensões incidirá diretamente na ampliação do potencial humano do estudante, facilitando a sua capacidade de criar e inovar, ousar e querer. O trabalho pedagógico na unidade curricular Projeto de Vida requer mediação e orientação, a fim de tornar o projeto de vida do estudante cada vez mais consciente e, sendo assim, a avaliação contribui para a identificação de habilidades que podem ser desenvolvidas junto a ele, a fim de que se empenhe para a construção de uma vida e um mundo melhor.

Assim, a avaliação pode ser estruturada, tendo em vista analisar índices de diferentes elementos, os quais interferem diretamente no projeto de vida e/ou são decorrentes dele, para a proposição de atividades e, sobretudo, para o direcionamento das orientações docentes junto ao estudante, em prol de seu projeto de vida.

NOTA, MENÇÃO E RESULTADO

NA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA – FGB

Os registros dos resultados da avaliação na FGB ocorrem em escala numérica de notas de 0 (zero) a 10 (dez) por componente curricular, com carga horária anual e registros de notas bimestrais e ao final do ano letivo. A média simples na FGB é de 5,0 (cinco) pontos por componente curricular, sendo aplicada nova média simples, em escala numérica de 0 (zero) a 10 (dez), por Área do Conhecimento, de modo a gerar a média de cada Área.

A Língua Espanhola, embora seja unidade curricular dos Itinerários Formativos, para efeitos de registro dos resultados da avaliação, deverá seguir as orientações destinadas aos componentes curriculares e às Áreas do Conhecimento da Formação Geral Básica.

Os Itinerários Formativos e os Itinerários Integradores estão organizados por semestre e devem ter registros expressos em única menção, com as seguintes definições, considerando os níveis de envolvimento do estudante:

Envolvimento Pleno (EP) - Resultante da avaliação do estudante que se apropriou dos conhecimentos previstos pelos objetivos de aprendizagem, bem como se empenhou de forma integral nos IF.

Envolvimento Satisfatório (ES) - Resultante da avaliação do estudante que se comprometeu de forma parcial com os IF, mas obteve resultado satisfatório quanto aos conhecimentos previstos pelos objetivos de aprendizagem.

Envolvimento Regular (ER) - Resultante da avaliação do estudante que se comprometeu de forma parcial com os IF ou se comprometeu pouco e, apesar das orientações e intervenções docentes, obteve resultado regular quanto aos conhecimentos previstos pelos objetivos de aprendizagem.

Nesse caso, é essencial a oferta, ao estudante, de estratégias que visem a recuperação contínua das aprendizagens. Assim, faculta-se a indicação de unidade curricular Eletiva, que contenha objetivos de aprendizagens equiparáveis, no contexto da Área do Conhecimento, ou a realização de Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens.

NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

Os Itinerários Formativos e os Itinerários Integradores estão organizados por semestre e devem ter registros expressos em única menção, com as seguintes definições, considerando os níveis de envolvimento do estudante:

NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS ITINERÁRIOS INTEGRADORES NAS TRILHAS DE APRENDIZAGEM NOS PROJETOS INTERVENTIVOS NO PROJETO DE VIDA

Os cursos da Educação Técnica e Profissional possuem organização própria. Assim sendo, o planejamento dos instrumentos/procedimentos avaliativos e o registro dos resultados da avaliação (menções) cabe ao docente, de acordo com o Plano de Curso aprovado.

Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens

O Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens é desenvolvido, no decorrer do bimestre e/ou do semestre, pelo próprio docente do componente curricular

ou do Itinerário Formativo ou, ainda, pela equipe docente da Área do Conhecimento, junto ao estudante que apresenta fragilidades nas aprendizagens.

Trata-se de oportunizar aprendizagens ao estudante, por meio de projeto interdisciplinar e que contemple a Área do Conhecimento e os objetivos de aprendizagem previstos no Currículo em Movimento, de forma orientada pela equipe docente ao longo do bimestre/semestre. Esse Projeto pode ser desenvolvido em dois momentos: durante o bimestre e/ou semestre letivo, quando o docente perceber a necessidade do estudante ou após o término do semestre, no caso de o estudante com menção “Envolvimento Regular (ER)” em uma Eletiva.

Quando o Projeto for aplicado ao longo do bimestre/semestre letivo, é possível mudar a nota ou a menção do estudante, a partir de novo lançamento no instrumento ou processo avaliativo que foi foco. Quando o projeto for aplicado após o ano letivo, a nota e menção não podem ser alteradas.

Projeto Interventivo

Trata-se de unidade curricular a ser ofertada no semestre subsequente, como intervenção pedagógica obrigatória aos estudantes que apresentarem média abaixo de 5,0 (cinco) pontos nos componentes curriculares da FGB. Caso a equipe docente entenda que o estudante com média acima de 5,0 (cinco) pontos também apresente fragilidades, poderá indicar intervenção específica, por meio de Projeto Interventivo no semestre subsequente ou por meio de Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens, quando o estudante apresentar incompatibilidade de horário.

Considerando que todo projeto vislumbra algum tipo de intervenção, o Projeto Interventivo tem o propósito claro de intervir de forma pujante para promover aprendizagens não alcançadas. Então, o Projeto Interventivo apresenta características próprias, sendo contínuo, por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém é temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010). É, ainda, diversificado e flexível, evitando a padronização e repetição de estratégias didático- pedagógicas utilizadas no cotidiano da sala de aula.

O Projeto Interventivo é de responsabilidade primeira do docente. Entretanto, a equipe gestora, a coordenação pedagógica, a orientação educacional, os pedagogos e os psicólogos são partícipes e corresponsáveis nesse processo. Ademais, o envolvimento de todos favorece o resgate das aprendizagens em diferentes campos, por meio de estratégias diversificadas e em tempos e espaços escolares flexibilizados. Quanto aos critérios de indicação para Projeto Interventivo ou ação específica ou Eletiva, tem-se:

- Notas acima de 7,5 (sete e meio) pontos - Não é necessário Projeto Interventivo.
- Notas entre 5,0 (cinco) e 7,5 (sete e meio) pontos - Fica a critério da escola, a partir da análise da situação de cada estudante, a indicação de Projeto Interventivo ou Eletiva que compreenda Objetivos de Aprendizagens similares.
- Notas abaixo de 5,0 (cinco) pontos - É necessária a indicação de participação do estudante em Projeto Interventivo e ações interventivas propostas pela unidade escolar.

O Projeto Interventivo não tem função de recuperação de notas atribuídas à média do componente curricular ou da unidade curricular Eletiva, mas de intervenção para o alcance de objetivos de aprendizagem por parte dos estudantes.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NO NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL - NEMTI

A avaliação, na prerrogativa do NEMTI, considera os objetivos de aprendizagens, as Competências da BNCC, bem como os instrumentos e/ou procedimentos avaliativos que contribuam para a formação do ser integral em todas as suas dimensões. A avaliação é formativa, por meio do uso de diferentes instrumentos e/ou procedimentos avaliativos, bem como da prática do feedback. Ressalta-se que a avaliação, nessa perspectiva, precisa estar alinhada às estratégias pedagógicas, teóricas e práticas, intencionalmente planejadas para favorecer as aprendizagens.

O processo avaliativo do NEMTI é, pois, pautado no desenvolvimento das dimensões sociais, emocionais, cognitivas, físicas e cultural a partir de ações pedagógicas que atendam aos interesses e às expectativas dos estudantes, bem como na perspectiva da avaliação formativa, pois o processo avaliativo tem caráter contínuo, processual e deve refletir o desenvolvimento global do estudante, com preponderância dos aspectos qualitativos aos quantitativos, de modo que a avaliação norteie o desenvolvimento do Projeto de Vida, sendo essencial o diálogo contínuo e sistemático junto ao estudante.

A partir dos resultados da avaliação, os docentes devem refletir sobre suas práticas pedagógicas para que possam reorganizá-las, por meio de novas metodologias e estratégias diversificadas, subsidiando novos percursos pedagógicos. Os docentes que atuam na Parte Flexível do Novo Ensino Médio em Tempo Integral - NEMTI devem elencar objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e atribuir menções. Tais objetivos devem ser previamente construídos na elaboração de cada unidade curricular, nos Projetos Pedagógicos de Matemática e Língua Portuguesa e da Formação de Hábitos Sociais e Individuais do Itinerário Integrador - II, com a participação dos estudantes.

A Formação de Hábitos Sociais e Individuais constitui-se espaço-tempo para o desenvolvimento das ações educativas individuais e sociais, tais como os clubes de protagonismos, cineclubes, rádios, movimentos culturais e artísticos, propiciando o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Assim sendo, o processo avaliativo no Itinerário Integrador considera o desempenho do estudante no desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a unidade curricular do Itinerário Integrador, assim como a sua frequência, mínimo de 75%, nos termos previstos no Art. 224 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Ademais, deve-se considerar, na construção dos processos do Itinerário Integrador, a possibilidade de encaminhamento do estudante para cursar Projeto Interventivo a ser desenvolvido de maneira concomitante às ações previstas pela organização da oferta da Educação em Tempo Integral, com vistas a sanar eventuais fragilidades de aprendizagem durante o seu percurso formativo e oferecer oportunidades para que amplie seus conhecimentos e garanta sua permanência e continuidade dos estudos.

Para além disso, os estudantes que apresentarem desempenho final Envolvimento Regular (ER) na unidade curricular ou nos Projetos Pedagógicos de Matemática e Língua Portuguesa devem ser encaminhados para cursar a mesma ou outra unidade curricular ou Projeto Interventivo, sem prejuízo de seu prosseguimento de estudos. Caderno orientador: Avaliação para as Aprendizagens - Novo Ensino Médio.

https://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2021/11/caderno_orientador_avaliacao_novo_ensino_medio_13abr22.pdf

PROJETO INTERVENTIVO

UNIDADE CURRICULAR PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A elaboração e desenvolvimento do Projeto Interventivo deve ser, inicialmente, de responsabilidade dos docentes, sem, contudo, isentar a participação efetiva de toda a comunidade escolar, que favorece o uso de atividades, espaços e tempos escolares flexibilizados diante da heterogeneidade do ambiente escolar.

O Projeto Interventivo, no contexto do Novo Ensino Médio, figura como unidade curricular que visa a recuperação de conhecimentos necessários para o alcance dos objetivos das aprendizagens. Suas estratégias precisam ser diversificadas e diferenciadas daquelas desenvolvidas na sala de aula, com base, principalmente, nos pressupostos da pesquisa-ação. Após análise dos resultados obtidos por meio de avaliações diagnósticas, os docentes ressignificam a sua prática, considerando a realidade em que atuam e tomando estes conhecimentos como ponto de partida para o Projeto Interventivo.

Há de se considerar, ainda, que o Projeto Interventivo não possui caráter de correção da incompatibilidade idade/série, sendo unidade curricular com função de recuperação das aprendizagens não alcançadas.

O próximo ponto a ser considerado, após a identificação da situação problema e da verificação da necessidade de intervenção complementar para que as aprendizagens ocorram, é a elaboração escrita do Projeto Interventivo.

A fase exploratória do Projeto Interventivo consiste na definição da situação problema inicial e dos objetivos para os estudantes contemplados. Nessa fase, discute-se a metodologia mais adequada, a temporalidade e as estratégias pedagógicas, considerando os objetivos a serem alcançados por cada estudante.

A inclusão do Projeto Interventivo na grade curricular do estudante é inserida no lugar de Eletiva de Itinerário Formativo.

Caso os docentes da Área do Conhecimento, durante Conselho de Classe, indiquem a possibilidade, o Projeto Interventivo pode ser substituído por Eletiva de Itinerários Formativos, desde que esta trabalhe os objetivos de aprendizagem, junto aos estudantes que apresentaram necessidade de intervenção.

O Projeto Interventivo pode ser desenvolvido de forma presencial ou a distância, (EaD), mediante normativos que garantem esta oferta e viabilidade de carga horária para o estudante. O atendimento aos estudantes em Projeto Interventivo pode oferecer atividades no turno escolar, presencialmente, e/ou no turno contrário, de forma remota, de acordo com a realidade social da comunidade em que a unidade escolar está inserida e a organização da grade curricular do estudante. Os processos avaliativos perpassam por todo o Projeto Interventivo, a partir das análises e reflexões feitas pelo docente, como também das críticas e sugestões dos estudantes. Ela deve presumir o uso de metodologias ativas, que pressupõem a presença de dialogicidade, observações diárias da participação dos estudantes bem como analisar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes na sequência de atividades trabalhadas. Por fim, ao final do Projeto Interventivo, faz-se necessário o registro do resultado no diário de classe, por meio das menções:

Envolvimento Pleno (EP)
Envolvimento Satisfatório (ES)
Envolvimento Regular (ER)

PROJETOS PARA RECUPERAÇÃO CONTÍNUA DAS APRENDIZAGENS DURANTE O PROCESSO

Os Projetos para Recuperação Contínua das Aprendizagens têm a função de desenvolver os objetivos de aprendizagem ainda não alcançados pelo estudante em um componente curricular da FGB ou em uma unidade curricular Eletiva, podendo ser desenvolvido em dois momentos durante o semestre letivo:

Após o término do semestre, no caso de o estudante com menção Envolvimento Regular (ER) em uma Eletiva; e/ou no caso de o estudante ter sido aprovado na FGB, mas ainda apresenta a necessidade de alcançar determinados objetivos de aprendizagem.

Os Projetos para Recuperação das Aprendizagens são espaços/tempos para novas estratégias pedagógicas, a fim de favorecer o alcance dos objetivos de aprendizagem não alcançados.

Os Projetos devem considerar as particularidades dos estudantes, suas necessidades, bem como habilidades que possam ser potencializadas, de forma a possibilitar novas aprendizagens. Sugere-se explorar estratégias diferenciadas, ainda não utilizadas no cotidiano da sala de aula e que envolvam oralidade, pesquisa, escrita e o amplo debate entre os estudantes.

RECUPERAÇÃO FINAL DA SÉRIE

A Recuperação Final deve ocorrer de acordo com o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Esta recuperação é desenvolvida após o término da cada série para os estudantes que não obtiveram aproveitamento suficiente nas médias de até três componentes curriculares ou unidades curriculares. O estudante que tiver aproveitamento insuficiente em mais de três componentes ou unidades curriculares pode realizar a Recuperação Final a critério do Conselho de Classe, mediante análise circunstanciada de cada caso. O estudante não terá direito à Recuperação Final caso tenha frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da série.

A Recuperação Final deve utilizar diferentes instrumentos e procedimentos avaliativos com o objetivo de promover a aprendizagem e evidenciar os avanços dos estudantes.

O estudante é promovido quando, após a Recuperação Final, obtiver em cada Componente Curricular nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos ou atingir o objetivo de aprendizagem da Unidade Curricular.

A nota da Recuperação Final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior.

A recuperação final aplicada à 1ª série tem fins de recuperação das aprendizagens com substituição de resultados.

O estudante que não obtiver resultado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, segue em Progressão Continuada da 1ª série para a 2ª série.

A recuperação final aplicada à 2ª série tem fins de recuperação das aprendizagens com possibilidade de retenção, caso não haja resultado igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos para substituição de resultados.

O estudante que não obtiver resultado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, segue em Progressão Parcial da 2ª série para a 3ª série, observado o regime de dependência, segundo o Art. 224 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A recuperação final aplicada à 3ª série tem fins de recuperação das aprendizagens com possibilidade de retenção, caso não haja resultado igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos para substituição de resultados.

O estudante em processo de aprendizagem deve ser enturmado em Projeto Interventivo que corresponda ao espaço pedagógico da Área do Conhecimento necessário para recuperação de aprendizagens não alcançadas na FBG e/ou no IF. O arredondamento de notas ocorre somente no lançamento da Média Final e na nota da Recuperação Final, conforme disposto no § 4º do Art. 184 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, pelo próprio Sistema EducaDF.

A decisão de promoção do estudante pelo Conselho de Classe, discordante do parecer do professor regente de determinado componente curricular e/ou unidade curricular, deve seguir o disposto no Art. 32 do Regimento, a fim de preservar o registro anteriormente efetuado pelo professor: *Art. 32. O Conselho de Classe, presidido pelo Diretor ou seu representante, é secretariado por um de seus membros, indicado por seus pares, que registrará ata em documento próprio. Parágrafo único. A decisão de promoção do estudante pelo Conselho de Classe, discordante do parecer do professor regente de determinado componente curricular, deve ser registrada em ata e no Diário de Classe, no campo "Informações Complementares", preservando-se nesse documento o registro anteriormente efetuado pelo professor.*

O Conselho de Classe deve orientar, semestralmente, a composição das turmas para o semestre subsequente, considerando os estudantes que necessitam de recomposição das aprendizagens, entendidos como aqueles que:

- durante o semestre em curso, não alcançaram os resultados esperados, por meio das estratégias para recuperação contínua das aprendizagens;
- não melhoraram os resultados e, ainda, demonstram lacunas nas aprendizagens ao final da série;
- estão em regime de dependência.

RESULTADOS FINAIS

COMPONENTES CURRICULARES E ÁREAS DO CONHECIMENTO

Os resultados finais de cada Componente Curricular e da Área do Conhecimento devem ser registrados com notas, utilizando escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ITINERÁRIOS, TRILHAS E PROJETOS

Os resultados finais dos Itinerários Formativos, do Itinerário Integrador, do Itinerário de Formação Técnica e Profissional, das Trilhas de Aprendizagem e dos Projetos Interventivos e dos Projetos para Recuperação Contínua das Aprendizagens devem ser registrados por meio de menções, sendo distintas entre:

- Itinerários Formativos, Trilhas e Projetos - Menções dos Itinerários Formativos (IF), Itinerários Integradores (II), Projetos Interventivos e Trilhas de Aprendizagem:
- Envolvimento Pleno (EP)
- Envolvimento Satisfatório (ES)
- Envolvimento Regular (ER)

Ao final dos 6 semestres, o estudante que apresentar Média Final, na FGB, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos e menção "Envolvimento Pleno (EP)", "Envolvimento Satisfatório (ES)" ou "Envolvimento Regular (ER)" nos Itinerários Formativos (IF), Itinerários Integradores (II), Projetos Interventivos e Trilhas do Conhecimento, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) do total de horas letivas, é Aprovado no Ensino Médio.

A Média Final na FGB é feita a partir das médias das notas das Áreas do Conhecimento, ao final de cada série, podendo, ao final da Fase 1 (2ª série), resultar na reprovação do estudante, caso este apresente média abaixo de 5,0 (cinco) pontos em três ou mais componentes curriculares. Ressalta-se, no entanto, que é possível a aprovação mediante Progressão Parcial em Regime de Dependência em até dois componentes curriculares.

Ao final da Fase 2 (3ª série), caso o estudante apresente nota abaixo de 5,0 (cinco) pontos, em qualquer componente curricular, pode resultar em reprovação.

NOS ITINERÁRIOS, NAS TRILHAS E NOS PROJETOS

As menções dos Itinerários Formativos (IF), dos Itinerários Integradores (II), das Trilhas de Aprendizagem, dos Projetos Interventivos e do Projeto de Vida são computadas em média modal. A média final é a menção com maior frequência nos registros.

A Moda pode ser utilizada também para critérios de discussão do Conselho de Classe quanto à necessidade de intervenções ou indicação de eletiva ou projeto interventivo que aborde objetivos de aprendizagem equiparáveis.

Ao final da Fase 1, para o estudante que alcançou os objetivos de aprendizagem, obtendo médias suficientes, o registro final na Fase será o de Aprovado, não cabendo, assim, possibilidade de retenção nas eletivas ou trilhas. Contudo deve-se considerar que os IF são a expressão dos aprofundamentos e flexibilização do currículo, sendo, então, passíveis de consideração em Conselho de Classe para critérios de reprovação ao estudante que não alcançar notas em 3 (três) ou mais componentes da FGB na Fase 1 ou um componente na Fase 2.

O Conselho de Classe, instância colegiada, deliberativa e, no caso do Conselho Participativo, composto pelo corpo docente, discente e comunidade escolar, deverá se

reunir ao final de cada bimestre, bem como após a Recuperação Final, para análise dos processos de ensino e de aprendizagens, com vistas a intervenções em prol dos progressos de cada estudante, podendo, ainda, reunir-se extraordinariamente sempre que a unidade escolar compreender a necessidade.

O Conselho de Classe deverá analisar a jornada dos estudantes, à luz da avaliação formativa, considerando o estudante em sua totalidade e compreendendo o seu Projeto de Vida, como base no trinômio avaliação-ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe tem autonomia, dentro dos limites das normas educacionais e direitos a ele atribuídos, em suas decisões, sendo o responsável final pela indicação de Projetos Interventivos, Projetos para Recuperação das Aprendizagens, Progressão Parcial em Regime de Dependência e resultado final para terminalidade.

Legislação

Plano Nacional de Educação

↳ Plano Nacional de Educação (PNE) – Sancionado como lei em 2014, o PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos (até 2024). Entre os objetivos, estão a “renovação do Ensino Médio, com abordagens interdisciplinares e currículos flexíveis”, a “ampliação da oferta da educação em tempo integral e o apoio ao desenvolvimento do protagonismo juvenil”.

Base Nacional Comum Curricular

↳ A Base Nacional Comum Curricular – A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

↳ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) – São normas criadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que orientam o planejamento curricular e indicam sua estrutura. O normativo entra em aspectos que não competem à Base Nacional Comum Curricular, como a situação do estudante que ainda está cursando o Ensino Médio antigo e a carga horária da educação a distância.

Comitê Gestor Intersetorial

↳ Portaria nº 22, de 4 de fevereiro de 2020 – Em 2020, foi instituído o Comitê Gestor Intersetorial do Novo Ensino Médio – CGI, pela Portaria nº 22, de 4 de fevereiro de 2020, publicado no DODF nº 10, de 4/2/2020, páginas 3 e 4 – Edição Extra.

Leis

↳ Lei nº 9.394/1996 (LDB) – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamenta a estrutura e o funcionamento da educação básica do Brasil.

↳ Lei nº 13.415/2017 – É conhecida como a Lei do Novo Ensino Médio. O normativo alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para mudar o Ensino Médio, inserindo dispositivos como o aumento da carga horária mínima e a possibilidade de que os estudantes escolham em quais áreas querem aprofundar os estudos e a possibilidade de escolher um curso da Educação Profissional em nível técnico.

Portarias

↳ Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018 – Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação.

↳ Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018 – Estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI e a seleção de novas unidades escolares para o Programa.

↳ Portaria MEC nº 1.024, de 4 de outubro de 2018 – Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI, instituída pela Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018.

↳ Portaria MEC nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 – Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Para contribuir com o processo de elaboração dos itinerários, o MEC publicou um guia didático, que pode ser baixado [AQUI](#).

↳ Portaria nº 21, de 4 de fevereiro de 2020 – Autoriza a implementação do Novo Ensino Médio no DF, por meio de Projeto-Piloto, em unidades escolares da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

↳ Portaria nº 22, de 4 de fevereiro de 2020 – Dispõe sobre as atribuições das Subsecretarias referentes ao Novo Ensino Médio no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF e institui o Comitê Gestor Intersetorial, em consonância com a Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018.

↳ Portaria nº 507, de 30 de dezembro de 2020 – Aprova o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal.

↳ Portaria nº 93, de 3 de março de 2021 – Altera a Portaria nº 21, de 4 de fevereiro de 2020, e autoriza a implementação do Novo Ensino Médio no DF, por meio de Projeto-Piloto, em unidades escolares da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF.

Resoluções

↳ Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 – Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

↳ Resolução nº 2/2020-CEDF, de 24 de dezembro de 2020 – Estabelece normas e diretrizes para a educação básica no sistema de ensino do Distrito Federal.

↳ Resolução FNDE nº 21, de 14 de novembro de 2018 – Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Notas Técnicas

↳ Nota Técnica nº 02/2019, do Conselho de Educação do DF – Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio na proposta pedagógica das escolas do Distrito Federal.

↳ Nota Técnica nº 03/2019, do Conselho de Educação do DF – Dispõe sobre os Itinerários Formativos, em complementação à Nota Técnica nº 02/2019-CEDF.

Parecer

↳ Parecer nº 112/2020-CEDF, de 08 de dezembro de 2020 – Aprova o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio da rede pública de ensino do Distrito Federal; e dá outras providências.

REGIME DE DEPENDÊNCIA – E.M.

Art. 224. É adotada a Progressão Parcial em Regime de Dependência que assegura ao estudante prosseguir os estudos na série/ano imediatamente subsequente, dentro de uma mesma etapa da Educação Básica, quando o seu aproveitamento na série/ano anterior for insatisfatório em até 2 (dois) componentes curriculares. Art. 225. É assegurado o prosseguimento de estudos para a 8.ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, para os 7.º, 8.º e 9.º anos do Ensino Fundamental de 9 anos e para a 2.ª e a 3.ª séries do Ensino Médio.

A avaliação dessas atividades varia de **0 (zero) a 10 (dez)**; portanto, o simples fato de realizar as atividades não representa uma aprovação do aluno em dependência; é necessário que os alunos as realizem com qualidade. **A família é que deverá fazer opção pelos estudos de dependência**, em formulário próprio elaborado e enviado pela Direção da Escola.

Art. 226. A opção pela Progressão Parcial em Regime de Dependência é facultativa e deverá formalizada pelo estudante, ou por sua família e/ou responsável legal por meio de formulário próprio.

Art. 227. A Progressão Parcial em regime de dependência não se aplica ao estudante retido em uma série/ano em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), conforme legislação vigente.

Art. 228. A progressão parcial em regime de dependência será desenvolvida na própria unidade escolar ou em outras instituições educacionais credenciadas, na forma da legislação específica, e deverá estar prevista no Projeto Político Pedagógico - PPP.

Art. 229. O estudante em Progressão Parcial em Regime de Dependência pode ser dela dispensado, mediante aproveitamento de estudos feitos a partir de documentação escolar que comprove a conclusão do(s) componente(s) curricular(es) em dependência, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos, inclusive nos Exames de Certificação. Parágrafo único. Para conclusão de componente curricular nos Exames de Certificação, deve-se observar a idade mínima exigida.

Art. 230. Independentemente do resultado obtido nos estudos de Progressão Parcial em Regime de Dependência, o estudante deve ser promovido para a série/ano seguinte àquele que está cursando, se nele evidenciar desempenho satisfatório no componente curricular cursado na dependência.

Art. 231. O estudante que, no mesmo componente curricular, apresentar rendimento insuficiente na dependência e na série/ano em que está matriculado ficará reprovado.

Art. 232. O resultado da dependência deve ser registrado em ata própria, na Ficha Individual do Estudante e no Histórico Escolar.

As datas para as ações da Dependência, serão divulgadas de acordo com o calendário escolar, proporcionando o tempo necessário para a aplicação satisfatória da mesma e também buscando atender a realidade e a organização da comunidade escolar.

DIÁRIO DE CLASSE

A escrituração do Diário de Classe segue orientações da Secretaria Escolar, mantendo-se a obrigatoriedade e responsabilidade do registro por parte dos professores, quer seja em diário eletrônico ou ainda em diário físico, registrando todos os procedimentos e atividades pedagógicas desenvolvidas pelo aluno.

✓ Carga Horária

Em 2022, executaremos o Calendário Escolar – 2022, com a previsão de **200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar**, o qual contempla atividades remotas, bem como atividades presenciais.

Assim, de acordo com os horários de suas respectivas aulas, **o professor deverá registrar, diariamente, em seus Diários de Classe, os conteúdos trabalhados e ações didático-pedagógicas realizadas**, em concordância com as atividades desenvolvidas nas plataformas (AVA), e com as atividades impressas produzidas, além de registrar a realização de *lives*, chats, videoconferências informativas e de orientações aos pais, mães ou responsáveis legais, realização de chamadas de vídeo para conversas e interação com os seus estudantes e suas famílias. Orienta-se acrescentar ao registro, o meio de interação/comunicação utilizado para enviar as atividades, especificando se por meio das plataformas, e-mail, *WhatsApp*, telechamada, impresso, entre outros.

Importância dos registros nos Diários de Classe: assegurar o percurso escolar do estudante, bem como comprovar a atuação do professor no exercício da docência.

Os diários do ENSINO MÉDIO SEMESTRALIDADE, NEM, EMTI, NEMTI serão distintos, com orientações específicas.

CONSELHO DE CLASSE BIMESTRAL:

Realizado ao término do 1º e 2º, 3º e 4º bimestres, acompanhando o desenvolvimento de aprendizagem, resultados e conceitos formativos dos alunos, com registro em Ata digital dos resultados apresentados.

CONSELHO DE CLASSE SEMESTRAL:

Realizado ao final do 1º e 2º Semestres, acompanhando o desenvolvimento de aprendizagem, resultados e conceitos formativos dos alunos, com registro em Ata digital dos resultados apresentados.

CONSELHO DE CLASSE FINAL:

Realizado após as Provas de Recuperação Final, seguindo Calendário Oficial das Escolas Públicas do DF.

JUSTIFICATIVAS DA SEMESTRALIDADE:

- Esta modalidade facilita a compreensão dos conteúdos e um melhor aproveitamento por parte dos alunos; pois, ao invés deles estudarem para 14 disciplinas durante todo o ano letivo; eles estudam para no máximo 9 disciplinas do currículo a cada semestre letivo;
- A fixação de conteúdos das disciplinas (pelos alunos) pode apresentar melhor resultado (pois elas estão condensadas em menor tempo em carga horária maior por esse período);
- A facilitação da aprendizagem pode evitar a REPETÊNCIA DE SÉRIE e a EVASÃO ESCOLAR;
- Esta modalidade permite ao professor acompanhar melhor a aprendizagem de seus alunos, uma vez que estes atenderão menos turmas. Os professores ao invés de

dar aulas para 12 turmas ou mais; eles darão aulas no máximo para 6 turmas a cada semestre letivo, com exceção de PD2 que terão 12 turmas a cada semestre letivo.

- A necessária adequação da DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS ao início do ano aos professores precisa se adequar diretamente ao desenvolvimento das Diretrizes da Semestralidade vigentes, a saber, projetos, atendimentos...

Não há perda de carga horária para nenhuma disciplina; pois na modalidade semestral as cargas horárias foram dobradas.

MODALIDADE SEMESTRAL	MODALIDADE ANUAL
4 aulas de história por semana	2 aulas de história por semana
4 aulas de química por semana	2 aulas de química por semana
4 aulas de biologia por semana	2 aulas de biologia por semana
4 aulas de geografia por semana	2 aulas de geografia por semana
4 aulas de filosofia por semana	2 aulas de filosofia por semana
2 aulas de espanhol por semana	1 aulas de espanhol por semana
4 aulas de sociologia por semana	2 aulas de sociologia por semana
4 aulas de arte por semana	2 aulas de arte por semana
4 aulas de física por semana	2 aulas de física por semana
4 aulas de inglês por semana	2 aulas de inglês por semana
4 aulas de Língua Portuguesa por semana	4 aulas de Língua Portuguesa por semana
3 aulas de Matemática por semana	3 aulas de Matemática por semana
2 aulas de Ed. Física por semana	2 aulas de Ed. Física por semana
2 aulas de PD por semana	1 aulas de PD por semana
1 aulas de ER por semana	1 aulas de ER por semana

C. FREQUÊNCIA DOS ALUNOS:

Diário de Classe Web

No Diário de Classe Web, a funcionalidade da **presença** como “presença padrão” (.), **FJ – falta justificada**) para aquele estudante que se encontrar em alguma situação amparada por decreto (laudo médico impeditivo de frequentar a aula presencial).

Diário de Classe, em seu formato impresso (Sala de Recursos)

(.) – dia letivo com atividades presenciais;

(F) – dia letivo com ausências

(FJ) – falta justificada

No campo “Informações Complementares” de cada Diário de Classe, em formato impresso, o professor deverá registrar a seguinte informação, além dos decretos e outros documentos:

Nos dias letivos registrados com barra (/), foram desenvolvidas atividades remotas.

D. APROVAÇÃO DOS ALUNOS: ENSINO MÉDIO SEMESTRALIDADE

Será considerado APTO a cursar a série seguinte o aluno que obtiver no mínimo 50% de aproveitamento, considerando todas as variantes do momento de aulas remotas e híbridas.

✓ **Avaliações**

Ratificamos, a nota não pode nunca pretender punir os estudantes. Afinal, o objetivo não deve ser “avaliar para medir”, e sim as aprendizagens **com foco na avaliação formativa, com destaque maior ainda durante a realização de atividades pedagógicas remotas.**

Os materiais impressos, a serem disponibilizados para os estudantes em situação de risco pessoal quanto à Covid-19, poderão ser compostos por **livros didáticos**, paradidáticos e de literatura, adotados pela SEEDF, bem como material didático produzido pelos professores

A avaliação será contínua através de observações feitas a partir do desenvolvimento de cada aluno, trabalhos individuais e coletivos, participação ativa dos mesmos em todas as atividades propostas e registros em ficha específica.

EJA: MODELO PRESENCIAL

Obediência às DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 2014/2017.

3º SEGMENTO SEMESTRAL PRESENCIAL - Noturno

Na Educação de Jovens e Adultos - EJA a avaliação escolar, em seus diferentes processos e espaços, não poderá renovar as exclusões a que esse público foi submetido ao longo dos tempos. Portanto, destaca-se que a avaliação formativa é aquela que encoraja, orienta, informa e conduz os sujeitos sociais (jovens, adultos e idosos) em uma perspectiva contínua que estimule a autorregulação das suas aprendizagens. Para tanto são utilizados instrumentos e procedimentos avaliativos que compreendam e reconheçam os saberes adquiridos a partir das trajetórias de vida dos estudantes e das suas relações com o mundo do trabalho. A maneira como articulam os novos conhecimentos construídos na escola com aqueles trazidos pelos estudantes sinaliza a importante utilização da avaliação diagnóstica, elemento da avaliação formativa, que pode romper com a lógica autoritária da avaliação classificatória.

A construção de memorial analítico-reflexivo que pode ser incorporado ao portfólio ou a outro instrumento que o docente desejar constitui-se como importante instrumento para construção da autoestima positiva e o desenvolvimento do estudante da EJA por meio da compreensão da própria história de vida. Diretrizes de Avaliação Educacional - Triênio 2014/2016 | Página15

O total de 800 horas corresponde a 1000h/aulas de 50 minutos para cada série anual, em média, ficando assegurado o mínimo estabelecido na Legislação vigente. (noturno - EJA).

O currículo desenvolvido os Referenciais Curriculares Nacionais, sendo executados por professores devidamente habilitados, qualificados e comprometidos com o processo educacional.

OBJETIVOS

1. Criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam as habilidades e competências com conteúdos necessários para a vida e a sociedade.
2. Possibilitar a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.
3. Permitir ao aluno exercitar sua cidadania a partir da compreensão da realidade.
4. Buscar novas soluções, criar situações que exijam o desenvolvimento integral dos alunos e estimular estratégias variadas de compreensão da realidade.
5. Melhorar a qualidade de ensino motivando e efetivando a permanência do aluno na escola, evitando a evasão.
6. Encaminhar o educando para o saber fazer, como aprender a conhecer, a viver e a ser num diálogo permanente, seja questionando, negando, confirmando, complementando, ampliando por meio de um processo de ensinar-aprender-avaliação (contextualização e interdisciplinaridade)
7. Promover, criando mecanismos de participação e integração escola/comunidade numa gestão compartilhada.
8. Atuar no sentido do desenvolvimento humano e social, tendo em vista a sua função de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade, a par de seus trabalhos.
9. Possibilitar um ambiente profissional propício de valorização e participação coletiva.
10. Adquirir recursos materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento das habilidades e competências curriculares.
11. Melhorar e adequar o espaço físico e das edificações.
12. Melhorar o espaço destinado às práticas de Educação Física e Desportos.
13. Criar mecanismos para divulgações de documentos oficiais referentes aos direitos e deveres do cidadão, assim como temas referentes à saúde e educação.
14. Buscar recursos financeiros para desenvolver os objetivos propostos para a melhoria dos espaços físicos e aquisição de materiais didático-pedagógicos, nas formas de captação junto ao governo local (PDAF) e Governo Federal (PDDE) e através de promoções junto à comunidade escolar.
15. Ampliar o acesso à Internet aos professores, alunos e auxiliares da Educação.
16. Intensificar parcerias com o Conselho Escolar, com a Associação de Pais e Mestres – APM, assim como com as parcerias de iniciativa privada.
17. Possibilitar a aplicação do PDE , assim como, PDAF, PDDE E PDE.
18. Apoiar Programas e Projetos governamentais que contribuem com o desenvolvimento educacional.

METAS

1. Diminuição dos níveis de evasão escolar
2. Aumento da promoção satisfatória
3. Diminuição do índice de repetência
4. Redução no percentual dos alunos defasados em idade/série, com base nos dados do censo escolar.
5. Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.
6. Avaliação contínua e paralela.

7. Realização de eventos culturais, sociais e esportivos que promovam a conscientização e construção da cidadania e da dimensão política.
8. Construção de um Conselho Escolar atuante.
9. Incentivo por meio de reconhecimento e premiação por indicação dos profissionais da educação e suporte pedagógico, administrativo e financeiro possíveis à aplicação de atividades interdisciplinares.
10. Utilização racional dos bens e do patrimônio público, em especial, as salas de apoio (Telessala, laboratórios de Química, Física, Biologia e Matemática, Laboratório de Informática, Sala de Leitura)
11. Adequação do espaço físico aos portadores de necessidades especiais.
12. Elaboração e realização de eventos artístico-culturais para a promoção e desenvolvimento das habilidades do educando.
13. Promoção de formações, momentos culturais, confraternizações e atividades esportivas para fortalecimento das boas relações humanas.
14. Adoção de medidas de incentivo como exposições e festival de literatura para a formação de novos leitores utilizando acervo da Sala de Leitura Joaquim Nabuco.
15. Divulgação por meio de palestras e/ou estudos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 11.340 – "Lei Maria da Penha", Código de Defesa do Consumidor, Métodos anticoncepcionais, Aborto, Planejamento Familiar, Orientações Nutricionais e Esportivas, Prevenção ao uso de Drogas Lícitas e Ilícitas, entre outros temas.
16. Estímulo e valorização da cooperação do Conselho Escolar e da APM por meio de reuniões bimestrais de acompanhamento do plano de ação.
17. Divulgação das propostas e resultados obtidos após a realização das mesmas.
18. Avaliação institucional permanente por meio de reuniões bimestrais com os segmentos escolares.
19. Avaliação institucional por meio de questionário por cada segmento escolar.

ESTRATÉGIAS

1. Utilizando o espaço pedagógico privilegiado da coordenação de professores, traçar atividades curriculares disciplinares, interdisciplinares e/ ou multidisciplinares (estudos e leituras, palestras e dinâmicas correlacionadas e definidas dentro da coletividade) que facilitem a execução de planejamentos coletivos e que possibilitem a obtenção das metas dos indicadores de ensino.
2. Implementação e implantação de projetos interdisciplinares e multidisciplinares ao longo do ano (Festivais, palestras, apresentações culturais etc.):
 - Recuperação paralela baseada no disposto no Artigo 24, item V, alínea "e", da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Artigo 128, item I da Resolução nº 01/2005 – CEDF e no contido no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (por meio de observação, relatórios, questionários, pesquisas, testes/provas, entrevistas, fichamentos, portfólio etc, de acordo com a programação do professor regente;
 - Regime de Dependência de Estudos conforme a Lei nº 2686, de 19 de janeiro de 2001, que institui opção pelo Regime de Dependência para prosseguimento dos Estudos.

- Construir Projeto Coletivo, juntamente à Área de Códigos e Linguagens, de Conservação e recuperação do patrimônio público durante o ano letivo realizando trabalho interdisciplinar;
 - Desenvolver projeto interdisciplinar de valorização da cultura afro-brasileira indígena e regional por meio de atividades culturais, nos termos da Lei Nº 10 639, e Lei 11.645/2008 semestralmente.
 - Valorizar a Educação de Jovens e Adultos - EJA
 - Organizar de maneira coletiva Campeonatos esportivos, anualmente.
 - Elaborar horários e atividades coletivas da Banda de Música, atendendo a unidade escolar e, dentro da possibilidade, a comunidade.
 - Organizar coletivamente a Olimpíada de Matemática na escola.
 - Organizar coletivamente a Olimpíada de Português na escola.
3. Aplicação e tabulação de uma pesquisa diagnóstica socioeconômica e cultural para conhecimento da comunidade escolar.
 4. Avaliação e controle da qualidade de ensino por meio da tabulação de dados estatísticos bimestralmente e por meio das observações da rotina do aluno.
 5. Realização de reuniões com o Conselho Escolar, APM, segmentos escolares e atendimento permanente e transparente à comunidade em geral a fim de viabilizar a avaliação institucional.
 6. Planejar em coordenações coletivas a utilização racional dos recursos e das salas de recursos da escola: Sala de Leitura, Videoteca, Laboratórios, Coordenação, Auditório, cantina, assim como buscar junto à SEEDF a viabilidade de modulação de profissionais com habilidades para suporte nestas.
 7. Instalação de computadores nas dependências administrativas.
 8. Melhoria e adequação possível das dependências escolares aos portadores de necessidades especiais.
 9. Avaliação Educacional:
 10. Ampliação das justificativas de ausências concedidas por atestado médico ou licença maternidade, tendo em vista a inclusão social plena do jovem, adulto e idoso, a partir do direito à educação, sua dinâmica de vida e a realidade da sociedade moderna. Portanto, questões de trabalho, saúde, familiares, sociais, jurídicas, econômicas e de fenômenos da natureza devem ser reconhecidas como justificativas de ausência temporária dos estudantes, mediante a formalização do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) e posterior cumprimentos de atividades compensatórias domiciliares. O requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) deverá ser utilizado nos casos em que o estudante ultrapassar o limite estabelecido de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas. A solicitação deverá ser analisada e, sendo deferida, a aprovação estará vinculada à obtenção de 50% (cinquenta por cento) de rendimento em cada componente curricular e a realização de atividades compensatórias domiciliares. As atividades compensatórias domiciliares/exercícios domiciliares, conforme prevê o Decreto-Lei 1.044/1969, contemplarão as aprendizagens significativas referentes ao período de ausência do estudante, previsto no requerimento AJUS. O professor deverá, obrigatoriamente, promover a realização das atividades compensatórias domiciliares em tempos diversos aos do horário de matrícula do estudante.

Os procedimentos a serem tomados para a Ausência Justificada com Critérios (AJUS) são: A) Para o estudante:

- Utilizar o requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) (Anexo A)

- Preencher o requerimento oficial AJUS, disponibilizado na secretaria da UE.
 - Anexar os comprovantes que justifiquem a utilização do AJUS.
 - Apresentar o requerimento AJUS, em até 72 (setenta e duas) horas, a contar do último dia de sua ausência.
 - Entregar o formulário diretamente para membro da equipe gestora ou coordenador pedagógico local ou orientador educacional da UE.
 - Cumprir com as atividades compensatórias domiciliares no prazo estipulado pelo professor do componente curricular.
- B) Para a equipe gestora, coordenador pedagógico ou orientador educacional são:
- Disponibilizar o requerimento da AJUS para os estudantes que o solicitarem
 - Receber o requerimento da AJUS.
 - Promover um momento com representantes do conselho de classe para análise do requerimento AJUS.
 - Registrar a análise do requerimento em campo próprio.
- C) Para os professores do estudante requerente da AJUS:
- Participar da análise do requerimento AJUS.
 - Promover atividades complementares domiciliares aos estudantes que tiveram seus requerimentos deferidos, considerando o período de ausência do estudante registrado no AJUS.
 - Os princípios da Avaliação Formativa deverão ser observados, na elaboração das atividades complementares domiciliares, conforme estabelecem as Diretrizes de Avaliação Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

O primeiro ponto a ser pensado é que **neste momento os sentimentos deverão ser acolhidos**, e a maneira como isso será feito será primordial para tudo o que virá depois. Diversos são os motivos para o acolhimento, **todos, ou quase todos os estudantes passaram por experiências de luto próximas a elas, de familiares, amigos e pessoas conhecidas, e as perdas vividas precisam ser tratadas de maneira especial.**

Além disso, as mudanças de rotina que ocorreram, em suas vidas, irão novamente se transformar. **Se foi difícil de repente estarem todos em casa, mudar a rotina novamente, e se ausentar da segurança que o lar representa, pode também gerar alguns impactos.** Todo um período de readaptação à escola terá que ser feito novamente.

É ainda importante desenvolver a empatia dos alunos, ser tolerante em relação aos conteúdos a serem cumpridos, rever as expectativas e objetivos para o semestre letivo. Avaliar o aluno, observar os que necessitam de maior apoio pedagógico, verificar conteúdos e disciplinas a serem priorizados, pensar atividades e estratégias para repor aquilo que não foi alcançado é também papel do professor.

Adequar o aprendizado significa ter o foco na aprendizagem do que é mais importante, desenvolver as habilidades socioemocionais previstas na BNCC, reorganizar conteúdos de acordo com a nova realidade educacional, rever e adaptar objetivos. Avaliar e criar estratégias de recuperação da aprendizagem, disponibilizar meios tecnológicos e outros recursos de complementação da aprendizagem.

A pandemia acentuou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar à novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se. Agora é preciso estabelecer metas de aprendizagem diferentes para crianças com níveis de aprendizado diferentes.

A inclusão de todos na escola é um direito antes, durante e depois da pandemia.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação se dará, pela importância e necessidade de acordo com o calendário escolar oficial, através da proximidade do coletivo objetivada por este Projeto. No entanto, há de se propor momentos definidos de discussão, definição de prioridades e retomada de ações, a fim de possibilitar a tão almejada transparência, eficiência e cidadania.

Tradicionalmente o processo de avaliação consiste basicamente em determinar o grau de alcance dos objetivos educacionais de programas curriculares e instrucionais.

“O processo avaliativo consiste, basicamente, na determinação do quanto os objetivos educacionais estão sendo atingidos por programas curriculares e instrucionais. (...) os objetivos visados traduzem certas mudanças desejáveis nos padrões de comportamento do aluno, a avaliação é o processo destinado a verificar o grau em que essas mudanças comportamentais estão ocorrendo. (...) A avaliação deve julgar o comportamento dos alunos, pois o que se pretende em educação é justamente modificar tais comportamentos”(SAUL, 1991 apud Tyler, 1949: 105,6).

A avaliação da aprendizagem nessa perspectiva, nada mais é do que uma questão de controle do planejamento curricular. Esse pensamento positivista de avaliação impregnou o âmbito acadêmico brasileiro, chegando a subsidiar toda uma legislação sobre avaliação, seja em nível federal ou estadual.

Assim, a avaliação educacional brasileira tem sido marcada por uma abordagem quantitativa que deixa à margem os aspectos inerentes à complexidade da condição humana, seja individual ou coletiva, esta traduzida em organizações institucionais. Enfatiza os produtos e os resultados e não o processo dinâmico e criativo verificado em qualquer ação social.

Reverter essa situação requer bem mais que políticas públicas educacionais e econômicas. É necessária uma fé na condição HUMANA do homem por parte de todos os segmentos da sociedade, sejam políticos, econômicos, culturais. É necessário ver o homem não como um objeto, um produto, e sim como um sujeito capaz de autogerir-se e transformar-se de forma crítica e reflexiva. Capaz de superar determinismos numa ação-reflexão no mundo, com o mundo e para o mundo.

Frente à realidade é preciso um posicionamento pessoal, responsável e radical de um sujeito comprometido com a construção de “uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é do ensino, da aprendizagem e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada e comprometida com a aprendizagem de todos e com a transformação da sociedade em uma sociedade realmente democrática”.

A tarefa de avaliar nessa perspectiva - que não seja de julgamento dos resultados e/ou produtos - mas sim do processo como um todo, exige dos sujeitos sociais, plena convicção de uma educação diferente para sujeitos diferentes como afirma Morin: “Uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”. (Morin, 2000: p.11).

Quando acontece ao longo do processo, a avaliação diagnóstica visa identificar as causas das deficiências verificadas na aprendizagem do aluno. Ela é um processo pedagógico que precisa ser compartilhado pelo aluno. Nesse sentido, deve permitir-lhe identificar as possibilidades e dificuldades relacionadas ao seu processo de aprendizagem.

É processual e contínua, pois deve ocorrer durante todo o processo, permitindo que professores e alunos verifiquem como a aprendizagem está realmente acontecendo. Essa função da avaliação possibilita, ainda, que as medidas corretivas sejam tomadas no momento adequado, promovendo a recuperação da aprendizagem do aluno de forma paralela e contínua.

AVALIAÇÃO

Para que o acompanhamento do aprendizado e as avaliações sejam coerentes e adequadas, é imprescindível que esse processo seja vivenciado por professores e alunos no dia a dia escolar. A dica para os educadores é variar o máximo possível os instrumentos para avaliar a aprendizagem dos seus alunos no ensino a distância.

O planejamento permanecerá com a organização bimestral, para o Ensino Médio SEMESTRALIDADE, NEM e semestral para a EJA.

Tendo isso em mente, é possível concluir que a avaliação é também um processo formativo, ou seja, deve existir de forma integrada à prática pedagógica, no intuito de contribuir e retroalimentar o desenvolvimento das competências dos alunos. É a partir dela que se mapeiam conhecimentos e habilidades consolidados e a consolidar, e se revisa e redireciona o ensino.

É válido destacar que não nos basearemos em um processo avaliativo pautado apenas na atribuição de notas de 0 a 10. O contexto de ensino-aprendizagem é cheio de especificidades, que precisam ser observadas constantemente, especialmente no modelo de avaliação no ensino a distância, considerando as variações dos milhares estudantes que possuímos (social, cultural, financeira, conhecimento tecnológico, acesso à internet etc)

As avaliações não são apenas modos de verificar o nível de aprendizado dos alunos. Elas podem contribuir para a construção contínua de conhecimentos, por exemplo. Afinal, dependendo da maneira como são colocadas em prática, estimulam os alunos a estudarem os conteúdos durante todo o ano letivo.

Isso ajuda a evitar que eles se dediquem aos estudos apenas em épocas de provas e outros tipos de atividades avaliativas. Por consequência, eles aprendem mais e

fixam melhor os conteúdos. Além disso, não ficam sobrecarregados nem estressados, entre outros benefícios.

Ter estratégias de avaliação eficazes também permite que os professores verifiquem se suas abordagens estão atingindo os objetivos propostos e identifiquem facilmente eventuais lacunas.

Assim, os docentes conseguem pensar em maneiras de preenchê-las, evitando que os estudantes tenham problemas para acompanhar novos conteúdos e garantindo a qualidade do ensino e do aprendizado.

Considerando esses pontos, as estratégias de avaliação serão essenciais no retorno às aulas presenciais para saber os impactos do ensino remoto no aprendizado dos alunos.

1. Avaliação diagnóstica

Considerando os problemas e dificuldades que surgiram por causa da pandemia, talvez nem todos os estudantes tenham conseguido estudar e absorver os conteúdos de maneira satisfatória.

Com os resultados da avaliação diagnóstica em mãos, é possível descobrir os pontos que precisam ser reforçados e definir as abordagens mais adequadas para atender às necessidades dos alunos, mesmo que remotamente.

2. Participação em sala de aula

O ensino remoto também provocou mudanças profundas nas interações entre alunos e professores. É interessante estimular os estudantes a interagirem, participarem ativamente das atividades propostas em sala e prestarem atenção nas aulas. O professor há de utilizar a tecnologia a seu favor, variando as maneiras de avaliar.

Além de conseguirem avaliar o aprendizado observando essas atitudes, os professores também podem usar essas estratégias para ajudar seus alunos a se readaptarem ao ambiente escolar, ao retornar para as aulas presenciais.

3. Métodos alternativos de avaliação

Por mais que as provas tradicionais sejam úteis para avaliar o nível de conhecimento dos alunos sobre determinados assuntos, elas são bastante limitadas. Afinal, há outros tipos de conhecimento que não conseguimos analisar usando apenas esse instrumento, que pode, até mesmo, ser falho devido a fatores subjetivos.

Então, passaremos a adotar métodos de avaliação alternativos, como trabalhos práticos, debates, projetos interdisciplinares, resolução de listas de exercícios semanais, entre outros.

Atividades desse tipo permitirão fazer uma avaliação mais completa e precisa, que vai além dos conhecimentos teóricos dos alunos e permite acompanhar seu desenvolvimento. Elas também oferecem aos estudantes oportunidades de desenvolver **habilidades e competências** importantes para toda a vida.

Além disso, os adolescentes se divertem enquanto aprendem e conseguem ver como os assuntos estudados nas aulas podem ser aplicados em seu dia a dia. Isso ajuda a conscientizá-los da importância do aprendizado e os motiva a se esforçarem.

4. Projetos extraclasse

No mesmo sentido da estratégia anterior, serão propostos projetos extraclasse. Explorar problemas reais com o objetivo de encontrar soluções criativas, utilizando temas transversais.

Desse modo, esses projetos não só permitem aplicar conceitos aprendidos nas aulas, mas também associar disciplinas diferentes. Por isso, projetos interdisciplinares trazem diversos benefícios e enriquecem o processo de aprendizagem.

Além disso, essas atividades naturalmente exigem a interação entre os participantes, possibilitando a troca de experiências e a aprendizagem colaborativa. Ou seja, uns aprendem com os outros e os professores podem avaliar os alunos a partir dessas trocas.

5. Autoavaliação

Em se tratando de estratégias de avaliação, devemos destacar a autoavaliação. Ao solicitar aos alunos que eles avaliem seu próprio desempenho, os professores fazem com que eles reflitam sobre seu aprendizado, sua postura, suas dificuldades e seu desenvolvimento acadêmico. Assim, a autoavaliação pode ser usada como uma estratégia para estimular os estudantes a terem mais responsabilidade pelo próprio aprendizado e despertar neles a consciência de que sua participação é importante até mesmo nas avaliações.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Assim, a construção de uma cultura de avaliação institucional que proporcione o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa seja das instituições escolares ou dos sistemas educacionais é algo possível, se fizer parte do compromisso ético, cultural, social, político, filosófico, afetivo, individual dos sujeitos sociais envolvidos no processo avaliativo-educativo em qualquer instância, de tal modo que a avaliação cumpra o seu papel social e ético na democratização da educação.

O exercício de avaliação institucional é algo novo, assim como as concepções e estratégias utilizadas e por isso mesmo, exige de nós, projetos e propostas que deem conta dos problemas e carências da nossa realidade.

Em função da pandemia e da mudança no formato das aulas imposta pelas regras de isolamento social, neste ano a pesquisa avaliará também os instrumentos da aprendizagem remota, a partir da visão dos atores principais deste processo. A participação de toda a comunidade escolar – gestão, professores, alunos e responsáveis, funcionários - possibilita a análise da trajetória da Instituição.

A Avaliação Institucional é um processo contínuo, sistemático, democrático e que prescinde a participação de todos para que se reflita as vozes desta comunidade. Funcionários, professores, alunos e toda comunidade escolar podem responder as questões objetivas e, no fim, deixar um comentário sobre a sua percepção e opiniões quanto à escola.

RECUPERAÇÃO PROCESSUAL - É obrigatória, contínua e paralela em todas as disciplinas.

Art. 215. Do Regimento da Escolas Públicas do DF. A recuperação de estudos, processual, formativa, participativa e contínua deve ser ofertada das seguintes formas: I. Contínua, inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do período letivo, assim que identificado o baixo rendimento do estudante.

Desde a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996) o tema da avaliação está na pauta da produção acadêmica, de escolas e professores e, nesse momento, passado um longo período de distanciamento social, onde foi necessária a implementação do Ensino Remoto Emergencial, as medidas pedagógicas de avaliação devem, mais do que nunca, ser discutidas e repensadas.

Consta em seu Artigo 24, parágrafo V que a verificação do rendimento escolar deverá atender ao critério de: **avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais**”.

Temos também, na BNCC, clara referência a Avaliação: *cabe, às redes e às escolas, na (re)formulação de seus Currículos “construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos”*.

Ou seja, no ato de avaliar, o contexto e as condições nas quais se dão o processo de ensino e aprendizagem, devem ser considerados. Portanto, num período atípico como o que estamos vivendo, aplicar os mesmos métodos de avaliação praticados no contexto das aulas presenciais, mostra-se ineficaz.

Encontrar novos instrumentos de avaliação e novas formas de registro da aprendizagem tem sido uma preocupação das escolas e dos professores . Mas, não basta mudarmos os instrumentos se a concepção de avaliação não mudou. Se o que temos não é “mais do mesmo” as atividades e projetos precisam ser transformados, pois, apenas números ou conceitos, para julgar, classificar e, até, excluir os alunos – as desigualdades, o distanciamento e o desânimo dos estudantes no processo educativo, em tempos de pandemia, só irá aumentar. Nesse sentido, é importante entender, que *“a diferença, por vezes, não está nas metodologias ou nos instrumentos, mas na finalidade com que os utilizamos. (...) O essencial é ter clareza dos princípios que fundamentam as ações”* (Jussara Hoffmann).

Tanto a LDB quanto a BNCC apontam para princípios de avaliação cuja função não é aferir a “quantidade de conteúdo assimilado”, mas sim investigar o **percurso** dos

alunos no **desenvolvimento de habilidades e competências**. E é esse o foco da aprendizagem que deve nortear aulas e processo de avaliação, principalmente agora. Este deve ser **formativo**: observar o progresso dos estudantes, analisar suas dificuldades e implementar novas práticas para que se desenvolvam e aprendam.

Por fim, delinear os **instrumentos e métodos para investigar o progresso e as dificuldades** dos estudantes, o que nos dará o diagnóstico de como estão os alunos até aquele momento, para fazer os ajustes ou as mudanças necessárias e para desenhar o planejamento pedagógico de 2021.

Avaliar com foco no processo é, sem dúvidas, a melhor maneira de identificar e medir o progresso dos alunos num momento em que as aulas são mediadas por tecnologias. Buscar meios de avaliação que demandem a participação ativa dos alunos num processo de construção, por exemplo, com métodos que passem pela conclusão de etapas e que possibilitem práticas de feedback, que permita a clara compreensão dos sistemas de avaliação, não como um momento de temor e punição, mas como parte importante da aprendizagem.

Na **avaliação formativa** devemos **diversificar os instrumentos de avaliação** (atividades com questões desafiadoras ou reflexivas, resolução de problemas, produção de textos, vídeos, desenhos, pesquisas, projetos etc.) e **as formas de registro** (fichas de observação, fichas de autoavaliação, rubricas, portfólios, relatórios etc.). O ambiente virtual trouxe diversas possibilidades para diversificar e inovar nas atividades escolares.

A **avaliação formativa**, segundo a BNCC, é também um **diagnóstico das práticas pedagógicas dos professores e das escolas**, para que reflitam sobre seus procedimentos, identifiquem o que precisa de mais atenção ou de mudança. É importante não perder de vista que as avaliações devem ser parte de uma proposta educativa que busquem como *resultado o processo da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos – uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva*.

“Um dos grandes ganhos da adoção de tecnologias no ensino remoto é a possibilidade do registro de várias etapas, por meio de mídias e instrumentos de avaliação, que dão visibilidade ao desempenho dos alunos e permitem a verificação de evidências da aprendizagem ao longo desse processo. No Ensino Médio Técnico do Senac São Paulo, trabalhamos com uma metodologia baseada em projetos desenvolvidos de maneira colaborativa em grupos maiores, onde os professores estabelecem propostas que geram registros individuais e evidências para o acompanhamento da evolução de cada aluno, além da diversificação das atividades e formatos de entrega, que proporcionam várias oportunidades de estudo como, por exemplo, execuções de vídeos, arquivos de áudio, portfólios digitais, postagens em redes sociais e mapas conceituais, tendo o aluno sempre como protagonista.

O estudante tem papel ativo em seu processo de aprendizagem e isso inclui o acompanhamento de sua evolução, momentos de autoavaliação e de avaliação entre pares, assim como de feedback por parte do professor, que são essenciais para a construção contínua e reguladora de avaliação que transcende a mera realização de tarefas. *Melina Sanjar – Gerente de Desenvolvimento no Senac São Paulo*

Tendo em vista o contexto da pandemia, faremos um plano de ação que prevê o resgate individual dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no Ensino Médio e na EJA, tanto em ações presenciais quanto on-line, onde o nosso primeiro mês de aula será voltado para a revisão de conteúdos e um reconhecimento dos agentes que estiveram remotamente envolvidos e que agora terão a oportunidade de se conhecerem presencialmente, no ensino híbrido, e assim, promover a recuperação das habilidades ainda em desenvolvimento.”

RECUPERAÇÃO SEMESTRAL : Serão aplicadas ao final dos semestres letivos.

- **RECUPERAÇÃO FINAL DO SEMESTRE LETIVO:** Aplicada ao término do primeiro e segundo semestres letivos a todos os alunos que tenham ficado com média insatisfatória independentemente da quantidade de disciplinas.

- **Após a aplicação desta avaliação poderá verificar-se as seguintes situações.**

I - O ALUNO CONSEGUIU MÉDIA SATISFATÓRIA EM TODAS AS DISCIPLINAS DO BLOCO

II – O ALUNO NÃO CONSEGUIU NOTA EM 03 DISCIPLINAS DO BLOCO, podendo participar da Recuperação Final.

II - O ALUNO NÃO CONSEGUIU MÉDIA SATISFATÓRIA EM 4 OU MAIS DAS DISCIPLINAS

- Neste caso ele não teria direito à Recuperação Final; mas, deve continuar frequentando as aulas normalmente no 2º Semestre; e os professores devem adotar estratégias que evitem a reprovação direta deste aluno antes do término do ano letivo;

- * **O artigo 218 do** Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – Brasília, 2015 permite submeter o aluno nestas condições à AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO FINAL, independentemente da quantidade de disciplinas.

- * **NENHUM ALUNO SERÁ REPROVADO ANTES DO TÉRMINO DO ANO LETIVO** por resultado insatisfatório de avaliação, independentemente da quantidade de disciplinas.

- * A frequência será avaliada conforme a devolutiva das atividades ocorrer.

RECUPERAÇÃO SEMESTRAL NA PANDEMIA (ENSINO REMOTO): será adaptada com atividades na plataforma Google Classroom ao longo do 2º semestre.

E. RECUPERAÇÃO FINAL DO ANO LETIVO:

- Aplicada ao término do ano letivo aos alunos que tenham ficado com média insatisfatória levando em consideração os 2 (dois) blocos de disciplinas do currículo, independentemente da quantidade de disciplinas

- O aluno que não fizer esta avaliação estará automaticamente reprovado, caso não apresente justificativas legais à escola.

- Art. 218. O estudante dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com aproveitamento insuficiente em mais de 3 (três) Componentes Curriculares pode ser encaminhado à recuperação final, a critério do Conselho de Classe, mediante análise circunstanciada de cada caso.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Decreto Nº 5.296/2004:

♦ Acessibilidade: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos escolares, das edificações, dos serviços e dos dispositivos educacionais, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- Ajudar a quebrar o ciclo da exclusão.
- Afirmar os direitos humanos.
- Beneficiar todos os alunos.
- Superar a discriminação.
- Promover o acesso à educação.
- Permitir a permanência do aluno na sua comunidade.

“Educação Especial é uma modalidade transversal que perpassa toda a educação básica, exige processos de avaliação que sejam pautados na função diagnóstica, que não podem ocorrer, apenas, na ocasião do ingresso do estudante”. Se praticada de maneira processual e permanente a diagnose reforça e auxilia a avaliação formativa que atuará sobre as condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, antecipando situações de aprendizagem deterministas em relação ao destino escolar desses estudantes e estabelecendo condições de sucesso dos mesmos no ensino comum e apontando para o alcance do término de sua escolarização na Educação Básica.

A entrevista sistemática com os pais, mães ou responsáveis que convivem com o estudante se torna elemento fortalecedor das análises e registros da avaliação do estudante atendido nesta modalidade.

A criação de portfólios, pelos estudantes e com a cooperação das suas famílias, potencializa a avaliação formativa em quaisquer das etapas em que o estudante esteja inserido. No tocante aos exames em larga escala ou quaisquer outras formas de coleta de dados avaliativos ou não, as crianças e os adolescentes não podem ser excluídos, eles devem fazer parte de todo e qualquer movimento ou ação pedagógica que adentre a escola. “A avaliação na educação especial tem o caráter formativo quando avalia para incluir e quando inclui para aprender.” Diretrizes de Avaliação Educacional-Triênio 2014/2016 - Página14.

Atendimento na Sala de Recursos

Para atender e responder efetivamente às necessidades educacionais especiais dos alunos no seu processo de aprender e construir conhecimentos, faz-se necessário modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares, através da: adaptação curricular. Existem dois tipos de adaptações curriculares: as de grande porte e as de pequeno porte.

"As adequações curriculares de grande porte compreendem ações que são da competência das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem

modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática etc" (Escola Viva, vol 5, 2000).

São elas: Adaptações de Acesso ao Currículo; a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno em sua unidade escolar; a adaptação do ambiente físico escolar; a aquisição do mobiliário específico necessário; a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos; a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula; a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação; a efetivação de ações que garantam a inter-disciplinaridade e a transsetorialidade.

“Compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula”. (Escola Viva. Vol. 06/Mec-2000).

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros.

"São denominadas de Pequeno Porte porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica." (Escola Viva. Vol.06/Mec-2000)

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo; nos objetivos de ensino; no conteúdo ensinado; no método de ensino; no processo de avaliação e na temporalidade.

Adequação dos conteúdos

Podem ser: priorização de tipos de conteúdos, priorização de áreas ou unidades de conteúdos, reformulação da sequência de conteúdos, ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

Adaptação do Método de Ensino e da Organização Didática.

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa de ensinar procurar as estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno.

Modificação da Complexidade das Atividades

Algumas vezes será necessário ensinar ao aluno o conteúdo de uma forma diferente, com uma linguagem mais clara, ou mesmo, utilizando materiais concretos para que de fato o estudante se aproprie do conhecimento. Nem todos os alunos conseguem apreender um determinado conteúdo se ele não lhe for apresentado passo a passo, mesmo que o “tamanho” dos passos precise ser diferente de um aluno para outro. Assim, o professor tanto pode precisar eliminar componentes da cadeia que constitui a atividade, como dar nova sequência à tarefa, dividindo a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um e outro, etc.

Adaptação de Materiais utilizados

Outra categoria de adaptação no método de ensino encontra-se representada pela adaptação de materiais utilizados. São vários os recursos e materiais que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de vários tipos de deficiência, seja ela permanente, ou temporária. O professor poderá também ter de fazer modificações na seleção de materiais que havia inicialmente previsto em função dos resultados que esteja observando no processo de aprendizagem do aluno. O ajuste de suas ações pedagógicas tem sempre de estar atrelado ao processo de aprendizagem do aluno.

Adaptação do Processo de Avaliação

Outra categoria de ajuste que pode se mostrar necessária para atender a necessidades educacionais especiais de alunos é a adaptação do processo de avaliação, seja por meio da modificação de técnicas, como dos instrumentos utilizados. Alguns exemplos desses ajustes: utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos.

Adaptação na Temporalidade

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm um ritmo próprio de aprendizagem, necessitando de um tempo maior para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos no currículo, por esse motivo faz-se necessário a adaptação na temporalidade. Essa adaptação tanto pode aumentar como diminuir o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos. O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando-se em conta o tipo de deficiência.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SALA DE RECURSOS

a) SALA DE RECURSOS GENERALISTA (SRG):

Espaço pedagógico conduzido por professor especializado, com aptidão comprovada, cuja finalidade é oferecer suporte educacional especializado, aos estudantes com DI, DF, DMU e/ou TGD/TEA em UE de Ensino Regular, nas etapas da Educação Básica e nas modalidades de EJA. Preferencialmente, com a anuência da família, a unidade escolar que possua a SRG poderá promover o remanejamento dos estudantes para um turno único (se autorizado pelos pais e/ou responsáveis), nos locais onde a SR não dispuser do quantitativo de estudantes com deficiência e TGD/TEA para atendimento na própria UE, conforme estabelece a Estratégia de Matrícula vigente, sendo respeitadas suas especificidades, tendo em vistas que os estudantes públicos alvos da Educação Especial possuem atendimentos fora da Rede Pública de Ensino, relacionadas à área de saúde.

b) SALA DE RECURSOS ESPECÍFICA (SR DA): Espaço pedagógico conduzido por professor(a) especializado(a), com aptidão, cuja finalidade é oferecer AEE aos estudantes nas áreas de Deficiência Sensorial (S/DA/SC e DV/SC) ou AH/SD. O Atendimento Educacional Especializado será ofertado em Libras na SRE para estudantes S/DA que se comunicam por meio dessa língua, e em Português Oral para os estudantes oralizados, que não optam ou não aceitam o ensino em Libras. Os alunos são matriculados em turmas mediadas, ou seja, são matriculados em turmas regulares, são acompanhados por intérpretes de libras e tem apoio na Sala de Recursos. O(A) estudante terá sua inscrição efetivada na SRE para AH/SD mediante avaliação conjunta realizada por toda a equipe de AH/SD. Após efetivação, o(a) estudante deverá ser lançado no Censo Escolar, i-Educar Módulo Escola e, excepcionalmente, nos casos previstos pela SEEDF, no SGE e Educacenso.

O atendimento em SR na modalidade da EJA poderá ser realizado por professor(a) especializado(a) de vinte horas para os(as) estudantes matriculados(as) no noturno.

a) SALA DE RECURSOS GENERALISTA (estudantes com DF, DI, DMU e TGD/TEA)

Ensino Médio

Atendimento (sala)

Devem ser ofertados 5 atendimentos diários de 50 min. em 3 dias da semana, por turno Estudante Cada estudante deve receber de 2 a 4 atendimentos de 50 minutos por área, distribuídos durante a semana ou em um único dia, individualmente ou em grupos, no contraturno. No caso dos estudantes com Adequação Curricular de Temporalidade o atendimento do AEE poderá acontecer no turno de matrícula, desde que não substitua, nem coincida com os horários das aulas na Classe Comum.

EJA

Atendimento (sala)

Devem ser ofertados 5 atendimentos diários de 50 min. em 3 dias da semana, por turno. Cada estudante deve receber de 2 a 4 atendimentos de 50 minutos por área, distribuídos durante a semana ou em um único dia, individualmente ou em grupos, no contraturno. No caso dos estudantes com Adequação Curricular de Temporalidade, o atendimento do AEE poderá acontecer no turno de matrícula, desde que não substitua, nem coincida com os horários das aulas na Classe Comum. No caso de alunos trabalhadores, o aluno é atendido em conjunto com o professor regente, durante as aulas.

SOE – SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:

Um dos principais papéis do orientador educacional é fazer uma escuta atenta das relações interpessoais construídas no cotidiano, ajudando a revelar o currículo oculto que se produz e reproduz nos diversos ambientes de aprendizagem. A atuação dele, porém, se potencializa quando está integrada ao trabalho da equipe pedagógica. A parceria entre o professor e a orientadora educacional possibilita que uma reclamação sobre comportamento se configure em um problema coletivo para os corpos docente e discente - como geralmente acontece. A interlocução ganha força e toda a comunidade se beneficia quando uma queixa é tratada em profundidade.

SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM:

Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF). Em nossa U.E. atende uma pedagoga e destina-se a oferecer apoio técnico-pedagógico, tendo como objetivo contribuir para as conquistas das aprendizagens por todos os estudantes, com necessidades educativas especiais, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas.

Os estudantes frequentam normalmente as atividades na sala de aula do Ensino Regular e são atendidos no contraturno, de uma a duas vezes por semana, em sala de apoio pedagógico. A sala de atendimento é formada por uma pedagoga.

São atendidos alunos desta U.E., assim como de outras. São alunos de EF séries iniciais e finais e alunos do EM.

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, por meio de atendimento pedagógico individualizado.

Atuação do pedagogo escolar:

Atendimento: Alunos diagnosticados TC – transtornos comportamentais.

- Analisar as situações de ensino-aprendizagem, com o objetivo de apoiar o professor e atender às queixas-escolares;
- Auxiliar no aprimoramento do desempenho dos professores em sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe);
- Promover a adequação do ensino às necessidades dos alunos;

- Escutar e orientar pais e familiares, em relação aos aspectos que interferiram direta ou indiretamente no desempenho escolar dos alunos, tais como relacionais, subjetivos e pedagógicos;
- Desenvolver projetos de intervenção pedagógica junto ao aluno e à comunidade escolar.

EJA 'INTERVENTIVO' TERCEIRO SEGMENTO. EJA ESPECIAL:

Uma turma no turno MATUTINO e outra no turno VESPERTINO.

Turma de, no máximo, 15 alunos especiais advindos das turmas de 2º segmento da EJA Interventiva do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina que apresentam limitações cognitivas e ou outras que necessitem de atenção pedagógica diferenciada definida a partir de estudos de caso ou de relatório pedagógico e/ou médico.

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: 3711-10

Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio:

PLANO DE CURSO INTEGRADO

IDEALIZADORES DO PROJETO:

Aisha Marcia Goldenberg	Professora da Área de Códigos e Linguagens SEEDF
Nelson Vieira Evangelista	Professor da Área de Ciências da Natureza e Matemática da SEEDF
Kátia Milene Pereira Caixeta de Jesus	Professora da Área Códigos e Linguagens da SEEDF
Jesuíta Rosa de Oliveira	Professora da Área de Ciências Humanas SEEDF
Helma Salla	Professora da Área de Ciências da Natureza e Matemática da SEEDF

APRESENTAÇÃO
ESCOLHA DO TEMA GERADOR
PÚBLICO ALVO
JUSTIFICATIVA
OBJETIVOS
Objetivos Gerais
Objetivos Específicos
CONTEÚDOS
METODOLOGIA
CRONOGRAMA
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
Como será feito o acompanhamento do projeto
Como serão medidos os efeitos do projeto
Avaliação

APRESENTAÇÃO

A escola inclusiva é uma realidade na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), nessa perspectiva funciona o Centro Educacional 01 de Planaltina-DF(CED 01-Planaltina). Escola que historicamente atende alunos com deficiência em turmas de inclusão, estando sensibilizada com a necessidade de escolarização de alunos da Educação de Jovens e Adultos Interventiva- EJA I Segundo Segmento; egressos do Centro de Ensino Fundamental 01- CEF 01 de Planaltina bem como de outras Unidades de Ensino que possuam perfil para serem matriculados na turma, elaborou o presente projeto, para ofertar formação profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos, a pedido dos pais e professores das salas de recursos dos referidos alunos.

ESCOLHA DO TEMA GERADOR

As contribuições do EJA- Inclusivo 3º Segmento se relacionam em proporcionar possibilidades de inclusão escolar e ao mundo do trabalho aos estudantes egressos do EJA I 2º Segmento bem como estudantes que estejam incluídos em classe comum de EJA ou Ensino Médio Regular que tenham NEE sem diagnóstico.

O marco orientador deste curso está estabelecido pelas decisões institucionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, explicitadas nas orientações do Currículo em Movimento, na Orientação Pedagógica da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens Adultos, nas Diretrizes de Avaliação Educacional, no Projeto Político Pedagógico do CED 01 de Planaltina e na experiência exitosa desenvolvida no CEF 01 de Planaltina.

PÚBLICO ALVO

O público alvo do EJA- Inclusivo 3º Segmento se relaciona em proporcionar possibilidades de inclusão escolar e ao mundo do trabalho, aos estudantes egressos do EJA I 2º Segmento bem como estudantes que estejam incluídos em classe comum de EJA ou Ensino Médio Regular que tenham NEE sem diagnóstico.

JUSTIFICATIVA

O acesso à educação é um direito constitucional garantido em decorrência da sua inquestionável importância à formação da cidadania. Na Escola Inclusiva todos têm direito à educação, e deve ser dada a oportunidade de desenvolver potenciais para atingir a aprendizagem.

Portanto, partindo do princípio de que a escola deve ser um espaço coletivo que atenda às reais necessidades de todos, foi organizado o grupo de trabalho para a elaboração da proposta **Educação de Jovens e Adultos Inclusiva 3º Segmento integrado ao FIC/PRONATEC/SOT**. Com ações voltadas a propiciar a continuidade de escolarização destes alunos e inserção no mundo do trabalho, precisam ser previstas e organizadas para atender as especificidades de ser e aprender dos mesmos.

Por meio dessa integração, busca-se suprir a NEE ao providenciar maiores suportes ao atendimento dos estudantes com e sem deficiência que se encontram em situação de defasagem idade/série e conseqüentemente favorecer e estimular a sua real inclusão no mundo do trabalho e promover a participação social.

Para tanto, este atendimento se fundamenta no que fora estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Título V, Capítulo V, artigos 58-59, Da Educação Especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

Ainda quanto a esse atendimento, acrescenta-se o previsto pelo artigo 3º da Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, CNE/CEB que dispõe sobre a sua abrangência a todas as etapas e modalidades da educação básica:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que

apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

As singularidades e potencialidades dos estudantes devem estar incorporadas nos planejamentos, no trabalho pedagógico. Sob esse aspecto, a Resolução nº01/2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal, em seu artigo 44 dispõe que:

A estrutura do currículo e da proposta pedagógica, para atender às especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais devem observar a necessidade de constante revisão e adequação da prática pedagógica nos seguintes aspectos:

- I. introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante;
- II. modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos;
- III. temporalidade com a flexibilização do tempo para realizar as atividades e desenvolvimento de conteúdos;
- IV. avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória.

Na tentativa de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho surgiu a Lei Trabalhista de Cotas – *Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Porém existe a necessidade que a escola desempenhe a sua função social de preparar o cidadão para a inclusão na sociedade assim como no mundo do trabalho, para que seja produtivo de acordo com suas potencialidades e características singulares.

Por tudo isso, a implantação do presente projeto visa à formação das pessoas com e sem deficiências por intermédio de adequações tendentes à valorização das diversidades de interesses, habilidades e necessidades educacionais desses estudantes. Para tanto pretende-se disciplinar e dar suporte à inserção desses estudantes no contexto da EJA Inclusiva associado ao contexto profissional, para os anos de 2016 e 2017, o curso escolhido foi **Formação em Artesanato-FIC**.

A concepção desse curso apresenta um caráter multi e interdisciplinar, promovendo a articulação e a integração de conhecimentos. O diferencial reside no fato de aliar aquisição de conhecimentos teóricos à realização de atividades práticas,

colocando em prática a proposta que trabalha as várias dimensões do processo de aprendizagem: a cognitiva, que diz respeito aos saberes específicos de sua área de atuação; a reflexiva, que envolve a capacidade de pesquisar sobre sua própria prática apoiada por referenciais teóricos; e a política, que se refere à formação da identidade profissional.

Outro diferencial de organização do curso é que as turmas inclusivas serão organizadas de modo a valorizar e desenvolver o potencial do aluno com deficiência e com perfil para isto, as turmas terão no máximo 20 estudantes, garantindo vagas para os egressos da EJA Interventiva 2º Segmento e aos demais alunos interessados, dentro do quantitativo de vagas. O estabelecimento deste número de vagas se relaciona ao fato de que os egressos da EJA Interventiva necessitam de auxílio intensivo por meio de atendimento individualizado, exigindo mais esforço da equipe pedagógica para a mediação do conhecimento.

Considerando esses aspectos, a Instituição oferecerá esta habilitação em Ensino Médio com formação em Artesanato, em consonância com sua Proposta Pedagógica, respeitando valores éticos, políticos e estéticos e mantendo seu compromisso com a qualidade, o trabalho, a ciência, a tecnologia e as práticas sociais relacionadas com os princípios da cidadania responsável.

Na perspectiva de atualizar o perfil profissional de conclusão, para que os egressos possam acompanhar as transformações do setor produtivo e da sociedade, o Curso com Formação em Artesanato-FIC passará por reavaliação, mantendo-se alinhado com as exigências específicas da profissão e da área de apoio educacional. Incorpora inovações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos deste segmento, da experiência acumulada pela instituição na oferta desta habilitação e de novas tecnologias educacionais.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

- Proporcionar a formação em nível de Ensino Médio de estudantes com/sem deficiências no âmbito da Educação de Jovens e Adultos- EJA,

sob a perspectiva de inclusão, ofertando a formação acadêmica relacionada ao mundo do trabalho.

Objetivos específicos:

- Possibilitar a permanência dos alunos de EJA Interventiva do 2º Segmento nos processos de escolarização.
- Oportunizar contextos ao educando para que ele possa aprender técnicas de artesanato, acreditando em si mesmo e em suas possibilidades, inclusive visando o mercado consumidor.
- Adaptar o currículo acadêmico às práticas desenvolvidas no curso de formação em artesanato visando trabalhar de maneira interdisciplinar.
- Fomentar as aptidões e talentos para os educandos executarem atividades relacionadas à produção de objetos artesanais.
- Possibilitar a formação para a inserção ao mundo do trabalho
- Possibilitar ao estudante acesso ao Serviço de Orientação do Trabalho

CONTEÚDOS

O currículo a ser adotado será o mesmo da Educação de Jovens e Adultos, quando necessário realizaremos adequações curriculares de grande, médio ou pequeno porte. Para que possamos atender as especificidades dos estudantes, Mesclados a este estão os currículos dos FICs e dos conteúdos relacionados ao SOT.

Para que ele seja inter e transdisciplinar, propomos que estes sejam organizados de acordo com a linha do tempo. Em uma compreensão dos conteúdos programáticos que são articulados a elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade mundo real.

Em relação a carga horária vamos utilizar o que preconiza a Resolução CNE/CEB Nº 6/2012, artigo 28.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio, na forma articulada integrada com Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, têm a carga horária mínima total de 2.400 horas, devendo assegurar, cumulativamente, o mínimo de 1.200h para a formação no Ensino Médio, acrescidas de 1.200h destinadas à formação profissional do técnico de nível médio.

Quanto a Formação Inicial e Continuada (FICs) os conteúdos se relacionam a formação ao mundo do trabalho, com um recorte para a área do artesanato e de

Informática. Sendo que estes podem ser mudados, desde que haja a necessidade da demanda.

A formação para inserção em Empresas se relaciona a temas como: entrevista, convívio social e profissional nas empresas, uso de uniforme, uso do sistema de transporte coletivo.

METODOLOGIA

A concepção desse curso apresenta um caráter multi e interdisciplinar, promovendo a articulação e a integração de conhecimentos. O diferencial reside no fato de aliar aquisição de conhecimentos teóricos à realização de atividades práticas, colocando em prática a proposta que trabalha as várias dimensões do processo de aprendizagem: a cognitiva, que diz respeito aos saberes específicos de sua área de atuação; a reflexiva, que envolve a capacidade de pesquisar sobre sua própria prática apoiada por referenciais teóricos; e a política, que se refere à formação da identidade profissional.

Apresentando um modo específico de aprendizagem que exige dos profissionais que os atendem estratégias pedagógicas com adaptações curriculares de grande porte, aulas práticas e vivenciais que favoreçam o processo de construção de aprendizagens.

Este curso será alocado no Centro Educacional 01 de Planaltina, este atualmente oferece no diurno ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos no noturno. Tem a preocupação de incorporar valores para que o educando tenha conhecimento do passado, domínio do presente e visão do futuro, considerando os avanços sociais e tecnológicos. O reconhecimento dos direitos humanos, o exercício dos direitos e deveres da cidadania e ainda o combate a todas as formas de preconceito e discriminação, o saber conviver agregado à pluralidade cultural e edificado através do respeito aos seus pares e à comunidade, o desenvolvimento do processo de reconhecimento pessoal, a construção da autoestima.

Iniciou em 2016 com 11 estudante egressos do EJA 2º segmento e um estudante do Centro Educacional 01 de Planaltina que havia evadido, com os professores lotados na SEDF lotados no Centro Educacional 01 de Planaltina das áreas afins, os professores lotados na Sala de Recursos no CED01 e os professores lotados no SOT na CRE de Planaltina.

Proporcionar a formação em nível de Ensino Médio de estudantes com/sem deficiências no âmbito da Educação de Jovens e Adultos- EJA, sob a perspectiva de inclusão, ofertando a formação acadêmica relacionada ao mundo do trabalho.

O conjunto dessas ações dar-se-á com a construção interdisciplinar dos conhecimentos da base comum previstos nas quatro áreas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, conforme RESOLUÇÃO Nº 2, 30/01/2012, integrados aos conhecimentos da parte específica da formação profissional. Os componentes curriculares que darão conta dessa organização estão distribuídos nos módulos de acordo os conhecimentos previstos para cada etapa do curso, conforme

pode ser observado na matriz seguinte e as propostas de suas ementas se encontram em anexo.

O Atendimento Educacional Especializado- AEE em Sala de Recursos, será ofertado no contra turno para os alunos com diagnóstico de deficiências, oferecendo atividades que vêm de encontro às necessidades.

Também comporá a equipe pedagógica deste curso o coordenador pedagógico, que tem suas atribuições citadas no Regimento Interno das Escolas da Rede Pública do Distrito Federal:

A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico- PPP (Art. 119).

São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- I. Elaborar, anualmente, Plano de Ação de atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;
- II. Participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico- PPP da unidade escolar.
- III. Orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;
- IV. Articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;
- V. Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;
- VI. Estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;
- VII. Divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;
- VIII. Colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho (Art. 120).

Diante do exposto, este profissional é importante no acompanhamento do desenvolvimento deste curso, tem papel na implementação, acompanhamento e avaliação do curso. Organiza ações para atender as necessidades que surgirem em relação ao trabalho docente nas fases de elaboração, execução, implementação e

avaliação da organização curricular; orientando, estimulando e acompanhando profissionais envolvidos. Será ele um articulador entre os setores institucionais e extrainstitucionais, providenciando os recursos e ações necessárias à implantação e implementação deste Curso.

CRONOGRAMA

O Ensino Médio com uma formação profissional técnica, com carga horária total de 2.400 horas/aulas com duas formações intermediárias. O Plano de Ensino deste curso prevê a integração entre os componentes da base comum e da parte específica, garantindo uma educação voltada para os alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento e demais alunos da classe, considerando, sobretudo, os princípios da Educação Inclusiva.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. PROEJA: *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, agosto. 2007.

_____. *Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA*. Documento Base, 2006.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação de Nível Técnico*. 2000.

_____. MEC, SETEC. Proeja – *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio*. Documento Base. 2ª ed., Brasília: MEC, agosto de 2007.

_____. MEC, SETEC. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

BRASÍLIA. Secretaria de Educação do Distrito Federal. *Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Profissional e a Distância*. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Educação do Distrito Federal. *Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala*. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Educação do Distrito Federal. *Orientações Pedagógicas para a Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Modalidade de Jovens e Adultos*. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação do Distrito Federal - PPP Carlos Mota. Brasília, 2012.

_____. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Plano Distrital de Educação 2015/2024o. Brasília, (prelo).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização de jovens e adultos: questões e propostas para a prática pedagógica na perspectiva histórica. Brasília: Universa, 2003.

OLIVEIRA, Inês. EJA - Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na Escola. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/7471/eja-reflexoes-acerca-da-organizacao-curricular-e-das-praticas-pedagogicas-na-e/pagina-1> Acesso em 27/06/2010.

MOLL, Jaqueline & Colaboradores. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOREIRA, M. A. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. Revista Chilena de Educação Científica, n. 4(2), p. 38-44, 2005.

SALES, M.C. Integrar a Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional: construindo o currículo integrado. Fórum PROEJA da Região Centro-oeste. Brasília, DF. Nov/2010.

SANTOMÉ, J.T. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. Vol.12, nº. 34, Rio de Janeiro. Jan./Abr, 2007.

SILVA, A. M. C. Desafios contemporâneos para a formação de jovens e adultos. Educar em Revista, nº 29, 2007.

NEM – ELETIVAS 1º SEMESTRE

As eletivas podem variar no 2º semestre, de acordo com a vivência escolar e habilidades do professor, de acordo com a Modulação do Magistério.

ENSINO BÁSICO DA LÍNGUA INGLESA

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposta:

Linguagens e suas Tecnologias

Componentes curriculares relacionados:

Língua Estrangeira

Códigos dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular:

[LGG01F], [LGG02IF], [LGG03IF], [LGG05IF], [LGG06IF], [LGG08IF], [LGG09IF], [LGG11IF], [LGG12IF]

Estratégias de aprendizagem:

Aula expositivas/dialogada, aulas orientadas, debates e discussões considerando a participação ativa do estudante, filmes e vídeos, gincanas e/ou jogos lúdicos e interativos, leitura textual de temas diversos em sala de aula, open space, produção de texto, recursos audiovisuais (documentários/música/data show).

Avaliação 360, atividades de fixação, atividades de verificação das aprendizagens, entrevistas.

Recursos materiais necessários:

Mídia, quadro, pincel, apagador, data show, livros, sala de aula, caixa de som, cartolina, pincéis, xerox.

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular:

Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada:

Relação professor- aluno, avaliação diagnóstica para iniciar as aulas, aulas ministradas por professor de língua inglesa e a participação dos alunos.

As lições serão divididas em dois momentos: input de vocabulário e prática com pequenos diálogos relacionados ao campo da hotelaria (e turismo). Os alunos aprenderão a pronunciar as palavras contidas no texto a ser trabalhado e responderão a um quis com elas. Já na prática oral, serão divididos em pequenos grupos para praticarem as falas do diálogo.

Estratégias de avaliação do estudante:

Oral, escrita e participação em sala de aula.

A avaliação escrita será feita através do formulário com vocabulário trabalhado, e a avaliação oral será feita durante a prática dos diálogos.

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular

Eletiva/Trilha de Aprendizagem

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componentes curriculares relacionados

Geografia

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

[CHSA01IF] Investigar fenômenos e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, ambiental, política e cultural, presentes no cotidiano como fontes de dados para a análise, interpretação, crítica e proposição científica.

[CHSA02IF] Testar, a partir de dados investigados em âmbito local, regional, nacional e/ou global, procedimentos e linguagens adequados à pesquisa científica com vistas à (re)formulação de conhecimentos, apresentando conclusões práticas e/ou teóricas, com a utilização de diferentes mídias.

[CHSA03IF] Sistematizar informações com base em pesquisa crítica (documental, bibliográfica, exploratória, de campo, experimental, etc.) a fim de se obter conhecimentos confiáveis.,

[CHSA04IF] Reconhecer a diversidade de formas e recursos criativos na multiplicidade de discursos e práticas constituintes da realidade social.

[CHSA05IF] Selecionar formas e recursos criativos identificados em diferentes contextos da vida cotidiana (local, regional, nacional e global) para uma vida ativa, contributiva e melhoria dos âmbitos individual e coletivo.

[CHSA06IF] Propor soluções inovadoras em busca da superação de problemas relacionados às singularidades e suas especificidades de ordens histórica, social, econômica, filosófica, política e cultural.

[CHSA07IF] Identificar, na diversidade de contextos históricos e geográficos e de modos de vida dos grupos humanos, práticas, crenças, valores e normas relacionadas às diferentes identidades socioculturais.

[CHSA08IF] Mobilizar recursos e conhecimentos de natureza sociocultural e ambiental, a partir das demandas locais, regionais, nacionais e/ou globais, segundo as especificidades das diversidades e coletividades.

[CHSA09IF] Propor ações de mediação e intervenção sobre questões adversas envolvidas na vida pública e cotidiana, por meio de projetos contributivos à construção

de um espaço de convivência democrática e respeitosa dos direitos e da dignidade humana.

Estratégia de aprendizagem

Abordagem dos conteúdos junto à problematização das letras de músicas. Levantar o perfil dos alunos, seu gosto musical, seu conhecimento prévio sobre o tema abordado e a utilização da música em sala de aula. Atividades de fixação, Atividades de verificação das

aprendizagens, Aula expositiva e/ou dialogada, Aulas orientadas, Avaliação para as aprendizagens, Blogs e redes sociais, Debates e/ou discussões considerando a participação do estudante, Dinâmica de grupos, Elaboração de fichamento, Ensino com pesquisa, Ensino em pequenos grupos, Ensino híbrido, Ensino individualizado, Estudo dirigido, Filmes e vídeos,

Pesquisa em laboratório de informática ou dispositivos móveis utilizando sites, Produção de materiais sobre a temática abordada, Produção de texto, Projeto de pesquisa, Resolução de exercícios, Revisão das aprendizagens, Teste escrito, Utilização de recursos audiovisuais (documentários/música/data show).

Recursos materiais necessários

- Notebook e Datashow;
- Computador com acesso à internet;
- Vídeos do canal de vídeos Youtube;
- Livros, jornais, revistas e textos acadêmicos;
- Livros didáticos de geografia;
- Charges;
- Letras de músicas;
- Sites de notícias e sites educacionais;
- Redes sociais (Instagram, WhatsApp);
- Apresentação em Power Point
- Caixa de som
- Resma papel
- Xerox
- Portifólio

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular

Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural

Estratégias de avaliação do estudante

- Interesse e participação em aula;
- Assiduidade e pontualidade na frequência às aulas;
- Atividades individuais;
- Atividades em grupo;
- Provas Objetivas;
- Provas subjetivas;
- Para encerramento do curso, propõe-se a realização de trabalhos diversos a serem apresentados para a turma e comunidade escolar (confeção de clipes das músicas pelos alunos, produção de vídeos e portfólios).

Eletiva Orientada: Compreender o mundo com o olhar das Ciências Sociais

Área: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Eixo estruturante: Processos Criativos Objetivos de aprendizagem:

[CHSA06IF] Propor soluções inovadoras em busca da superação de problemas relacionados às singularidades e suas especificidades de ordens histórica, social, econômica, filosófica, política e cultural.

[CHSA07IF] Identificar, na diversidade de contextos históricos e geográficos e de modos de vida dos grupos humanos, práticas, crenças, valores e normas relacionadas às diferentes identidades socioculturais.

[CHSA11IF] Selecionar estratégias criativas, relacionadas às ações de natureza social, econômica, ambiental, política e cultural, de forma articulada às diversidades de projetos de vida, com o intuito de construir projetos pessoais e/ou associativos.

Metodologia:

Por meio de dinâmicas, debates e atividades em grupo iremos desenvolver o olhar sociológico dos estudantes. As atividades serão desenvolvidas a partir de textos complementares, material audiovisual e músicas. As temáticas gerais a serem abordadas estão listadas abaixo, outros temas serão decididos junto aos estudantes durante o semestre:

- Desnaturalização do olhar sobre os fenômenos sociais
- Etnocentrismo e a diversidade cultural

- Identidades culturais no mundo contemporâneo
- O mundo capitalista e as desigualdades sociais (serão trabalhados conceitos como classe, raça, gênero)

Estratégias de avaliação:

Será avaliada a participação de cada aluno nas atividades propostas em sala. Ao longo do semestre a turma irá produzir um portfólio com os trabalhos realizados, que será avaliado ao final do semestre.

Bibliografia de referência: GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6 ed. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2001. SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2013.

ENSINO DE QUÍMICA PARA O PAS - 1ª ETAPA

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto Ciências da Natureza e suas Tecnologias;

Componentes curriculares relacionados Química, Física, Biologia e Matemática.

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

- EMIFCNT01 - Investigar e analisar situações-problema e variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais.
- EMIFCNT03 - Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a dinâmica dos fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.

Estratégia de aprendizagem

A disciplina eletiva tem como estratégia de aprendizagem, como descrito anteriormente, o uso de metodologias ativas, nesse contexto segue algumas opções:

- Gamificação
- Sala de aula invertida
- Rotação por estações de aprendizagem
- Aprendizagem entre pares
- Aprendizagem baseada em problemas
- Aprendizagem baseada em projetos
- Cultura Maker
- Storytelling Recursos materiais necessários
- Aparelho de DVD;
- Projetor;
- Quadro;
- Televisão;
- Trechos de textos didáticos.
- Provas dos anos anteriores.

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

A eletiva orientada de “ENSINO DE QUÍMICA PARA O PAS – 1ª ETAPA” é apresentada em quatro momentos distintos.

- O primeiro momento é uma apresentação histórica da Matriz elaborada para o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB):
 - ✓ Matriz de referência, competência X habilidades. (2 aulas).
 - ✓ Objetos de conhecimentos (2 aulas).
 - ✓ Estrutura e Subprograma Específico do aluno (2 aulas).
 - ✓ Critério de correção da prova (2 aulas).
 - ✓ Componente curricular específico de Química (2 aulas).

Neste momento as aulas podem ser desenvolvidas de forma expositiva, com palestras, exposições de slides, vídeos e pesquisas na Internet sobre as temáticas.

- O segundo momento estudos minucioso dos componentes de Química exigidos na 1ª etapa do Subprograma.

- ✓ Estudo da Matéria (4 aulas).

- ✓ Reações Químicas (4 aulas).

- ✓ Estequiometria (4 aulas).

- ✓ Estudo dos Gases (4 aulas).

Este momento pode ser apresentado utilizando aulas expositivas, análise de provas anteriores e resolução de exercícios.

- O terceiro momento abarca discussões e resolução das provas anteriores.

- ✓ Subprograma 2018 (2 aulas).

- ✓ Subprograma 2019 (2 aulas).

- ✓ Subprograma 2020 (2 aulas).

- ✓ Subprograma 2021 (2 aulas).

Este momento pode ser apresentado utilizando aulas expositivas, análise de provas anteriores e resolução de exercícios.

- O quarto momento será de discussão e análise das “Obras do PAS” exigidas no Subprograma específico do aluno, fazendo associações e cogitando a possibilidade da forma como algumas obras podem ser cobradas dentro do componente curricular específico de Química.

As aulas restantes devem ser utilizadas nos momentos avaliativos e para sanar dúvidas. Estratégias de avaliação do estudante A disciplina eletiva tem como estratégia de avaliação preparar o estudante para o processo avaliativo em questão, objeto de todo o estudo, o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB), nesse sentido acontecerá de duas formas:

Qualitativamente: considerando a participação, interação e motivação do estudante ao longo dos nossos encontros.

Quantitativamente: através de simulados com mesmo formato das provas aplicada no Programa de Avaliação Seriada (PAS), considerando aspectos de formatação e processo criativo das questões propostas ao longo da história do Programa.

Para a Avaliação quantitativa, as aulas podem possuir exercícios de fixação sobre as temáticas apresentadas, bem como ocorrer a apresentação expositiva dos temas relacionados. Neste sentido será de comum uso a aulas orientadas sobre as temáticas bem como discussões - é possível também que se faça uso de pesquisas orientadas sobre as temáticas, construções de mapas conceituais e mapas mentais, e, também, o recurso de tempestade de ideias.

A partir de combinados com a turma (feitos no início do curso) sobre a disposição de tais estratégias avaliativas o estudante pode ser considerado apto, ao concluir as avaliações tendo alcançado os objetivos apresentados na seção anterior.

Referências https://www.cebraspe.org.br/pas/subprogramas/2020_2022/1 FONSECA, Martha Reis Marques da. Completamente Química, Ciências, Tecnologia & Sociedade. São Paulo: Editora FTD S.A., 2001, 624 p. VASCONCELOS, José A. Reflexões: Filosofia e Cotidiano. São Paulo: SM, 2016.

NÚCLEO DE ESTUDO: QUÍMICA

Área (s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

Componentes curriculares relacionados

Química.

Código (s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

[CN01IF] Reconhecer a Ciência como uma atividade humana coletiva, historicamente construída e fundamentada em métodos estruturados, cujo objetivo é a compreensão do

ordenamento e do funcionamento da natureza.

[CN02IF] Discutir e testar conhecimentos e modelos científicos em busca de evidências para validação de hipóteses, respeitando diretrizes de segurança, bioética e respeito aos

direitos humanos.

CN03IF] Elaborar hipóteses, procedimentos de coleta de dados, modelos explicativos e conclusões para processos investigativos, construindo textos, gráficos, tabelas e outras formas de representação para comunicar informações de interesse científico e tecnológico.

Estratégia de aprendizagem

Atividades de fixação, atividades de verificação das aprendizagens, aula expositiva e/ou dialogada, ensino com pesquisa, estudo de caso, práticas laboratoriais, resolução de exercícios.

Recursos materiais necessários

Sala de aula, laboratório, notebook internet.

Eixo (s) estruturante (s) envolvido (s) na Unidade Curricular
Investigação Científica.

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

Através da participação dos estudantes nas atividades sugeridas, confecção de um diário de bordo, relatórios, estudos dirigidos.

Estratégias de avaliação do estudante

Participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas.

Referências

Livros de química, blogs, vídeos e sites contendo o conteúdo.

Conversação básica em Língua Inglesa

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto Linguagens e suas Tecnologias

Componentes curriculares relacionados Língua Estrangeira

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

[LGG01IF] Examinar a estrutura, a organização e as relações de sentido presentes em discursos, empregando estratégias de investigação científica para aprofundar conhecimentos acerca de diversas manifestações culturais modernas e contemporâneas, em língua pátria e/ou estrangeira, perpassando diferentes formas de linguagem, a fim de ampliar o repertório científico-cultural para o desenvolvimento de um olhar crítico, ético e sensível à diversidade de formas de expressão artística e literária.

[LGG02IF] Utilizar informações acerca da língua pátria e/ou de língua estrangeira, abrangendo as respectivas produções literárias, artísticas e corporais, bem como a multiplicidade de manifestações sociais que emergem de grupos culturais diversos, a fim de elaborar argumentos que sustentem hipóteses sobre a estrutura, o funcionamento e as intencionalidades de discursos variados, além de posicionar-se de forma crítica, sensível, ética e propositiva diante das diferentes linguagens.

[LGG04IF] Reconhecer produtos e/ou processos de criação e recepção - linguístico-literários, artísticos, desportivos e culturais -, a fim de aprofundar conhecimentos sobre os variados usos das linguagens, bem como sobre a multiplicidade de expressões individuais e/ou coletivas, posicionando-se de forma ética e tolerante em relação à diversidade do patrimônio cultural local, regional, nacional e/ou internacional.

[LGG05IF] Utilizar recursos expressivos presentes em diversas linguagens, ampliando repertório acerca de manifestações linguísticas, corporais, estéticas e culturais, mobilizando esses conhecimentos para engajar-se em iniciativas criativas de interesse individual e/ou coletivo.

[LGG08IF] Organizar repertório individual sobre as diversas linguagens, por meio de estratégias de mediação e intervenção sobre questões de ordem sociocultural, aprimorando as relações da vida em sociedade, as possibilidades de fruição cultural coletiva e o respeito à diversidade e ao meio ambiente.,

[LGG10IF] Entender de que forma o repertório pessoal acerca das diversas linguagens pode contribuir com a materialização de projetos de interesse individual e/ou coletivo, desenvolvendo estratégias éticas e sustentáveis para concretizá-los.

Estratégia de aprendizagem

Apresentação cultural sobre temáticas em estudo,
Atividades de fixação,
Atividades de verificação das aprendizagens,
Aula expositiva e/ou dialogada,
Debates e/ou discussões considerando a participação do estudante,
Dinâmica de grupos,
Dramatização, Ensino híbrido,
Entrevistas,
Grupo de verbalização e de observação,
Role-play – desempenho de papéis,
Sala de aula invertida,
Teatro ao ar livre,
Tempestade cerebral (Brainstorming),
Utilização de recursos audiovisuais (documentários/música/data show)
Recursos materiais necessários
Dispositivos eletrônicos (tablets, computadores, celulares);
Apostila com abordagem comunicativa;
Internet e redes sociais;
Plataforma Google sala de aula.

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular

Processos Criativos Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

Prática de conversação em língua inglesa através do método comunicativo.

A cada aula os estudantes serão imersos em uma situação do dia a dia na qual aprenderão vocabulário e expressões associados ao tema/situação e praticarão a habilidade oral com a apresentação de áudios, vídeos, para depois praticarem com os colegas conversas sobre o tema.

Estratégias de avaliação do estudante.

Ao longo do curso, os estudantes pesquisarão e desenvolverão suas próprias situações e criarão diálogos/histórias para apresentarem em um projeto final oral.

Referências Currículo em movimento do novo ensino médio;

Communicative Approach to the Teaching of English as a Second Language - Pratima Dave Shastri
New English File – beginner and elementary books
New Interchange – beginner book
Approaches and methods in language teaching – Jack C Richards and Theodore S Rodgers.

Desenvolvimento de conhecimento e habilidades para o PAS

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto Linguagens e suas Tecnologias

Componentes curriculares relacionados

Arte: artes visuais, Arte: teatro, História, Língua Portuguesa

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

[LGG01IF] Examinar a estrutura, a organização e as relações de sentido presentes em discursos, empregando estratégias de investigação científica para aprofundar conhecimentos acerca de diversas manifestações culturais modernas e contemporâneas, em língua pátria e/ou estrangeira, perpassando diferentes formas de linguagem, a fim de ampliar o repertório científico-cultural para o desenvolvimento de um olhar crítico, ético e sensível à diversidade de formas de expressão artística e literária

[LGG02IF] Utilizar informações acerca da língua pátria e/ou de língua estrangeira, abrangendo as respectivas produções literárias, artísticas e corporais, bem como a multiplicidade de manifestações sociais que emergem de grupos culturais diversos, a fim de elaborar argumentos que sustentem hipóteses sobre a estrutura, o

funcionamento e as intencionalidades de discursos variados, além de posicionar-se de forma crítica, sensível, ética e propositiva diante das diferentes linguagens.

[LGG03IF] Formular hipóteses acerca do contexto histórico, do desenvolvimento e dos elementos estruturantes de diversas línguas e linguagens, avaliando as relações de poder presentes em seus usos em diversas mídias, suas influências nas relações humanas e no comportamento social, artístico, corpóreo e linguístico.

[LGG04IF] Reconhecer produtos e/ou processos de criação e recepção - linguístico-literários, artísticos, desportivos e culturais -, a fim de aprofundar conhecimentos sobre os variados usos das linguagens, bem como sobre a multiplicidade de expressões individuais e/ou coletivas, posicionando-se de forma ética e tolerante em relação à diversidade do patrimônio cultural local, regional, nacional e/ou internacional.

[LGG05IF] Utilizar recursos expressivos presentes em diversas linguagens, ampliando repertório acerca de manifestações linguísticas, corporais, estéticas e culturais, mobilizando esses conhecimentos para engajar-se em iniciativas criativas de interesse individual e/ou coletivo.

[LGG06IF] Desenvolver estratégias inovadoras e éticas para resolver desafios do cotidiano, mobilizando conhecimentos e recursos de diversas linguagens, com o propósito de desconstruir estereótipos e outras formas de preconceito.,

[LGG08IF] Organizar repertório individual sobre as diversas linguagens, por meio de estratégias de mediação e intervenção sobre questões de ordem sociocultural, aprimorando as relações da vida em sociedade, as possibilidades de fruição cultural coletiva e o respeito à diversidade e ao meio ambiente.

Estratégia de aprendizagem

Apresentação cultural sobre temáticas em estudo, atividades de fixação, aula expositiva e/ou dialogada, blogs e redes sociais, dinâmica de grupos, dissertação ou resumos, ensino com pesquisa, filmes e vídeos, gincanas e/ou jogos lúdicos e interativos, produção de texto, sarau literário, utilização de plataforma digital.

Recursos materiais necessários

Quadro, televisão, data show, internet, murais da escola, livros de literatura.

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

As atividades poderão ser iniciadas com a apresentação do que é a prova do PAS. Como funciona? Como faço a inscrição. As aulas serão realizadas na escola e serão norteadas pela matriz do PAS, onde aborda as principais obras. Os estudantes poderão realizar, debates, teatros e produção textual.

Estratégias de avaliação do estudante

O estudante será avaliado pelo seu envolvimento com o assunto, elaboração e participação das atividades propostas.

Referências Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa

DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componentes curriculares relacionados

Filosofia, Geografia, História, Sociologia

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

[CHSA01IF] Investigar fenômenos e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, ambiental, política e cultural, presentes no cotidiano como fontes de dados para a análise, interpretação, crítica e proposição científica.

[CHSA03IF] Sistematizar informações com base em pesquisa crítica (documental, bibliográfica, exploratória, de campo, experimental, etc.) a fim de se obter conhecimentos confiáveis.,

[CHSA05IF] Selecionar formas e recursos criativos identificados em diferentes contextos da vida cotidiana (local, regional, nacional e global) para uma vida ativa, contributiva e melhoria dos âmbitos individual e coletivo.

[CHSA06IF] Propor soluções inovadoras em busca da superação de problemas relacionados às singularidades e suas especificidades de ordens histórica, social, econômica, filosófica, política e cultural.

[CHSA07IF] Identificar, na diversidade de contextos históricos e geográficos e de modos de vida dos grupos humanos, práticas, crenças, valores e normas relacionadas às diferentes identidades socioculturais.

[CHSA08IF] Mobilizar recursos e conhecimentos de natureza sociocultural e ambiental, a partir das demandas locais, regionais, nacionais e/ou globais, segundo as especificidades das diversidades e coletividades.

Estratégia de aprendizagem

Apresentação cultural sobre temáticas em estudo, atividades de fixação, atividades de verificação das aprendizagens, aula de campo sobre conteúdos interdisciplinares, aula expositiva e/ou dialogada, avaliação para as aprendizagens, blogs e redes sociais, debates e/ou discussões considerando a participação do estudante, diário de campo, dinâmica de grupos, dramatização, ensino com pesquisa, estudo de caso, filmes e vídeos, mapa conceitual, palestra e/ou mesa redonda e/ou entrevista, portfólio, produção de texto, projeto de pesquisa, resolução de exercícios, seminário sobre temáticas em estudo, utilização de plataforma digital, utilização de recursos audiovisuais (documentários/música/data show).

Recursos materiais necessários

Rede sociais, internet, classroom, seneca, datashow, computador, celular, televisão, som, quadro branco. Como será a oferta do Itinerário Formativo? Eletiva Orientada Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

- 1- Através das pesquisas e resultados apresentados pelos estudantes.

- 2- 2- Todos os professores envolvidos terão seu momento individual com a turma, explicando o que irá ser considerado como fator de importância para cada um.
- 3- 3- Tal situação será feita durante as coordenações de área dos professores.
- 4- 4- Será organizado reuniões periódicas com o grupo de professores envolvidos e os estudantes.

Estratégias de avaliação do estudante Avaliações Formativas;

Avaliações Diagnósticas Inicial e Final; Auto Avaliação; Painéis Simuladores de questões de Geopolítica; Portifólio Virtual. Etc.

ALEXY, Robert. Derecho y Razón Práctica. México: Distribuciones Fontamara, 2002. _____. Direitos Fundamentais e Realização de Direitos Fundamentais no Estado de Direito Democrático. Trad. Heck, Luís Afonso. In Revista de Direito Administrativo, 217. Rio de Janeiro: Renovar, jul./set. 1999, pp 67/79. _____. Direitos Fundamentais no Estado Constitucional Democrático. Trad. Heck, Luís Afonso. In Revista de Direito Administrativo, 217. Rio de Janeiro: Renovar, jul./set. 1999, pp 55/66. _____. Teoría de los Derechos Fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001. ANDI, SEDH e UNESCO. Mídia e Direitos Humanos. Veet Vivarta (Coord). Pesquisa. Guilherme Canela. Brasília, 2006. ANDRADE, José Maria Tavares de. Interdisciplinaridade em direitos humanos. In: FESTER, Antonio Carlos Ribeiro (Org.) Direitos humanos em debate. São Paulo: Brasiliense, 1989. AQUINO, Julio Groppa (org.). Diferenças e Preconceito na Escola: alternativas teóricas e práticas. 3 ed. São Paulo: SummusEditorial, 1998. BALDI, César Augusto. Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita. _____. (Org.). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. BALOGH, Anna Maria (org.). Mídia, Cultura, comunicação. São Paulo: Arte e Ciência, 2002. _____. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: SEDH-MEC-MJUNESCO, 2006. _____. Brasil sem Homofobia. Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2006. BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humanos de três gerações: identidade e universalismos. In: SCHILLING, Flávia (Org.) Direitos humanos e educação – outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez Editora, 2005. BRITO, Graça e Outros (Orgs). Educando para a cidadania. Pelotas: UFPEL/Projeto Tribunos da Cidadania, 2002. CAMARGO, Francisco Carlos et all. Erotismo e mídia. São Paulo: Expressão e Arte, 2002.

ASPECTOS FÍSICOS E SOCIOCULTURAIS DO FUTSAL

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto
Linguagens e suas Tecnologias.

Componentes curriculares relacionados

Arte - Dança, Arte - teatro, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Português, Matemática, Química, Sociologia.

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

- LGG07IF - Interpretar desafios socioculturais e ambientais cuja superação possa ocorrer por meio de intervenções centradas em práticas que valorizem a diversidade de manifestações culturais e sociais; delineando soluções capazes de contribuir com a qualidade de vida da comunidade e a preservação do meio ambiente.

Estratégia de aprendizagem

Atividades de fixação;

- Atividades de verificação das aprendizagens;
- Aula expositiva e/ou dialogada;
- Aulas orientadas;
- Avaliação para as aprendizagens;
- Debates e/ou discussões considerando a participação do estudante;
- Dinâmica de grupos;
- Ensino em pequenos grupos;
- Ensino híbrido;
- Ensino individualizado;
- Estudo de caso;
- Estudo de texto;
- Estudo do meio;
- Exposições/excursões e visitas;
- Feiras do conhecimento;
- Filmes e vídeos;

- Gincanas e/ou jogos lúdicos e interativos;
- Jogos lúdicos e interativos;
- Mesa redonda;
- Oficinas sobre o conteúdo abordado na aula;
- Palestra e/ou mesa redonda e/ou entrevista;
- Práticas esportivas envolvendo a temática em estudo;
- Solução de problemas;
- Utilização de plataforma digital;
- Utilização de recursos audiovisuais (documentários/música/data show).

Recursos materiais necessários

As aulas serão desenvolvidas na quadra poliesportiva do CEM01 e quando necessário, como em dias chuvosos, em sala de aula.

Serão necessários os materiais:

- Bolas de futsal;
- Rede para gol;
- Cones de tamanhos variados;
- Apitos;
- Cronômetro;
- Colchonete;
- Escada de agilidade;
- Coletes para treino;
- Apostila;
- Prancheta;
- Elásticos;
- Cordas

Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular

- Mediação e Intervenção Sociocultural

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

O ensino do jogo de futsal dar-se-á por partes, através do desenvolvimento dos fundamentos que compõem o jogo, para ao final da aprendizagem agrupá-los no todo, que será o próprio jogo de futsal.

- Desenvolver e proporcionar a aprendizagem do jogo através do próprio jogo, integrando os iniciantes, ensinando os movimentos específicos na totalidade e o aluno irá repetir inúmeras vezes, sempre corrigindo detalhes até chegar à execução correta do gesto técnico.
- Prática de exercícios isolados, bem como a iniciação ao jogo através das formas jogadas de futsal;
- Ensaio de jogadas ou exercícios combinados, promovendo competições entre os alunos, apresentando resolução de situações, a técnica poderá ficar em segundo plano, dificultando a aprendizagem por parte dos alunos.
- Mediar, orientar e conduzir as atividades, efetuando correções sempre que se mostrar necessário.
- Buscar uma boa relação entre todos os envolvidos nesse processo: alunos e professor.
- Utilizar todos os materiais e recursos disponibilizados, assim como todo o espaço físico Adequado

Estratégias de avaliação do estudante

Participação prática e realização de um campeonato.

Referências

FONSECA, G. M. Futsal: metodologia de ensino. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

TENROLLER, C. A. Futsal: ensino e prática. Canoas. Ed. da ULBRA, 2004.

KLEIN, R. R. MÉTODOS DE ENSINO PARA O FUTSAL ESCOLAR. UFSM, Santa Maria, Rio Grande do Sul - Brasil. Disponível em:

<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1674-Texto%20do%20artigo-1806-1-10-20150316.pdf>

CINEMA, SOCIEDADE E CIDADANIA

Área(s) de conhecimento em que o Itinerário Formativo ao qual a Unidade Curricular Eletiva/Trilha de Aprendizagem é proposto

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componentes curriculares relacionados

Arte: teatro, História, Sociologia

Código(s) dos objetivos de aprendizagem que norteiam a Unidade Curricular

[CHSA01IF] Investigar fenômenos e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, ambiental, política e cultural, presentes no cotidiano como fontes de dados para a análise, interpretação, crítica e proposição científica.

[CHSA02IF] Testar, a partir de dados investigados em âmbito local, regional, nacional e/ou global, procedimentos e linguagens adequados à pesquisa científica com vistas à (re)formulação de conhecimentos, apresentando conclusões práticas e/ou teóricas, com a utilização de diferentes mídias.

[CHSA03IF] Sistematizar informações com base em pesquisa crítica (documental, bibliográfica, exploratória, de campo, experimental, etc.) a fim de se obter conhecimentos confiáveis.,

[CHSA04IF] Reconhecer a diversidade de formas e recursos criativos na multiplicidade de discursos e práticas constituintes da realidade social.

[CHSA07IF] Identificar, na diversidade de contextos históricos e geográficos e de modos de vida dos grupos humanos, práticas, crenças, valores e normas relacionadas às diferentes identidades socioculturais.

[CHSA10IF] Avaliar oportunidades, saberes, técnicas e recursos de processos produtivos nas perspectivas de análise e de reflexão sobre as culturas do empreendedorismo, da autogestão e do trabalho associado, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.

Estratégia de aprendizagem

Apresentação cultural sobre temáticas em estudo, aula de campo sobre conteúdos

interdisciplinares, aula expositiva e/ou dialogada, aulas orientadas, debates e/ou discussões considerando a participação do estudante, dramatização, ensino com pesquisa, ensino híbrido, entrevistas, exposições/excursões e visitas, filmes e vídeos, grupo de verbalização e de observação, leitura textual de gêneros e temas diversos em sala ou na biblioteca, painel, pesquisa em laboratório de informática ou dispositivos móveis utilizando sites, portfólio, práticas laboratoriais, produção de materiais sobre a temática abordada, produção de texto, resolução de exercícios, role-play – desempenho de papéis, sala de aula invertida, seminário sobre temáticas em estudo, solução de problemas e utilização de recursos audiovisuais (documentários/música/data show).

Recursos materiais necessários

Smart TV, retroprojetor, tela de projeção, quadro branco, sistema de Som, iluminação, ar-condicionado, 01 sala com poucas janelas ou com isolamento acústico, sala com adesivo ou cortina blackout, 01 cabo VGA, 01 cabo RCA/P2, extensão, adaptador, 01 PC ou Notebook, 01 microfone, 01 caixa amplificadora, Eixo(s) estruturante(s) envolvido(s) na Unidade Curricular, Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural

Detalhamento da Unidade Curricular Eletiva Orientada

Através da preparação prévia antes da escolha do filme, conhecer, conhecer o projeto político pedagógico da escola, conhecer o público, apresentar produções cinematográficas para promover a reflexão, a expressão de ideias e opiniões e possibilitar aprendizagens significativas para os alunos. Dentre as atividades possíveis primeiramente identificar o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema a ser trabalhado, apresentar aos alunos a proposta da aula. Apresentar uma visão geral do filme que será exibido, o período histórico e o contexto em que o filme foi produzido, entrega de uma sinopse e em seguida a visualização do filme e posterior análise e discussão do enredo e posterior pesquisa e apresentação textual daquilo que os alunos conseguiram apreender.

Estratégias de avaliação do estudante

Presença às aulas, presenças às exibições cinematográficas, participação nas rodas de

conversas, questionários e fichas instrumentais, produção textual e audiovisual.

Referências

Catálogo de eletivas da seedf

<https://eapeonline.se.df.gov.br/mod/url/view.php?id=58469&redirect=1>

Currículo do Novo Ensino médio:

<https://eapeonline.se.df.gov.br/mod/resource/view.php?id=58397&redirect=1>

Disciplina Eletiva - Novo Ensino Médio - A História nas Telas de Cinema

<https://youtu.be/UKUCNTQDf6c>https://www.academia.edu/36651963/A_Abordagem_Did%C3%A1tica_do_Uso_do_Cinema_em_Sala_de_Aula

PROJETO BANDA DE MÚSICA:

Anexo I - Responsável pelo Preenchimento: Unidade Escolar
Dados de Identificação do Projeto
CRE: PLANALTINA
Título do Projeto: BANDA SANTA CECÍLIA
Unidade Escolar proponente: CED01 PLANALTINA
Tema do Projeto: MÚSICA NA ESCOLA/COMUNIDADE
Parcerias (internas e externas à Escola) envolvidas na Execução do Projeto: COMUNIDADE EM GERAL
Etapa/Modalidade da Educação Básica atendida: TODAS
Número de Estudantes atendidos: 100 alunos
Espaços Utilizados para Desenvolver as Atividades do Projeto: SALA DE MÚSICA
Período de Execução: ano letivo
Responsável(eis) pela Execução do Projeto: Professor Israel Colonna e Professor Sebastião Cândido – Professores de Arte Musical efetivos

ASPECTOS RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO

1 – APRESENTAÇÃO

Este projeto **visa efetivar as atividades da BANDA DE MÚSICA como projeto pedagógico da escola**; uma vez que **a Banda de Música já existe nesta I.E. há mais de 40 anos** atendendo a todas as atividades cívicas e culturais da escola, da cidade e até mesmo do DF; como descrito no histórico (**item 1**).

Este projeto é de caráter ESCOLAR e COMUNITÁRIO.

As artes devem não só ser uma disciplina específica da escola, mas ser um instrumento utilizado para trabalhar diversas questões presentes entre as crianças e adolescentes em idade escolar. A discussão tem sido foco de todos os congressos de educação; que

são unânimes em afirmar que: "a Arte explora e desenvolve as diferentes linguagens e múltiplas dimensões humanas".

Para Maria Isabel Leite, educadora de Santa Catarina, o principal ganho para os alunos que têm contato com a arte é a ampliação de seu arcabouço cultural. "Apenas com repertório se consegue criar efetivamente", afirma. No entanto, a educadora ressalta que essa é uma questão muito mais difícil do que parece, pois apenas colocar um professor de educação artística na escola não basta. "É preciso que esse tema seja pensado de maneira mais ampla e que esteja presente na formação do professor".

Por entendermos que a arte não deve ser apenas produção cultural é que resolvemos inovar, ofertando aos alunos conhecimentos e formação musical para composição de um **PROJETO DE BANDA DE MÚSICA** que atendesse didaticamente nossa I.E. e eventos culturais, cívicos e festivos de nossa comunidade de Planaltina e do DF, principalmente eventos organizados pela SEEDF.

A atividade musical é de grande importância no desenvolvimento moral e social do ser humano; auxilia no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de socialização, alfabetização, das capacidades humanas e das percepções das crianças e dos adolescentes; possibilita o fortalecimento e desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e o senso estético; auxilia no desenvolvimento da percepção sonora e espacial, além da coordenação motora e capacidade inventiva.

A prática da cidadania, pelo exercício da participação em projetos coletivos, melhora a auto-estima e isto traz reflexo imediato na Qualidade de Vida, com importante retorno qualitativo para as organizações. Por outro lado, a criatividade e o gosto estético é algo que se aprende e se desenvolve.

Assim, este projeto é uma forma de associar a escola à sociedade em que está inserida, propondo uma mudança no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de artes com oferta de conhecimento e formação musical aos alunos, visando ampliar o universo cultural das crianças e adolescentes por meio da musicalidade.

Este projeto prevê o desenvolvimento de várias formas de participação e integração onde o cidadão terá possibilidades de exercer sua criatividade, a iniciativa, a reflexão, a autodisciplina e a solidariedade.

Aprender música participando de uma banda dá ao indivíduo a possibilidade de preencher seus momentos de lazer com uma atividade construtiva, evitando assim, que a ociosidade leve-o para outros caminhos, muitos deles danosos para sua integridade física e destruidores da moral e do caráter .

Está previsto com o PPP, articulado com as várias ações culturais, históricas, literárias que perpassam pela música.

Foi construído coletivamente ao longo da história escolar e comunitária da comunidade de Planaltina.

2 – TÍTULO DO PROJETO: BANDA DE MÚSICA SANTA CECÍLIA

3 – PROBLEMATIZAÇÃO:

A Banda de Música tem uma antiga e forte ligação com a cultura de Planaltina. O registro mais antigo do embrião da banda de Música, data-se de **1942**, com a fotografia da Banda União Jazz Planaltinense. Já nos **anos 50 e 60** o maestro **Tavinho** ministrava aulas e regia a Banda de Música na escola Paroquial. No início dos **anos 70**, o **Professor**

Antônio Limeira, assume a **Banda Santa Cecília**, e no **Centro Educacional 01 de Planaltina** (Centrão), por mais de 20 anos compõe, arranja, ensina e forma vários alunos que hoje são profissionais de Bandas militares, Músicos populares e cidadãos. Após a saída do Prof. Antonio Limeira outros professores e maestros estiveram a frente da Banda de Música de Planaltina, podemos citar alguns como: **João Augusto (Fio)**, **Djalma**, **Adailton Cunha**, **Jonas**, **Rui**, **Jessé Gomes**, **Marcel** e atualmente o Regente e saxofonista **Israel Colonna**, que **desde 2006**, vem coordenando aulas, repertório e ensaios e apresentações do Espaço Musical Antônio Limeira.

O Espaço Musical Antonio Limeira, é o nome dado ao local onde se desenvolve o Projeto de Bandas de Música da Secretaria de Estado de Educação em Planaltina; uma simples e justa homenagem ao Professor Antonio Limeira.

4 – TEMA GERADOR: MÚSICA

5 - PÚBLICO ALVO:

O Espaço Musical Antonio Limeira, é um projeto que tem sua sala de Ensaio e aulas no Centro Educacional 01 (Centrão), atendendo a demanda da escola do ensino regular, tem como público alvo principal alunos regularmente matriculados em qualquer escola pública de Planaltina, com idade entre 10 e 18 anos para ingresso; matriculando também pessoas da comunidade, num total de 100 alunos.

6 – JUSTIFICATIVA;

O Projeto do Espaço Musical Antônio Limeira é um Grupo Musical formado por Instrumentos de sopro (flauta transversal, clarinetes, saxofones soprano, alto tenor e barítono, trompetes, trombones, bombardinos, souzafones, tubas, trompas) e de percussão (caixa, pratos bumbos, bateria e etc.), possibilitando assim várias formações instrumentais, tais como: A Banda de Musical Antônio Limeira. Formação que é uma dos elementos fundamentais para manutenção a tradição da Festa em Louvor ao Divino Espírito Santo com mais de 120 anos que é realizada em nossa cidade, festa em que, durante as missas e novenas, a Banda executa um repertório de músicas religiosas. No Desfile Cívico do Aniversário da Cidade e no Desfile Militar de 7 de setembro na Explanada dos Ministérios juntamente com Bandas de Música de escolas públicas de outras cidades, no qual compõe a Banda de Música da Secretaria de Estado de Educação do DF, Marchas e Dobrados. A Orquestra de Frevo Valter Feitosa, que realiza pelo 9º ano o único Carnaval de frevo de Rua no Centro Histórico de Planaltina, puxando com muita animação o Bloco Sem Eira Nem Beira, que neste ano realizamos 3 dias de frevo, marchinhas e Sambas. A Big Band, União Jazz Planaltinense explorando a improvisação e expressão dos alunos com temas do jazz, do choro e da MPB; e outras formações menores como quintetos de metais, quartetos de saxofones, sempre com objetivo do ensino e divulgação da Música instrumental da cidade.

7 – OBJETIVOS GERAIS

-Resgatar primeiramente os valores da participação para a reconstrução de uma comunidade com ideais de cidadania, bem como estabelecer uma nova proposta de atividade extracurricular aos alunos desta escola e aos cidadãos da comunidade, visando assim a ampliação de conhecimento e de cultura, agindo como um bom modelo a ser seguido a aqueles que estão em fase de amadurecimento de sua formação cultural e personalidade.

-Desenvolver no estudante e membros da comunidade, através de conhecimentos musicais, um sentimento de valorização pessoal, desenvolver a auto-estima, a disciplina e cidadania; além de estimular a organização interna do indivíduo, a sensibilidade pela arte, o respeito com o outro, a socialização, a expressão cultural, o auto controle, entre outros, que são ingredientes básicos para um caráter culto e saudável..

8 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ofertar formação musical teórica e prática aos alunos desta I.E. e membros da comunidade para composição e manutenção efetiva de uma BANDA DE MÚSICA que represente a escola e a cidade de Planaltina.
- Difundir a arte musical no seio da escola e da comunidade através de apresentações artístico-musicais como exemplo da aplicabilidade dos conhecimentos teóricos desenvolvidos neste projeto.
- Desenvolver um paralelo da teoria e a prática musical com metodologia o que proporcione à crianças e adolescentes de nossa escola e da comunidade uma nova perspectiva de vida, visando sua socialização e a também sua profissionalização através da música.
- Dar oportunidades a crianças, adolescentes e jovens para que possam cultivar a música como característica própria do ser humano e estimular as pessoas a preservar e desenvolver os princípios e ideais de formação para serem cidadãos livres, responsáveis e solidários.
- Manter na Banda os alunos que ingressaram neste projeto, independentemente de já terem terminados seus estudos nesta I.E.; tornando assim esse projeto, um projeto de cunho cultural, social e comunitário.

9 – CONTEÚDOS:

Ao total são 100 alunos divididos em três níveis de aprendizado, iniciante: teoria musical, médio: técnica específica do instrumento e prática de instrumento. Ainda acrescentamos aulas de violão.

10 - CONTEÚDOS DO PROJETO MÚSICA

Violão Popular, Clássico, Teoria Musical e Canto Popular.

Primeiro Bimestre.

- Conhecimento anatômico do Instrumento;
- Trabalho e técnica para mão direita e Esquerda;
- Exercício de leitura de cifras;
- Nome das notas no pentagrama;
- Teste teórico e prático.

Segundo Bimestre

- Nome das notas no instrumento;
- Localização das mesmas na pauta;
- Leitura de cifras;
- Exercício técnicos;
- Escalas diatônicas maiores e menores;
- Formação de repertório (aprendendo músicas);
- Teste teórico e prático.

Terceiro Bimestre

- Aplicação do conteúdo na prática;
- Formação de Conjunto;
- Audição (ouvir músicas de gêneros variados);
- Executar Repertório;
- Teste teórico e prático.

Quarto Bimestre

- Tocar solo;
- Tocar em duo;
- Tocar em conjunto
- Avaliação Final.

BANDA DE MÚSICA

Primeiro Bimestre – iniciantes.

- Técnica específica de Instrumentos de sopro (bocal e palhetas);
- Respiração;
- Posições das notas no instrumento.
- Escala diatônica maior;
- Teoria Musical;
- Notação Musical;
- Claves, pentagrama, notas.
- Avaliação.

Segundo Bimestre – intermediário.

- Técnica específica de instrumentos de sopro (bocal e palhetas);
- Posições das notas no instrumento.
- Escala cromática.
- Altura do som.
- Afinação.
- Repertório.
- Prática de Conjunto I.
- Teoria Musical;
- Figuras de som e silêncio. (semibreve, semínima, mínima e colcheia);
- Compasso, binário, ternário e quaternário.
- Leitura de Partituras (repertório)
- Percepção auditiva
- Avaliação.

Terceiro Bimestre – avançado

- Técnica específica de instrumentos de sopros (bocal e palhetas).
- Sonoridade
- Afinação;
- Escalas maiores e menores.
- Ensaio de repertório;
- Dobrados, sambas e frevos;

- Teoria Musical;
- Figuras de som (semínimas, colcheia e semicolcheia);
- Intervalos;
- Leitura de repertório;
- Avaliação.

Quarto Bimestre - avançado.

- Técnica específica do instrumento de sopro (bocal e palhetas);
- Altura das notas e afinação;
- Escalas maiores e menores;
- Ensaio de Repertório;
- Dobrados, sambas e frevos Jazz;
- Teoria Musical;
- Figuras de som (semínima, colcheia e semicolcheia e semibreve);
- Intervalos;
- Arpejos;
- Leitura de repertório;
- Apresentações;
- Avaliação Final.

11 – METODOLOGIA

Os alunos da I.E., ou outras I.Es. ou comunidade em geral terão sua formação desenvolvida em horários contrários aos turnos de suas aulas regulares na escola.

A banda de música terá flexibilidade de atendimento à formação de seus componentes de acordo com sua disponibilidade de tempo; principalmente ao inerente à parte prática e ensaios à véspera de apresentações. A formação dos componentes poderá ocorrer inclusive aos sábados e domingos. As aulas serão compostas de estudos teóricos e práticos. A avaliação se dará de maneira prática, na participação dos alunos nas atividades culturais da cidade e do DF no âmbito da SEEDF.

12 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES:

As atividades serão desenvolvidas em ambiente escolar próprio, na Sala da Banda de Música, utilizando instrumentos musicais da própria escola, obedecendo horários previamente estabelecidos de acordo com o interesse do aluno e com o número de alunos por nível de aprendizado. As aulas de violão acompanharão os mesmos horários, mas terão espaço próprio para a sua realização.

O horário do aluno acompanhará a carga horária do professor 20h/20h nos turnos matutino e vespertino e excepcionalmente, no turno noturno.

Os professores responsáveis são:

Matrícula	Nome	Habilitações	Atividade Desenvolvida	Turno			Carga Horária		Situação do Professor			
				M	V	N	20h	40h	EP	EO	EDIE	EDDRE
300474-0	ISRAEL COLONNA VASCONCELOS	BANDA DE MÚSICA	ARTE MUSICAL	X	X					X		
23736-1	SEBASTIÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA	BANDA DE MÚSICA	ARTE MUSICAL	X	X			X				X

13 – NECESSIDADES DE RECURSOS

• **RECURSOS HUMANOS:** Professores específicos de formação em Educação Musical, sendo que os professores regentes já estão lotados na CREP/I.E., não gerando novas carências.

- professor exclusivo (maestro) com conhecimento e formação em artes musicais;
- professor de artes musicais – violão

• **RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS:**

• **FONTE: PDAF E DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS**

- espaço físico adequado e exclusivo para o projeto na própria escola
- instrumentos de sopro e percussão
- mobiliário próprio
- concerto e manutenção de instrumentos de sopro e percussão
- palhetas, óleo, etc
- isolamento acústico

14 – RECURSOS PREVISTOS E/OU EXISTENTES

Existentes:

- professor exclusivo (maestro) com conhecimento e formação em artes musicais;
- **Prof. Israel Collona Vasconcelos – 300474-0** (autorização: REG 138183/2011)
- professor de artes musicais – violão
- **Prof. Sebastião Cândido de Oliveira – 23736-1** (autorização: REG 138183/2011)
- espaço físico adequado e exclusivo para o projeto
- alguns instrumentos de sopro e percussão
- mobiliário próprio, mas que precisa de adequações

15 – RESULTADO PREVISTOS

- formação cultural de alunos e membros da comunidade
- formação profissional de alunos e membros da comunidade através dos conhecimentos da música
- despertar o senso cívico e cultural nos alunos e membros da comunidade
- comunidade em eventos cívicos, culturais e festivos; principalmente naqueles organizados pela SEEDF E governo de Brasília.

16 – CRONOGRAMA:

- ação permanente

17 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O projeto tem acompanhamento contínuo dos envolvidos e será avaliado ao término de cada ano letivo, podendo ser alterado para melhor atendimento aos objetivos nele especificados.

18 – BIBLIOGRAFIA

- **LDB 9394/1996**, art. 26, § 2º
- **PCN – ART**, 1997, P. 75
- **LEI 11769/2008**, art. 3º
- **CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA SEEDF (2010) - MÚSICA**, P. 141

- **LEI 11769/2008**, art. 1º, § 2º
- **DESPACHO E AUTORIZAÇÃO** da Subsecretária de Educação Básica – Profa. Sandra Zita Silva Tiné em 29/03/2012, **RECOMENDA**: ampliação do projeto a todas as Escolas da Rede Pública de Ensino do DF

PROJETO PROINFO:

Anexo I - Responsável pelo Preenchimento: Unidade Escolar
Dados de Identificação do Projeto
CRE: PLANALTINA
Título do Projeto: LABORATÓRIO PROINFO
Unidade Escolar proponente: CEM01 PLANALTINA
Tema do Projeto: INFORMÁTICA ESCOLAR
Parcerias (internas e externas à Escola) envolvidas na Execução do Projeto: COMUNIDADE EM GERAL
Etapa/Modalidade da Educação Básica atendida: ENSINO MÉDIO / EJA
Número de Estudantes atendidos: alunos da U.E.
Espaços Utilizados para Desenvolver as Atividades do Projeto: LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DA I.E.
Período de Execução: ano letivo
Responsável(eis) pela Execução do Projeto: Professor José Pereira, de Informática e Professor David Ernesto, de matéria extinta.

1 – APRESENTAÇÃO

Previsto no PPP da I.E., é um programa educacional do MEC com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

2 – TÍTULO DO PROJETO: LABORATÓRIO PROINFO

3 - PROBLEMATIZAÇÃO

Este projeto possibilita oferecer aos professores a formação “Introdução à Educação Digital”) do PROINFO para que esse possam fazer uso das TICs na sua vida diária com o fazer pedagógico.. e; a importância da informática como instrumento atual no processo ensino-aprendizagem por si já justifica o presente projeto, pois *proporciona ao professor a aquisição de conhecimentos e convicção quanto às vantagens e os riscos das metodologias informáticas a adotar na escola, familiarizando-o com o hardware e os softwares educativos para que eles possam desenvolver competências na aplicação da Informática Educativa nas suas práticas pedagógicas, de forma repensar o papel do professor "informador" e introduzir a ideia do professor "facilitador", segundo a teoria construtivista/interacionista; e, buscar através deste projeto o melhoramento gradativo da qualidade do ensino e dos índices de aprovação de nossos alunos.*

4 – TEMA GERADOR:

A UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA COMO INSTRUMENTO INTERDISCIPLINAR

5 – PÚBLICO ALVO: alunos matriculados regularmente na U.E. e professores da U.E.

6 - JUSTIFICATIVA

O momento atual é de extrema informatização e aberto as mudanças. O que é agora pode ser outra coisa daqui alguns minutos. A escola não pode ser diferente e deve propiciar aos professores e alunos o que o mundo lá fora propicia – o acesso às tecnologias aplicadas na educação. Hoje a informação vem de minuto a minuto. Sabe-se que o governo Federal está à medida do possível alargando seu processo de “Inclusão Digital”, desta forma devemos orientar nossos professores acerca das novas tecnologias que a escola dispõe; além disso, apostar na a Inclusão Digital é proveitoso para aquisição de novos conhecimentos. Sabemos que a informática é uma das áreas que mais cresce no Brasil e no Mundo, os professores devem estar preparados e capacitados para as transformações que o mundo vem sofrendo, e compreender melhor o progresso no qual o homem tem trilhado. Podemos dizer que nos dias atuais temos precisado continuamente das máquinas para trabalhar, tendo como pretensão neste projeto, incentivar e capacitar os professores de forma a utilizarem o computador como ferramenta pedagógica.

Democratizar o acesso aos meios de comunicação moderna, incentivando o desenvolvimento dos processos cognitivos, sociais e afetivos.

Socializar informações sobre a importância do uso do computador como nova ferramenta didática no processos ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo, sensibilizar para a utilização adequada desta ferramenta, estabelecendo as diferenças entre informática e informática educativa.

7 - OBJETIVO GERAL

Trabalhar com tecnologias e mídias digitais, analisando e reconhecendo o impacto, o potencial e a complexidade de sua inserção na prática pedagógica, na vida privada e em sociedade, com vistas a adquirir as competências básicas para o manejo dos recursos mais usuais, tomando consciência do papel das redes digitais na promoção dos processos cooperativos de trabalho e de aprendizagem.

8 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar a escola como um espaço privilegiado na promoção da inclusão digital;
2. Reconhecer que é preciso promover uma compreensão crítica para o uso da tecnologia digital;
3. Reconhecer que a incorporação da tecnologia ao processo educativo cria uma oportunidade ímpar para a estruturação e implantação de novos cenários pedagógicos;
4. Conceituar os componentes de um computador e do seu sistema operacional; } Identificar o padrão de organização das interfaces gráficas e o uso dos principais dispositivos de entrada e saída (mouse, teclado e monitor);
5. Operar adequadamente com administradores de arquivos, reconhecendo os principais dispositivos de armazenamento (HD, CD, pen drive);

6. Utilizar os principais aplicativos (editores de textos, de imagens, de apresentações, navegadores web e planilhas eletrônicas), identificando que necessidades e problemas podem ser por eles resolvidos;
7. Operar as funções básicas dos principais aplicativos (editores de textos, de imagens, de apresentações, navegadores web e planilhas eletrônicas);
8. Organizar e sistematizar conteúdos em diversos tipos de formatos digitais;
9. Reconhecer as possibilidades de transferências de dados entre os diferentes formatos explorados; \
10. Identificar e reconhecer o potencial de uso pedagógico das diversas ferramentas computacionais utilizadas durante o curso;
11. Compreender a estrutura do conteúdo web, habilitando-se assim, a buscar e avaliar informações na web;
12. Identificar os procedimentos mais comuns de segurança e privacidade ao compartilhar informações em rede;
13. Analisar a importância da cooperação no aprendizado e refletir sobre a importância das ferramentas de comunicação digital na prática pedagógica;
14. Conceituar e reconhecer as especificidades comunicativas, as diferentes textualidades, o potencial e o papel pedagógicos dos seguintes serviços: redes sociais, bate-papo, e-mail, fóruns e listas de discussão;
15. Analisar o alcance social e econômico de algumas das principais ferramentas de produção e/ou veiculação de conteúdo digital (blogs, wikis, youtube, etc.);
16. Trabalhar com projetos de aprendizagem com temática escolhida coletivamente pelos cursistas, com desenvolvimento integrado ao aprendizado do uso das ferramentas.

9 – CONTEÚDOS:

TODOS OS CONTEÚDOS DISCIPLINARES EM LINGUAGEM DIGITAL E APLICADAS A NOVAS TECNOLOGIAS.

9.1. Interação em ambientes virtuais

Desde a primeira infância, os estudantes da *Geração Z* estão navegando em ambientes virtuais. Eles comunicam-se com desenvoltura no meio digital, às vezes mais do que seus pais e professores. **Incentivar** e **orientar** a interação nesses espaços tem muito a acrescentar à prática pedagógica. Procure identificar as tarefas que podem ser transpostas, facilitadas ou repensadas para o meio digital.

As ferramentas para isso são abundantes: é possível criar grupos e comunidades nas **redes sociais**; **fóruns de discussão** com temáticas específicas relacionadas ao conteúdo que está sendo estudado; ou mesmo utilizar um **ambiente virtual de aprendizagem**, caso a sua escola ou sistema de ensino disponha de um.

9.2. Textos em formato digital

O consumo de textos em formato digital é baseado na linguagem hipertextual e em uma forma de leitura não linear. O texto em formato digital permite ampliar o conhecimento

acerca de uma temática, elucidar e ilustrar conceitos, contextualizar momentos históricos, esclarecer vocabulários específicos, entre diversas outras possibilidades. A leitura deixa de ser apenas receptiva para tornar-se um processo **interativo**.

Muitos materiais didáticos já possuem uma versão digital que pode ser aproveitada como recurso em sala de aula ou em casa. Explore também as funcionalidades oferecidas por **portais de notícia online, e-books, PDFs interativos** etc. O hipertexto permite adicionar links, imagens, vídeos, referências e diversos formatos de conteúdo adicional ao corpo do texto, transformando a forma como lemos e aprendemos. Quando se transforma a forma de ler, modifica-se também a forma de produzir conteúdo.

O hipertexto, pela sua natureza não sequencial e não linear, afeta não só a maneira como lemos, possibilitando múltiplas entradas e múltiplas formas de prosseguir, mas também afeta o modo como escrevemos, proporcionando a distribuição da inteligência e cognição. De um lado, diminui a fronteira entre leitor e escritor, tornando-os parte do mesmo processo; do outro, faz com que a escrita seja uma tarefa menos individual para se tornar uma atividade mais coletiva e colaborativa. O poder e a autoridade ficam distribuídos pelas imensas redes digitais, facilitando a construção social do conhecimento.

(MARCUSCHI, Luiz A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. **Linguagem e Ensino**, Rio Grande do Sul, 2001. v.4, n. 1, p. 79-111.)

A BNCC e os gêneros digitais

A tecnologia está presente ao longo de todo o texto da Base Nacional Comum Curricular. Ela aparece especialmente na leitura, interpretação e produção dos novos gêneros digitais, como:

- Blogs;
- Tweets;
- Mensagens instantâneas;
- Memes;
- GIFs;
- Vlogs;
- Fanfics;
- Entre diversos outros.

Se engana quem pensa que os novos gêneros digitais devem ser trabalhados apenas pelo professor de Língua Portuguesa. O trabalho com esses gêneros pode ser explorado em diferentes áreas do conhecimento, valorizando também o trabalho interdisciplinar – como sugere, inclusive, a própria BNCC.

9.3. Métodos colaborativos de produção de conteúdo

Uma maneira de engajar os estudantes com o plano de aula da sua disciplina é torná-los parte da construção do conhecimento. Mobilize a criação de um **blog** para a turma e estimule a interação por meio dos **comentários**; organize e deixe disponível para consulta um **banco de textos e artigos** com as produções dos alunos; desenvolva **projetos interdisciplinares**.

O Google Docs, por exemplo, é uma ferramenta gratuita, que permite construir textos de maneira colaborativa, editando, adicionando comentários e enviando feedback em tempo real. No entanto, existem diversas outras ferramentas disponíveis. Procure pelas melhores soluções que conversem com a realidade e as necessidades da turma.

9.4. Apresentações em formatos multimídia

É importante empregar recursos tecnológicos ao seu plano de aula, uma vez que o uso de materiais em diferentes formatos (como **vídeos**, apresentações em **slides**, **mapas mentais** etc.) colabora para o engajamento da turma. Além disso, pode servir para enriquecer tanto a aula do professor quanto as apresentações dos próprios alunos.

Algumas ferramentas que apresentam essas funcionalidades são o YouTube (edição e compartilhamento de vídeos), o Google Slides e o Prezi (apresentação de slides e construção de mapas mentais), o PowToon (construção de vídeos e animações – em inglês), entre outras. Busque também compartilhar experiências e conhecer as ferramentas utilizadas por outros professores.

9.5. Diferentes formatos de avaliação

A tecnologia também pode convergir para o plano de aula no modo de avaliação. Por mais que a prova em papel e caneta – com os alunos em fila e vigiados pelo professor – continue sendo o método de avaliação mais comum, existem formas diferentes de verificar a aprendizagem dos estudantes.

Disponibilizar **avaliações** em formato digital, como **atividades** de fixação e reforço, **provas** e **simulados**. (avaliações, pesquisas e questionários utilizando ferramentas gratuitas como o Google Forms).

9.6. Aplicativos e softwares educacionais

Utilizar elementos lúdicos para facilitar o entendimento de conceitos, além de estimular e engajar os estudantes para a realização de tarefas, das mais simples as mais complexas, não é nenhuma novidade na área da educação. No entanto, o desenvolvimento tecnológico ocorrido nos últimos anos possibilitou que essa prática fosse transportada para o meio digital e amplamente difundida nas salas de aula em diferentes partes do mundo. Nas pautas mais recentes, esse fenômeno é conhecido como *gamificação*.

Ao buscar no *App Store* ou *Play Store*, na categoria “Educação”, é possível encontrar inúmeros **jogos** e **aplicativos** – muitos deles gratuitos – que podem ser aproveitados dentro do contexto educacional.

10 - METODOLOGIA:

A metodologia a ser utilizada será a Metodologia de projetos, que é uma forma de concretizar no dia-a-dia a proposta de nossa escola. Esta Metodologia possibilita:

- O estudo de temas vitais com maior riqueza de detalhes e aprofundamento do tema no horizonte político-pedagógico da comunidade e, ao mesmo tempo, no interesse dos alunos; permite a participação de todos, porque é da essência do projeto levar as pessoas a fazer, os alunos são motivados a não ficarem parados esperando ordens do professor;
- Abre perspectivas para a construção do conhecimento, a partir de questões reais;
- Possibilita a experiência da vivência crítica e criativa;
- Ajuda o educando a desenvolver as capacidades de observação, reflexão e criação;
- Cria clima propício à comunicação, à cooperação, à solidariedade e à participação.

AÇÕES PEDAGÓGICAS

*Todas as atividades deste projeto devem acontecer sob orientação e supervisão do (a) professor (a) regente

1. Confecções de cartas comerciais, oficiais e etc;
2. Pesquisa na Internet;
3. Produção de textos, para debates;
4. Trabalhos individuais e Coletivos;
5. Criação de blogs ou websites;
6. Aulas e palestras com projetores de multimídia
7. Formação de professores

- Os alunos e professores serão atendidos nos horários de aula, acompanhando os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Podemos considerar que a educação ao longo da vida será o único meio de evitar a desqualificação profissional e de atender às exigências do mercado de trabalho da sociedade tecnológica. Assim segundo BELLONI (1999) op cit CAPELLO (2011), faz-se necessário uma flexibilização forte de recursos, tempos, espaços e tecnologias, que abrigam à inovação constante, por meio de questionamentos e novas experiências.

Nesse processo colaborativo de interatividade, o educador deve assumir um novo papel no processo educacional, deixar de lado a postura de provedor de conhecimento e atuar como mediador, até mesmo porque diante dos rápidos avanços em sua área, somente um profissional pleno e capaz de se ajustar aos avanços tecnológicos sobreviverá nesse

mercado. É fundamental que o professor se torne mediador e principalmente orientador na aprendizagem mediada pelas novas tecnologias, pois é seu papel criar novas possibilidades para ensinar e aprender. Segundo Moran (2000) o papel do professor é dividido em:

Orientador/mediador intelectual – informa, ajuda a escolher as informações mais importantes, trabalha para que elas sejam significativas para os alunos, permitindo que eles a compreendam, avaliem – conceitual e eticamente -, reelaborem-nas e adaptem-nas aos seus contextos pessoais. Ajuda a ampliar o grau de o grau de compreensão de tudo, a integrá-lo em novas sínteses provisórias.

Orientador/mediador emocional – motiva, incentiva, incentiva, estimula, organiza os limites, com equilíbrio, credibilidade, autenticidade e empatia.

Orientador/mediador gerencial e comunicacional – organiza grupos, atividades de pesquisa, ritmos, interações. Organiza o processo de avaliação. É a ponte principal entre a instituição, os alunos e os demais grupos envolvidos (comunidade). Organiza o equilíbrio entre o planejamento e a criatividade. O professor atua como orientador comunicacional e tecnológico; ajuda a desenvolver todas as formas de expressão, interação, de sinergia, de troca de linguagens, conteúdos e tecnologias.

Orientador ético – ensina a assumir e vivenciar valores construtivos, individual e socialmente, cada um dos professores colabora com um pequeno espaço, uma pedra na construção dinâmica do “mosaico” sensorial-intelectual-emocional-ético de cada aluno. Esse vai valorizando continuamente seu quadro referencial de valores, ideias, atitudes, tendo por base alguns eixos fundamentais comuns como a liberdade, a cooperação, a integração pessoal. Um bom educador faz a diferença. [grifos do autor] (p. 30-31)

O USO DA INTERNET: UMA METODOLOGIA DINÂMICA DE ENSINO

Segundo o autor José Manuel Mouran (1997), a internet é entre tantos mais um rico recurso para uma metodologia dinâmica de ensino, quando bem explorada nos proporciona uma vasta quantidade de ferramentas que podem enriquecer o processo de ensino aprendizagem, entre tantos artifícios, selecionamos os seguintes recursos: o alto poder de divulgação, pesquisa, comunicação, exploração, informação, educativos.

As pesquisas podem ser realizadas durante as aulas ou na biblioteca, salas de laboratórios, como sendo atividade livre ou opcional, individual ou em grupo. Vale lembrar que o professor nesse momento deve estar atento para orientar os alunos nas

escolhas das informações, ambos trabalhando em conjunto para a escolha de conteúdos significativos, que ampliem o grau de compreensão e conhecimento do educando, e que estes se tornem capazes de avaliar e reelaborar suas próprias escolhas.

A comunicação, bem como o correio eletrônico, Web, lista de grupos de discussão são outras formas metodológicas que podem ser utilizadas pelos educadores. Estas novas práticas beneficiam a facilidade para trocas de informação por grupos a fins, o professor deve ser capaz de ajudar seus alunos a criarem seu próprio endereço eletrônico e fazer uso deste para armazenar informações e troca-las com outros grupos, o que torna possível também as trocas de experiências, culturas, informações e ideias, este é um meio bastante eficaz na integração do indivíduo a sociedade, pois proporciona que este interage em grupo, tornando-o um indivíduo cooperativo, criativo, crítico e responsável, pois ele de forma consciente faz suas próprias escolhas e toma suas decisões.

O ato de associar a utilização das tecnologias à Metodologia de Projetos no ambiente escolar favorece o aprendizado, pois a aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsabilmente do seu processo, quando o aluno envolve sua inteligência e seus sentimentos, o aprender se torna impregnante e durável.

No trabalho com projetos há de se ir além da superação de desafios, buscando desvelar e formalizar os conceitos implícitos no desenvolvimento do trabalho para que se estabeleça o ciclo da produção do conhecimento científico que vai tecendo o currículo na ação. (VALENTE, s/d, p.30)

Podemos nesse momento fazer uma breve exposição sobre os elementos que compõem as tecnologias e que podem ajudar no ensino aprendizagem quando bem exploradas pelos protagonistas do sistema educacional. Esses elementos são: rapidez, recepção individualizada, interatividade e participação hipertextualidade e realidade virtual.

Rapidez – a rapidez com que a informação chega até nós, é uma das grandes características das TICs, temos acesso a todos os tipos de informação em tempo quase que real. Hoje com o uso da internet os jovens são capturados pelas múltiplas linguagens e sentido, adquirem habilidades sem o menor auxílio da escola, pois na maioria das vezes a escola ainda está naquela de preparar seus alunos para ler símbolos (palavras e frases) em textos escritos, sem considerar imagens e as linguagens dos diferentes suportes tecnológicos presentes na atualidade. O que temos presenciado no ensino são as tecnologias e seus aparatos chegando aos alunos de forma direta sem haja a intervenção de um mediador para prepará-lo a lidar com aquele meio e suas abundantes informações.

Recepção individualizada - a grande maioria dos docentes trabalha de forma única, sem consideração aos anseios e necessidades individuais dos estudantes, muitas vezes devido a sala de aula estar cheia o professor tem dificuldade de aproximar de seus alunos e assim realizar um trabalho de acordo com os anseios, possibilidades e realidades destes. Assim jovens acabam se envolvendo com a tecnologia segundo seu modo de viver e ver a realidade, utilizando-se das representações pessoais e sociais para compor e (re)criar seu próprio valores e conceitos.

Interatividade e participação – através das múltiplas funcionalidades da internet, sendo os jogos um de seus componentes, os jovens desenvolvem capacidades como, construir

e intervir na história, escolher os caminhos, criar e experimentar possibilidades, discutir e compartilhar as descobertas com os amigos, essa estimulação acaba por acontecer com uma máquina que estimula seu usuário a querer participar, a discutir e compartilhar as descobertas com os amigos. Enquanto a escola por muitas vezes está distante do universo de seus alunos, na busca de atender às exigências curriculares, acaba por não incentivar a autonomia e participação entre os jovens, possibilitando ensinamentos e experiências descontextualizadas do universo adolescente.

Hipertextualidade – através de textos virtuais, alunos tem que descobrir alternativas que o tornem mais competente em suas escolhas e decisões, mesmo que estas aconteçam por ensaios e erros. O texto virtual permite associações, mixagens, e faz com que o usuário tenha diferentes opções de escolha, seja sujeito em busca da complexidade de informações/caminhos que, na maioria dos processos escolares, não é usual, pois os currículos escolares não dão conta, por exemplo, de situações vividas pelos jovens em contato com outros jovens em situações do dia a dia de incertezas, acertos, erros, medos, entre outros aspectos. A educação por hipertextos possibilita ao estudante ações de decisão, visto que este é responsável pela seleção e produção de caminhos e informações.

Realidade virtual – o indivíduo interage com a realidade das imagens, criando elementos próprios para entender a situação virtual. A realidade virtual prazerosa tem um pequeno lugar pedagógico, principalmente nos primeiros anos escolares, com a fantasia das histórias contadas, no entanto, na continuidade da vida escolar trabalha-se mais textos formais, distantes das emoções, dos desejos e do conhecimento informal do cotidiano dos alunos. Entendemos que o prazer da aprendizagem pode ser obtido através de componentes que respondam aos anseios imaginários dos estudantes e propiciem a eles vivências significativas e criativas.

Como podemos ver o frequente uso das tecnologias desperta a imaginação, investe na afetividade e nas relações como mediação primordial no mundo, sua incorporação no ambiente escolar pode ensinar seus indivíduos a respeitar o diferente, a vencer obstáculos, a trabalhar coletivamente, entre outros aspectos.

Dessa forma as tecnologias de informação e comunicação funcionam como molas propulsoras e recursos dinâmicos de educação, à medida que quando bem utilizadas pelos educadores e educandos permitem intensificar a melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e fora dela.

É preciso compreender que a ferramenta tecnológica não é ponto fundamental no processo de ensino e aprendizagem, mas um dispositivo que proporciona a mediação entre educador, educando e saberes escolares, assim é necessário que se supere o velho modelo pedagógico é preciso ir além de incorporar o novo (tecnologia) ao velho. Diante disso, temos que entender que, a inserção das TICS no ambiente educacional, depende primeiramente da formação do professor em uma perspectiva que procure desenvolver uma proposta que permita transformar o processo de ensino em algo dinâmico e desafiador com o suporte das tecnologias.

As TICs quando articuladas a uma prática formativa que leva em conta os saberes trazidos pelo aluno, associando aos conhecimentos escolares se tornam essenciais para a construção dos saberes. Além disso, favorece aprendizagens e desenvolvimentos, além de proporcionar melhor domínio na área da comunicação, pois como Lévy (1999) ressalta as redes de computadores permitem as pessoas construir e partilharem conhecimentos, tornando-os seres democráticos que aprendem a valorizar a competências individuais.

O Ensino Médio, composto por jovens repletos de conhecimentos, ávidos por uma aprendizagem mais dinâmica, assim como a inovação do contato digital dos alunos mais maduros da EJA, são perfeitamente atendidos em todas as fases deste projeto, em especial devido aos elementos: rapidez, recepção individualizada, interatividade e participação, hipertextualidade e realidade virtual possibilitados pela Pedagogia de Projetos, metodologia plenamente incorporada às novidades tecnológicas.

O que inserir em sala de aula	Como?
1. Interação em ambientes virtuais	Grupos e comunidades nas redes sociais; Fóruns de discussão; Ambiente virtual de aprendizagem; Etc.
2. Textos em formato digital	Portais de notícia; E-books; PDFs interativos; Etc.
3. Métodos colaborativos de produção de conteúdo	Blog/vlog; Banco de textos e artigos; Etc.
4. Apresentações em formatos multimídia	Vídeos; Slides; Mapas mentais; Etc.
5. Diferentes formatos de avaliação	Avaliações online; Atividades de fixação e reforço; Simulados; Etc.
6. Aplicativos e softwares educacionais	Jogos Aplicativos educacionais; Etc.

A TURMA DA EJA DIURNO, composta por alunos com necessidades especiais D.I. será atendida em horário de aulas, possibilitando a mesma vivência da inovação e da motivação que reflete a linguagem virtual

11 – RECURSOS HUMANOS: Professores específicos de formação em Informática, sendo que os professores regentes já estão lotados na CREP/I.E., não gerando novas carências.

- 02 professores de informática 40h/a e 01 professor 20h

RESPONSÁVEIS PELO PROJETO:

Matrícula	Nome	Habilitação	Atuação	Turno			Carga Horária		Situação do Professor					
				M	V	N	20h	40h	EP	EO	EDIE	EDDRE	Read.	
34047-2	JOSÉ PEREIRA	INFORMÁTICA	PROINFO	X	X			X				X	X	
223794-6	JOSÉ PEREIRA	INFORMÁTICA	PROINFO			X						X	X	
21381-0	DAVID ERNESTO	PAE (Disciplina extinta)	PROINFO	X		X		X				X	X	

12 – RECURSOS MATERIAIS

- Espaço físico com rede elétrica e lógica
- 35 Computadores
- 01 impressora
- Rede de internet e banda larga;
- 02 projetores de multimídia
- Material impresso; Software e aplicativos;
- 01 Câmera digital.
- 01 Caixa amplificadora de som
- 01 Notebook
- Mobiliário adequado
- 01 nobreak 500KVA
- 01 aparelho de ar condicionado
- 01 tela de projeção
- 01 mesa de som
- 01 potência
- 04 microfones
- 01 professor de informática 40ha
- 01 professores de disciplina extinta 20/20ha
- 01 professor de informática 20h

13 - CRONOGRAMA

- Todo o ano letivo, obedecendo o horário de aulas.

O que inserir em sala de aula	Como?	Quando?
1. Interação em ambientes virtuais	Grupos e comunidades nas redes sociais; Fóruns de discussão; Ambiente virtual de aprendizagem; Etc.	1º Bimestre

2. Textos em formato digital	Portais de notícia; E-books; PDFs interativos; Etc.	1º Bimestre
3. Métodos colaborativos de produção de conteúdo	Blog/vlog; Banco de textos e artigos; Etc.	2º Bimestre
4. Apresentações em formatos multimídia	Vídeos; Slides; Mapas mentais; Etc.	3º Bimestre
5. Aplicativos e softwares educacionais	Jogos Aplicativos educacionais; Etc.	4º Bimestre
6. Diferentes formatos de avaliação	Avaliações online; Atividades de fixação e reforço; Simulados; Etc.	1]/2º/3º/4º bimestres

PROJETO BLOG DO CENTRÃO

Um espaço democrático para troca de saberes. Essa é uma das explicações de **blog** que já pode ser considerada daquelas fundamentais para quem trabalha com educação e vê nesse meio a busca constante pela aproximação de quem quer aprender com quem pode ensinar, de maneira cada vez mais personalizada e horizontal.

Já faz algum tempo que o blog tem sido considerado por algumas instituições uma ferramenta a mais no processo de ensino e aprendizagem, mas na prática ainda são poucas as instituições de ensino que exploram esse canal de troca de conhecimento, que é válido tanto para o relacionamento instituição-alunos quanto o relacionamento instituição-mercado.

E a importância de criar um blog na escola está justamente na compreensão de como explorar esse instrumento de comunicação para beneficiar tanto a prática docente quanto o posicionamento da instituição perante seu público-alvo.

O objetivo principal é que seus alunos sejam estimulados a expandir seus estudos objetivando as avaliações externas de maior adesão na escola: ENEM e PAS/UNB.

Estarão envolvidos neste projeto os professores readaptados ou com restrição de atividades a fim de estimular o aluno a estudar, ler, escrever, possibilitar que ele participe ativamente da construção do conhecimento, uma vez que ele terá uma fonte de estudo e pesquisa além daqueles conteúdos apresentados em sala de aula.

Os temas apresentados no BLOG DO CENTRÃO serão selecionados dentro das matrizes curriculares do ENEM e PAS/UNB, pesquisados e organizados pelos professores readaptados e com restrição temporária de atividades, com postagens quinzenais a fim de, além de envolver os estudantes em um novo formato de estudos, também valorizar

o conhecimento dos seus atores docentes, promovendo um trabalho conjunto com os professores regentes, incorporando aspectos diferenciados dos conteúdos a serem avaliados nos certames externos.

PROJETO DE REDAÇÃO – Disciplina Parte Diversificada

Estão habilitados para a docência neste curso, profissionais licenciados na área profissional e professores das disciplinas do ensino médio: Língua Portuguesa ou formação na área de Linguagens.

1 – APRESENTAÇÃO

É muito comum ouvir dos alunos: “porque tenho que estudar essa matéria?” ou “quando vou usar isso na minha vida, professor?” De tanto ouvir essas indagações surgiu a necessidade da formulação de um currículo que contenha temas relacionados às atividades escolares e universitárias, preparação para provas de concursos e vestibulares, aumento da percepção de leitura e análise de textos, preparação para o mundo do trabalho e valorização do trabalho em grupo. A prática da cidadania, pelo exercício da participação em projetos coletivos, melhora a autoestima e isto traz reflexo imediato na Qualidade de Vida, com importante retorno qualitativo para as organizações. Por outro lado, a criatividade e o gosto estético, é algo que se aprende e se desenvolve.

2 – TÍTULO DO PROJETO: PROJETO INTERDISCIPLINAR DE PREPARAÇÃO PARA VESTIBULARES, CONCURSOS, REDAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO PD2

3 – PROBLEMATIZAÇÃO:

A escola deve preparar os alunos para uma vida de sucesso na sociedade; por isso, negar aos alunos a habilidade de poder escrever bem, é reduzir a possibilidade de, por meio da comunicação escrita, promover as melhores e maiores oportunidades de se destacarem ou empreenderem positivamente quando o assunto é conquistar um bom emprego, ser aprovado em concurso público, em vestibular, ser promovido profissionalmente etc. Nesse contexto, um bom redator tem maiores e melhores oportunidades de alcançar sucesso na sociedade moderna. Por assim dizer, o professor de redação muito colabora para essa possibilidade possa ser potencializada. Aliada a Gramática e à Literatura, com abordagens interdisciplinares, a Redação é uma das maiores fontes de comunicação e sucesso.

4 – TEMA GERADOR: REDAÇÃO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO

5 - PÚBLICO ALVO:

ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS

6 – JUSTIFICATIVA;

Os PCN (e, mais tarde, os PCNEM, PCN+ e OCN) são motivo de muita discussão no meio educacional no Brasil. A discussão é gerada não apenas por ser uma proposta curricular que se insere nas políticas de conhecimento oficial, com base em princípios de mundo do trabalho, mas também porque, em seus princípios de organização curricular permanece uma orientação que desconsidera o entendimento do currículo como política cultural e reduz seus princípios à inserção social e ao atendimento às demandas do mundo do trabalho (LOPES, 2002, p.396). As tarefas da escola vão além das aspirações de preparar para o trabalho, embora ela contribua para essa tarefa, logo, se o objetivo desses documentos é orientar os currículos para formar também para a cidadania, o ensino médio deve atualizar os alunos histórica, social e tecnologicamente. Isso implica a preparação para o bem viver, dotando o aluno de um saber crítico sobre o trabalho alienado (DOMINGUES, TOSCHI & OLIVEIRA, 2000, p.68).

A leitura e a escrita são pontes incontestáveis para que haja uma inclusão do indivíduo dentro da sociedade. Tendo a escola a responsabilidade de sistematizar esses saberes, salienta-se que não é papel apenas do professor de língua portuguesa utilizar-se do texto para que haja uma aquisição significativa da linguagem. O trabalho interdisciplinar torna-se essencial na inserção do aluno no mundo letrado; dentro de uma proposta interdisciplinar articulada entre as áreas de conhecimento, aliado ao mundo vivencial do aluno (mundo do trabalho, continuidade dos estudos, concursos etc), assume ser uma ferramenta de grande valia.

“Cabe a escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade”. (PCN, 1997, p.30)

Ao inserirmos a diversidade de gêneros literários nas práticas didáticas, colocamos o aluno em contato com gêneros textuais que são produzidos fora da escola, em diferentes áreas de conhecimento, para que ele reconheça as particularidades do maior número possível deles, e possa preparar-se para usá-los de modo competente quando estiver em espaços sociais não escolares.

7 – OBJETIVOS

Este projeto tem como objetivo principal despertar o interesse do aluno por conteúdos que são necessários ao seu desenvolvimento intelectual e profissional. A proposta deste trabalho é desenvolver, no decorrer dos três anos que constituem o ensino médio, as seguintes competências:

- Análise crítica a partir da leitura de textos verbais e não verbais (imagens, gravuras, quadrinhos);
- Capacidade de execução dos diversos tipos de provas cobrados nos principais vestibulares e concursos;
- Capacidade de visualização de itens sutis inseridos em textos e questões de prova;
- Visão lógica na execução de questões de prova buscando, na interpretação dos comandos e textos, os caminhos para a resposta correta;
- Desenvolvimento da capacidade de concentração e raciocínio rápido;
- Facilidade de produzir trabalhos acadêmicos seguindo as normas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

- Desenvolvimento de técnicas de oratória e apresentação em público;
- Capacidade de trabalhar em grupos com foco em organização de tarefas e espírito de equipe;
- Desenvolvimento do sentimento de respeito ao colega de sala e ao professor durante a atividade escolar;
- Desenvolvimento de uma postura profissional ética e competitiva, tão necessária ao aluno depois da conclusão do ensino médio.

8 – CONTEÚDOS E METODOLOGIA:

Os conteúdos propostos por este projeto foram elaborados pensando nas necessidades de desenvolvimento dos nossos alunos em matérias essenciais para o seu futuro escolar e profissional.

✓ **1ª SÉRIE**

1º Bimestre e 3º Bimestre

A. Novo Acordo Ortográfico

Matéria que faz parte dos conteúdos cobrados nos principais concursos e vestibulares desde 2011.

É fundamental aos alunos a apresentação das novas normas ortográficas e das possibilidades de situações em que elas podem ser cobradas em questões de provas e exigidas em redações.

B. Normas Básicas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

Este conteúdo tem como objetivo apresentar aos alunos as normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos seguindo as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Como nessa fase da vida escolar os alunos ainda estão acostumados a produzir trabalhos manuscritos, forma mais cobrada no ensino fundamental, faz-se necessário o desenvolvimento da técnica de produção de trabalhos digitados. O conteúdo aborda técnicas de pesquisa de conteúdo, organização de grupo, divisão de tarefas, construção de textos e apresentação escrita dos conteúdos pesquisados seguindo as referidas normas técnicas.

C. Tipos de Questões de Prova

Assunto que aborda os diferentes tipos de questões que são cobrados em provas de concursos e vestibulares. A parte teórica apresenta os principais tipos de questões, suas particularidades, formas de pontuação e técnicas de resolução para cada uma. As atividades práticas são desenvolvidas com a realização de simulados contendo todos os tipos de questões para que os alunos se habituem a resolvê-las e desenvolvam suas capacidades de concentração e raciocínio lógico.

2º Bimestre e 4º Bimestre

A. Apresentação de Seminários

Com este tema são trabalhadas com os alunos técnicas de organização de grupo, pesquisa de conteúdo, montagem de trabalho escrito e apresentação de seminário. A parte teórica também traz técnicas de apresentação em público e oratória, com o objetivo de desenvolver o espírito de equipe, valorização do respeito ao que fala e ao que ouve e trabalhar deficiências que muitos têm em falar em público.

B. Realização de Simulados

Ao final de cada bimestre letivo o foco é a realização de simulados com questões das principais bancas examinadoras do país, tendo como base as provas do PAS, UNB e ENEM. Nessa atividade é fundamental a participação do professor na elaboração de questões interdisciplinares que contenham assuntos atuais, bem como os chamados “pegas”. O foco principal nesta atividade é o momento da correção das questões, onde o professor mostra ao aluno onde estão os itens que tornam uma questão certa ou errada e a forma como cada banca examinadora pensa e elabora suas questões.

✓ 2ª SÉRIE

1º Bimestre e 3º Bimestre

A. Novo Acordo Ortográfico

Matéria que faz parte dos conteúdos cobrados nos principais concursos e vestibulares desde 2011.

É fundamental aos alunos a apresentação das novas normas ortográficas e das possibilidades de situações em que elas podem ser cobradas em questões de provas e exigidas em redações.

B. Dicas de Português para Concursos

Nesta matéria são apresentadas aos alunos as dicas mais utilizadas em cursos pré-vestibulares e de concursos. O objetivo deste estudo é preparar os alunos a respeito dos conteúdos que são comumente cobrados em provas e causam muitas dúvidas nos candidatos.

C. Técnicas de Redação para Vestibulares e Concursos

O conteúdo apresenta, de forma didática e simples, técnicas de como redigir uma redação de 30 linhas a partir de uma “frase tema” ou textos de orientação.

A parte teórica aborda:

- ☒ Tipos de provas de redação;
- ☒ As diferenças entre as bancas examinadoras;
- ☒ A postura do aluno diante dos textos de orientação;
- ☒ As técnicas de interpretação e resumo do assunto a ser trabalhado;
- ☒ As técnicas de elaboração da introdução, desenvolvimento e conclusão;
- ☒ Os cuidados que devem ser observados no momento da transcrição para o gabarito oficial.

2º Bimestre e 4º Bimestre

A. Textos Formais mais Utilizados

Dando continuidade à produção de textos, neste conteúdo os alunos terão contato com os principais tipos de textos formais, tendo como base o “manual de redação oficial da Presidência da República”.

B. Questões de Raciocínio Lógico

Este conteúdo aborda os principais comandos de questões de raciocínio lógico. A teoria traz dicas de leitura, interpretação e raciocínio para execução de questões lógicas em nível de concursos e vestibulares. A prática consiste na realização de exercícios específicos que desenvolvam estas habilidades. O foco principal neste processo está na correção dos exercícios, momento em que o professor mostra aos alunos os pontos principais de cada questão, principalmente os itens que as tornam falsas ou erradas e a forma como cada banca examinadora pensa e elabora suas questões.

C. Simulados de Redação e Questões Discursivas

Com base em provas já realizadas em vestibulares e concursos, o professor trabalhará com seus alunos o desenvolvimento das técnicas de redação e elaboração de questões discursivas. Diante destes simulados, os alunos terão uma noção das diferenças entre as bancas examinadoras e estarão preparados para elaborar textos bem estruturados. Estas atividades têm como objetivo desenvolver o hábito de ler, interpretar e produzir dissertações, descrições ou qualquer outro tipo de texto escrito.

D. Realização de Simulados

Ao final de cada bimestre, e principalmente no 4º, o foco é a realização de simulados com questões das principais bancas examinadoras do país, tendo como base as provas do PAS, UNB e ENEM. Nesta atividade é fundamental a participação do professor na elaboração de questões interdisciplinares que contenham assuntos atuais, bem como os chamados “pegas”. O foco principal nesta atividade é o momento da correção das questões, onde o professor mostra ao aluno onde estão os itens que tornam uma questão certa ou errada e a forma como cada banca examinadora pensa e elabora suas questões.

✓ 3ª SÉRIE: MUNDO

1º Bimestre e 3º Bimestre

A. Elaboração de Currículo

Nesta matéria o aluno aprende a redigir um currículo que esteja dentro dos padrões exigidos pelo atual mundo do trabalho. O conteúdo abordará temas como: principais dados pessoais e profissionais que devem ser apresentados, formação acadêmica, experiências e expectativas de ascensão profissional, formas de envio e de apresentação do currículo, modelos de currículos (conforme a pretensão profissional do candidato) e os cuidados que se deve ter ao enviar um currículo.

B. Técnicas de Entrevista de Emprego

É muito comum o aluno perguntar a um professor como ele deve se portar, vestir ou falar em uma entrevista de emprego. Este conteúdo traz uma série de informações sobre as principais técnicas de recrutamento adotadas por grandes empresas. Há também a abordagem dos principais gestos e posturas que podem surgir no contexto

da entrevista de emprego e o que eles significam. Um ponto importante trabalhado nesta matéria é a apresentação de um questionário com as principais perguntas e respostas que são feitas em uma entrevista de emprego. Na parte prática, o professor simula com os alunos uma situação de entrevista, escolhendo cinco ou seis alunos que serão os candidatos. Durante a simulação, cada aluno é entrevistado individualmente, tendo como público observador o restante da turma, a qual ficará disposta na sala em semicírculo. Depois de realizadas as entrevistas, o professor aborda os pontos positivos e negativos de cada candidato, demonstrando para todos o que deveria ser feito e o que não poderia ter acontecido. Essa técnica passa aos alunos uma noção clara de como se dá uma entrevista de emprego e da ansiedade e nervosismo nela contidos.

C. Atividade desenvolvida em sala de aula – Simulação de entrevista para emprego Postura Profissional

Este conteúdo apresenta aos alunos noções de postura profissional ética. Em razão da falta de experiência profissional, muitos jovens demoram a se adaptar ao mundo do trabalho que, hoje, é tão competitivo, exigente e excludente. Com o conhecimento prévio de posturas e ações profissionais, como espírito de equipe, trabalho sob pressão e foco em resultados, o nosso aluno terá um diferencial a mais quando procurar o primeiro emprego.

1º Bimestre e 3º Bimestre

A. Postura Diante de Provas de Vestibulares e Concursos

Neste assunto são trabalhadas técnicas de leitura, interpretação e execução de provas de vestibulares e concursos. São apresentadas orientações de como desenvolver a execução de uma prova com aumento da concentração na leitura e redução do tempo de realização de cada questão. As técnicas apresentadas estimulam os alunos a desenvolver uma leitura mais detalhista e voltada para a antecipação de situações, o que facilita a interpretação de textos e comandos de questões, possibilitando o melhor desempenho no exame.

B. Como Trabalhar em Equipe ou Grupo

Neste tópico são apresentadas dicas para que o trabalho em conjunto se torne produtivo e contribua para o desenvolvimento da capacidade competitiva de uma empresa ou equipe de pessoas que trabalham em função de um único objetivo. O foco é estabelecer nos alunos o espírito de equipe e cooperação nos trabalhos escolares ou no mundo do trabalho (estágios ou empregos formais).

C. Atendimento ao Cliente

Ainda dentro do foco no mundo do trabalho, é fundamental que os nossos alunos tenham noção das técnicas de atendimento a clientes externos e internos. Esse conhecimento é uma qualidade valorizada pelas grandes empresas e, com certeza, constitui um grande diferencial no momento do recrutamento e da efetivação do novo profissional.

D. Simulados de Redação e Questões Discursivas

Com base em provas já realizadas em vestibulares e concursos, o professor trabalhará com seus alunos o desenvolvimento das técnicas de redação e elaboração de questões

discursivas. Diante destes simulados, os alunos terão uma noção das diferenças entre as bancas examinadoras e estarão preparados para elaborar textos bem estruturados. Estas atividades têm como objetivo desenvolver o hábito de ler, interpretar e produzir dissertações, descrições ou qualquer outro tipo de texto escrito.

Realização de Simulados

Ao final de cada bimestre, e principalmente no 4º, o foco é a realização de simulados com questões das principais bancas examinadoras do país, tendo como base as provas do PAS, UNB e ENEM. Nesta atividade é fundamental a participação do professor na elaboração de questões interdisciplinares que contenham assuntos atuais, bem como os chamados “pegas”. O foco principal nesta atividade é o momento da correção das questões, onde o professor mostra ao aluno onde estão os itens que tornam uma questão certa ou errada e a forma como cada banca examinadora pensa e elabora suas questões.

9 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES:

As atividades serão desenvolvidas em ambiente escolar próprio, em salas de aula, obedecendo os conteúdos e metodologia acima descritas.

10 – NECESSIDADES DE RECURSOS

- **RECURSOS HUMANOS: 02 Professores específicos de Português, exclusivos (01 matutino / 01 vespertino), para o trabalho na disciplina Parte Diversificada 2 (PD2) existente na grade curricular dos alunos.**

11 – RECURSOS PREVISTOS E/OU EXISTENTES

- **FONTE: PDAF E DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS**
- espaço físico: salas de aula

12 – RESULTADO PREVISTOS

Com a aplicação do Projeto, alcançar a maior participação e integração dos alunos nas aulas, pois se trabalhará o tema central levando-se em conta muitos aspectos da realidade- a história, as artes, as ciências e a expressão das ideias e dos sentimentos através da leitura e da escrita da língua falada- articulando-os com a totalidade- sua fala, seu movimento, sua cultura, sua afetividade, etc. Desta forma o conhecimento passa a ser visto como algo que é construído e reconstruído por meio de fatores criativos e dinâmicos de todos os participantes. Por conseguinte, a interdisciplinaridade em

conjunção com outras disciplinas, comprovar que podemos atingir vários objetivos escolares por meio da palavra escrita e diversas ações correlatas.

13 – CRONOGRAMA:

- Ação permanente durante o ano letivo

14 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O projeto tem acompanhamento contínuo dos envolvidos e será avaliado ao término de cada bimestre letivo, por meio da realização de redações, seminários e outras ações por parte dos alunos, compondo assim a avaliação integral do aluno.

15 – BIBLIOGRAFIA

DOMINGUES, J. L.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. Educação e sociedade. v. 21, n. 70, Campinas, abr. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170.pdf>

BAKTHIN, Mikail. Estética da Criação Verbal. Martins Fontes: SP, 2003.

CRISTÓVÃO, V.L.L.; NASCIMENTO, E.L. Gêneros Textuais e ensino: contribuições do interacionismo sócio-discursivo. In KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino. 2ª ed. Lucerna: Rio de Janeiro, 2006.

MATÊNCIO, M.L. M; Leitura, produção de textos e a escola: Reflexões sobre o processo de letramento. Campinas. São Paulo, Mercado de letras, 2000.

Parâmetros curriculares Nacionais. Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília. MEC/SEF. 1997.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim Os gêneros escolares: Das práticas de linguagem aos objetos de ensino. Revista Brasileira de Educação, nº11. 5-17. 1999.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim, Gêneros orais e escritos na escola/ tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

DIRETRIZES DO EMTI - SEEDF

EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

Introdução

A globalização, os grandes avanços tecnológicos, a rapidez e o acúmulo de informações geradas diariamente, bem como a necessidade de assimilação dessas informações têm provocado transformações em toda a sociedade. Conforme aponta Oliveira (2007), esse momento histórico, em que um incessante fluxo de mudanças se faz presente nos diferentes segmentos sociais, tem demandado pessoas capazes de lidar com essa realidade de forma criativa e eficiente, o que tem gerado a valorização do potencial humano em todas as suas dimensões, sejam elas de cunho cognitivo, intelectual, social, emocional, afetivo, cultural, orgânico, biológico, entre outros. Nessa direção, a escola torna-se um dos elementos essenciais ao desenvolvimento do potencial humano, dada a sua natureza educativa e o seu potencial formador.

Nesse contexto, a Educação Integral, enquanto concepção, insere-se como um fator imprescindível para a concretização de um ensino de qualidade, uma vez que ela oferece a possibilidade de ampliar tempos, espaços e oportunidades educacionais numa perspectiva de currículo integrado e transversalizado pelos eixos da Educação para e em Direitos Humanos, para a Diversidade e para a Sustentabilidade e Cidadania, conforme preconiza o Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Assim sendo, a SEEDF reafirma seu compromisso com a sociedade brasiliense quando apresenta a proposta de Educação em Tempo Integral com orientações de trabalho pedagógico de 8 e 10 horas de jornada diária, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, consubstanciada na organização de uma prática pedagógica que viabiliza a criação de um ambiente colaborativo e participativo entre os envolvidos, considerando a identidade da etapa de ensino em que estão inseridos.

No Ensino Médio, o tempo de permanência do estudante será de 9 horas diárias, em três dias da semana, preconizando uma proposta pedagógica por projetos relacionados às áreas do conhecimento artísticos, culturais, esportivos, técnico-científicos, incluindo projetos de vida e a formação para o mundo do trabalho.

Nessa direção, esta Secretaria de Educação apresenta, como produto de um trabalho coletivo, as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares de Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal com o objetivo de nortear a organização do trabalho pedagógico junto às Unidades Escolares e aos setores pedagógicos e administrativos. Vale ressaltar que a Educação Integral está permanentemente em construção, e espera-se que gestores, professores, estudantes e demais membros da comunidade Escolar tomem-na como uma referência para o desenvolvimento e organização do trabalho pedagógico realizado na escola, participando efetivamente, dessa ação.

O Currículo da Educação Básica da SEEDF contempla a concepção de Educação Integral como aquela que visa a garantir uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas em todos os seus aspectos, sejam eles éticos, políticos, cognitivos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, físicos, motores, entre outros. Tal concepção permite que grupos e segmentos sociais, historicamente excluídos, tornem-se agentes do processo educativo. De acordo com o Currículo,

trata-se de fomentar uma prática educativa que promova a mobilidade social e a garantia de direitos

[...] contemplando as diversas dimensões da formação humana, no comprometimento de diferentes atores sociais com o direito de aprender, reconhecendo os estudantes como sujeitos de direitos e deveres e na busca da garantia do acesso, da permanência dos estudantes com sucesso (DISTRITO FEDERAL (2014, p. 11).

Comparando a proposta educacional formulada por Anísio Teixeira e a atual proposta da Educação em Tempo Integral, observa-se que ambas ancoram-se na mesma perspectiva de ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais como premissa do preparo dos estudantes para as mudanças constantes do mundo contemporâneo.

A Educação Integral respalda-se na ideia de ampliação dos tempos escolares, haja vista possibilitar a crianças, adolescentes e jovens envolver-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, a fim de reduzir a evasão, a reprovação e a defasagem idade-ano, bem como promover uma prática pedagógica que otimize a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos socioemocionais.

Além disso, ações do MEC, por meio do Programa Novo Mais Educação, buscam promover a Educação Integral em Tempo Integral em todos os estados e municípios, oferecendo assistência técnica, recursos pedagógicos e humanos e o incremento de verbas destinadas especificamente para a Educação Integral, por intermédio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O Distrito Federal aderiu ao Programa do Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI a partir da Lei nº 13.415, de 16/02/2017 e da Portaria nº 727 do Ministério de Educação, de 13 de junho de 2017, que estabelece ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino. A adesão do Programa se deu em 2016, a partir da portaria 1.145/16. A adesão não guarda relação direta com a Lei 13.415 de 2017. O Programa EMTI está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e alinhado às metas 3, 6, 7 e 19 do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei N°13.005/2014 e a meta do Plano Distrital de Educação – PDE, Lei N°5.499/2015 no que tange à ampliação da oferta de educação integral.

Nesse contexto, para todas as etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – cabe considerar que esta Secretaria tem como meta fortalecer e ampliar esta política pública para todas as Unidades Escolares que a compõe, além de, considerar os elementos que formam os estudantes na sua integralidade, a construção do seu projeto de vida.

Ao construir as Diretrizes Pedagógicas da Educação em Tempo Integral, pretende-se não apenas preencher espaços e tempos ociosos dos estudantes, mas reforçar a intencionalidade educativa da Unidade Escolar, que proporcionará, por meio de ações pedagógicas efetivas, um espaço convidativo a seu público.

Nessa direção, conforme a Portaria nº 1, de 27/11/2009, as diretrizes norteadoras para a implementação de política de Educação Integral no Distrito Federal dispõe que

[...] em uma escola de tempo integral e não em uma escola dividida em turnos, todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Diferentes atividades – esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de educomunicação, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras – não são consideradas extracurriculares ou extraclases, pois fazem parte de um projeto curricular transversal que oferece oportunidades para aprendizagens significativas e prazerosas (p. 21).

Observa-se, assim, a Unidade Escolar cumprindo uma das suas funções sociais, que é a de conduzir esse processo de interação do capital cultural dos estudantes com o capital social adquirido. A educação, dessa forma, é entendida como mediação no seio da prática social global.

Diante disso, participam do atendimento da Educação em Tempo Integral estudantes matriculados na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio, considerando-se como público-alvo para atendimento, prioritariamente, os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social.

1.1 Princípios da Educação Integral

Para possibilitar aos estudantes a ampliação das oportunidades e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF, a Educação Integral apresenta como princípios: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar.

Assim, de acordo com o documento supramencionado, no Caderno 1, Pressupostos Teóricos (2014, p. 28-30), temos:

- **Integralidade** é um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; ou seja, a integralidade vai além do aumento do tempo do estudante na Unidade Escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que a escola contribui com a formação humana “por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas”. Nessa direção, este é, provavelmente, o princípio que mais desafia o “fazer educação” na Unidade Escolar, uma vez que propõe agregar à formação do estudante aspectos que preveem a valorização do potencial cognitivo e intelectual;

- **Intersectorialidade:** assegura políticas públicas de diferentes campos, a fim de “potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.”;
- **Transversalidade:** busca por em prática a “concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos estudantes e da comunidade.”;
- **Diálogo escola-comunidade:** procura “legitimar os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida, pensando na Unidade Escolar com abertura para resgatar tradições e culturas populares.”;
- **Territorialização:** o propósito é ultrapassar os muros das escolas fazendo parcerias com a comunidade para a “criação de projetos socioculturais significativos e para o melhor aproveitamento das possibilidades educativas”;
- **Trabalho em rede e convivência escolar:** “todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens.” Afinal, “o estudante não é só do professor ou da escola mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando”.

1.2 Fundamentos Legais

A Educação em Tempo Integral inscreve-se no campo das políticas sociais e suas ações, estão respaldadas por legislação consistente, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as quais mostram que o dever do Estado para a Educação Básica vai além da escola, incluindo, assim, o atendimento aos estudantes, em virtude de transformações sociais, econômicas e políticas, as quais exigem a ampliação do tempo de ensino obrigatório no Brasil.

A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seus arts. 34 e 87, prevê o aumento progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral, conforme segue:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

[...]

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

[...] Art.

87

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, garante a oferta de Educação Integral em seus Objetivos e Metas:

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo

menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégia 6.1: promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), em seu art. 221, dispõe que:

A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, nos termos da Constituição Federal, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, fundada nos ideais democráticos de liberdade, igualdade, respeito aos direitos humanos e valorização da vida, e terá por fim a formação integral da pessoa humana, sua preparação para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Partindo dessa perspectiva, o Governo do Distrito Federal instituiu o Decreto nº 33.329, de 10/11/2011, que regulamenta a Lei Distrital nº 4.601, de 14/6/2011, estabelecendo o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria –, que afirma:

Art. 43 Para o atendimento das famílias pobres e extremamente pobres, em territórios de vulnerabilidade social urbana e rural, deverá ser ampliada a rede de: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; e educação de jovens e adultos - EJA.

Parágrafo único. Deverá ser progressivamente implantada a educação integral nas redes descritas.

Nesse mesmo caminho, como fomento à Educação em Tempo Integral, o Ministério de Educação (MEC) criou, por meio da Portaria Interministerial nº 17/2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.083/2010, um programa federal que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular.

A adesão ao programa vem acontecendo no DF desde 2008. Em 2016, a Portaria/MEC nº 1.144, de 10/10/2016, instituiu o Programa Novo Mais Educação, que objetiva melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de 15 horas semanais no turno e contraturno escolar.

Com a implementação dos programas, a Secretaria de Estado de Educação visa atender às metas e aos objetivos de seu Planejamento Estratégico 2015-2018, que define, como garantia em seu Objetivo 2, Estratégia 1, a “melhoria da qualidade da

educação na rede pública de ensino”, ampliando a oferta de educação em tempo integral, objetivando a execução das metas do Plano Distrital de Educação (PDE), Lei nº 5.499/2015 que em harmonia com o Plano Nacional de Educação, estipula, entre outras, as seguintes metas:

- **Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender no mínimo 60% da população dessa faixa etária, sendo no mínimo 5% a cada ano até a final de vigência deste Plano Distrital de Educação – PDE, e ao menos 90% em período integral.
- **Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100%, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem.
- **Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 60% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica, por meio da ampliação de no mínimo 10% ao ano da matrícula de educação integral nas Unidades Escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.
- **Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todos os anos de vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.

Ressalta-se a importância deste PDE como elemento central da Unidade Escolar, uma vez que pretende construir uma agenda de Educação Integral, articulando políticas públicas, equipamentos públicos, comunidade, família e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza de vivências. Nessa nova configuração, as possibilidades educativas extrapolam os muros da escola, alcançando espaços e contextos com múltiplas possibilidades educativas (LOMONACO e SILVA, 2013).

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes da Rede Pública, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas, técnico-científicas e esportivas relacionadas às áreas do conhecimento, concepções e eixos transversais do Currículo da Educação Básica, bem como contribuir com a formação de cidadãos para o mundo do trabalho, na perspectiva da Educação Integral, em jornada ampliada de 8 e 10 horas de trabalho pedagógico efetivo.

1.3.2 Objetivos Específicos

A Unidade Escolar como uma comunidade de aprendizagem articula-se a outra mais ampla com a preocupação de desenvolver um projeto comum, em que cada

uma das instituições sociais e culturais dialoguem, compartilhem responsabilidades, relacionem-se e transformem-se, a fim de:

- ☐ promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante;
- ☐ fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e à redução defasagem idade/ano, da evasão e da reprovação escolar;
- ☐ estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida;
- ☐ estimular o vínculo da escola com a comunidade, com vistas às necessidades de desenvolvimento de habilidades procedimentais e socioemocionais dos estudantes, por meio de vivências teórico-práticas nos diversos segmentos que constituem a sua trajetória de vida;
- ☐ oferecer educação com qualidades humanística, democrática e inclusiva;
- ☐ contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores, com base em valores como respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança.

Organização dos tempos e espaços nas Etapas

Com a garantia das estruturas básicas – material e humana –, será possível organizar rotinas que atendam às especificidades de cada etapa/ modalidade de ensino e de cada Unidade Escolar e também que constem no Projeto Político-Pedagógico. A organização do trabalho pedagógico precisa ter como núcleo a organização dos tempos, dos ambientes e dos materiais, sendo que, quando integrados, proporcionem uma rotina condizente com os interesses e as necessidades do estudante.

Quanto à grade horária, cada Unidade Escolar deverá defini-la, em acordo com a comunidade Escolar, e registrá-la em sua proposta pedagógica. Sua composição deverá, também, respeitar a Base Nacional Comum 1, adequando-se à perspectiva do tempo contínuo de ensino e aprendizagem, ampliado em 3 ou 5 horas diárias de jornada escolar, conforme previsto para a Unidade Escolar.

Para garantir o sucesso e a participação ativa de todos dentro da escola, faz-se necessário o envolvimento da coordenação pedagógica local atuando como articuladora das atividades da Base Nacional Comum e da Parte Flexível, evitando que se formem dois turnos distintos. Ademais, a coordenação pedagógica deve acompanhar o trabalho escolar, inclusive do voluntariado, realizando encontros periódicos, a fim de orientar e dar suporte à implementação de atividades complementares que se relacionem com as da Base Nacional Comum, além de integrar áreas/conhecimentos da Base com temáticas que potencializem e enriqueçam os projetos pedagógicos da Parte Flexível da Matriz Curricular.

Todos os envolvidos no processo educacional são responsáveis pelos estudantes ao longo da jornada diária, por exemplo, em horários de refeição, nos quais é preciso o acompanhamento de profissionais, sejam professores, funcionários da cozinha, auxiliares de educação, coordenadores pedagógicos, gestores, educadores voluntários sociais, entre outros. Assim, cada Unidade Escolar deverá fazer sua escala, de forma que os estudantes tenham acesso à maior quantidade possível de oportunidades educacionais em diversos espaços e ambientes, dentro e fora da Unidade Escolar.

Com vistas à ressignificação dos espaços educativos, parcerias com outros órgãos ou instituições podem ser articuladas para a realização de atividades tanto na escola quanto fora dela. Para isso, é necessário:

- definir responsabilidade dos partícipes;
- desenvolver o trabalho em conjunto sem que as partes percam sua autonomia;
- garantir benefício e aprendizado a ambas as partes;
- avaliar o impacto deve ser esperado na parceria;
- documentar, formalmente, os termos que irão reger a parceria.

Organização de Tempos e Espaços no Ensino Médio

Corroborando o que já se discutiu neste documento, sabe-se que a atual conjuntura política e social é marcada por profundas mudanças, especialmente no âmbito educacional, que incidem, entre outros aspectos, nas políticas públicas de oferta e manutenção das escolas de tempo integral. O tema “Educação Integral”, articulado à ampliação da jornada escolar, retoma com forte expressão o cenário das políticas públicas no Brasil (SANTOS, 2014).

Salienta-se, diante desse contexto, a urgência em se discutir as aprendizagens fundamentais que ajudarão os jovens a desenvolver conhecimentos, atitudes e valores que contribuam para a convivência com as diversidades, para a construção de consciência, cuidado com o planeta, senso humanista e justiça social.

Isso posto, se o espaço e o tempo na escola são bem utilizados com estratégias para as referidas aprendizagens, considerando as múltiplas formas de aprender das novas gerações, certamente, a integralidade na formação desse estudante pode se consolidar. Ademais, conhecer o lugar onde se vive, circular e se apropriar dos espaços públicos, participar da vida comunitária, visando ao bem comum, são aspectos cada vez mais importantes na educação de crianças e adolescentes. Vale ressaltar, também, três dimensões essenciais que os caracterizam: tempo, espaço e conteúdo; este último voltado à perspectiva da construção de conhecimento e aprendizagem cognitiva.

Considerando essas dimensões, destaca-se a oferta da Educação Profissional, no formato concomitante, ou integrado, como outra forma de Educação em Tempo Integral. Compreende-se que os Centros de Educação Profissional da SEEDF – Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP SAÚDE), Escola Técnica de Ceilândia (ETC), Escola Técnica de Brasília (ETB), Escola de Música de Brasília (CMB), Centro de Educação Profissional Articulado do Guará Professora Teresa Ondina Maltese (CE-PAG) –, ao oferecerem aos estudantes da Rede diversos cursos técnicos para formação profissional,

no contraturno do ensino de formação geral, inerente à Base Comum, proporcionam mais tempo escolar, mesmo que esse tempo seja em espaço diferente.

Observa-se que o aumento do tempo em espaço diferente que se tem nesse contexto caracteriza formação em tempo integral, haja vista “constituir-se da ampliação do tempo escolar, aqui, considerado como o tempo que o estudante está sob a responsabilidade da escola, ainda que as atividades ocorram em unidades diferenciadas ou até de forma intra ou extraescolar” (MENESES, 2009, p. 11).

Organização de Tempos e Espaços na Educação Especial

Os estudantes com deficiência ou com Transtorno Global do Desenvolvimento/ Transtorno do Espectro Autista (TGD/TEA), matriculados na Educação Básica, poderão ter flexibilizada a carga horária anual quando houver impossibilidade das condições de saúde física e/ou mental, atestadas por profissional da área médica e posteriormente avaliada pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) da Unidade Escolar, em articulação com a Equipe de Apoio Intermediária da Unidade de Educação Básica (UNIEB/CRE) e pelo nível central da Educação Especial.

Por sua vez, os estudantes com Deficiência Múltipla (DMU), Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Auditiva/Surdez, Deficiência Visual/Cegueira, Surdo-cegueira, Altas Habilidades/Superdotação e TGD/TEA terão conteúdos do Currículo em Movimento da Educação Básica e da Base Comum ministrados pelo professor regente durante 5 horas diárias, podendo, ainda, ter redução de horário no caso de atividades diversificadas, conforme necessidade e especificidade de cada um.

Ressalta-se que os estudantes matriculados em classes especiais deverão ser acompanhados por professor regente, com vistas a oportunizar vivências em todos os espaços pedagógicos.

Os estudantes com deficiência incluídos em turmas regulares devem seguir a rotina programada da Educação Integral, com exceção daqueles que apresentarem comprometimentos, os quais deverão ser avaliados pela EEAA, mediante laudo médico indicativo da necessidade, que avaliará a carga horária complementar ideal para o estudante.

Observações:

☒ Os estudantes com deficiência, TGD/TEA e Altas Habilidades/Superdotação frequentarão o atendimento das Salas de Recursos durante o horário das atividades diversificadas.

☒ Os estudantes com Deficiência e TGD/TEA que necessitarem de descanso/relaxamento após as atividades acadêmicas, farão uso da sala de descanso, com tempo determinado, acompanhados por profissionais indicados pela direção da Unidade Escolar.

☒ Nos casos pontuais de estudantes com Deficiência e TGD/TEA que não puderem permanecer em tempo integral na escola, poderá ocorrer a dispensa total das atividades diversificadas diárias, conforme recomendação médica ou solicitação da família, após análise do caso pela Equipe de Apoio intermediária da UNIEB e pelo nível central da Educação Especial.

Os estudantes com Transtornos Funcionais Específicos (TFE), após avaliação da EEAA, mediante laudo médico, serão atendidos na Sala de Apoio à Aprendizagem (SAA), em horário destinado às atividades diversificadas.

Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos

As Salas de Recursos são destinadas ao atendimento de estudantes com Deficiência (Intelectual, Múltipla, Física, Surdez/Auditiva, Visual, Surdo-cegueira), TGD/TEA e Altas Habilidades/Superdotação e terão as atividades desenvolvidas por professor especializado, consoante Orientação Pedagógica da Educação Especial da SEEDF.

O atendimento será disponibilizado de uma a três vezes por semana, no horário destinado às atividades diversificadas, podendo ocorrer de forma individual ou em grupo, de acordo com a necessidade do estudante.

Atendimento de 8 horas diárias

A ampliação progressiva do tempo diário de permanência do estudante na Unidade Escolar, previsto no art. 34 da LDB, só faz sentido, especialmente na sociedade brasileira, dadas as peculiaridades culturais, se trouxer uma reorganização inteligente desse tempo. Não se trata de imaginar uma escola sem horários ou regras, mas de recriá-los em função de um projeto curricular mais ambicioso do ponto de vista das oportunidades formativas, que ali os indivíduos possam encontrar (CAVALIERE, 2006).

O Distrito Federal adotou uma política de Educação em Tempo Integral pela sua inclusão no Plano de Metas “Todos pela Educação”, sendo que as Unidades Escolares cadastradas no Programa Novo Mais Educação (PNME) de 2017 aderiram, automaticamente, à política de Educação em Tempo Integral, porém a adesão não requer necessariamente a inscrição no programa em questão.

O PNME, instituído pela Portaria nº 1.144, de 10/10/2016, observa as determinações da LDB, art., 32, I, com relação ao “desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”.

O programa visa à ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de 5 ou 15 horas semanais no turno e contraturno escolar que deverá ser implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer, segundo escolha da Unidade Escolar. Ressalta-se que a SEEDF optou pela carga horária de 15 horas semanais.

Para aderir ao programa, as Unidades Escolares selecionadas devem elaborar o Plano de Atendimento em conformidade com o PPP, priorizando o atendimento às regiões mais vulneráveis, as quais apresentam estudantes com dificuldades de aprendizagem e escolas com os piores indicadores educacionais.

Salienta-se, por fim, para a execução e operacionalização do programa, que o Governo Federal/MEC, por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola

(PDDE/Educação Integral), disponibiliza aporte financeiro às Unidades Escolares consoante o número de estudantes e atividades cadastrada.

Atividades Pedagógicas: oportunidades de aprendizagem

O trabalho pedagógico visa a promover uma educação multidimensional pautada na realização de atividades interdisciplinares e transversais. As aprendizagens supõem novos arranjos educativos que devem ser definidos considerando-se os interesses, as necessidades e as possibilidades dos diversos sujeitos envolvidos.

Organização Pedagógica no Ensino Médio

A ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante deverão ser a base da proposta pedagógica das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. As Unidades Escolares participantes do programa EMTI devem promover um processo de desenvolvimento humano e social emancipatório (da pessoa e do cidadão) nos tempos e espaços da formação escolar. Além disso, na perspectiva de uma educação também integradora, devem considerar a multidimensionalidade do sujeito, suas relações biopsicossociais e o contexto histórico-político-social no qual o estudante está inserido, observando, sempre, os quatro pilares da educação – aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

A Matriz Curricular constitui-se da Base Comum e da Parte Flexível. A oferta do tempo pedagógico estabelecido na matriz curricular é de 2.250 (dois mil, duzentos e cinquenta) minutos semanais, limite mínimo exigido pelo programa do EMTI. Desse tempo, 1.500 (mil e quinhentos) minutos são destinados à formação geral do estudante, referente à Base Comum, distribuídos em seis tempos diários de 50 minutos, em cinco dias da semana.

Por sua vez, a Parte Flexível, a qual é constituída de atividades complementares para a formação ampliada do estudante, acontecerá com oficinas e projetos pedagógicos direcionados à construção de desenvolvimento de habilidades específicas ou a do seu itinerário formativo.

O tempo relativo à Parte Flexível deve ser distribuído em três dias da semana, com cinco tempos de 50 minutos cada, sendo:

- três tempos semanais (um tempo em cada dia) para a Formação de Hábitos Individual e Social (horário do almoço);
- três tempos para projetos pedagógicos de Matemática e dois para os de Língua Portuguesa;
- sete tempos para projetos e oficinas pedagógicos, de acordo com a conveniência da Unidade Escolar.

A organização pedagógica para a distribuição das atividades da grade curricular poderá ser no contraturno (a Base Comum em um turno e a Parte Flexível em outro), ou entremeado (tanto a Base Comum quanto a Parte Flexível no mesmo turno). Entretanto, independentemente da forma escolhida, o atendimento deve ser planejado para uma prática articulada e diferenciada, principalmente, da Parte Flexível, cujo objetivo é possibilitar vivências pedagógicas mais significativas para o estudante, estimulando--o

a participar ativamente da construção de conhecimentos diversificados, da organização de experiências curriculares contextualizadas, da promoção de experiências sociais com temas e situações-problema presentes na sua realidade, aprofundando e alargando a compreensão crítico-reflexiva de si próprio e do seu mundo.

Para fins da modulação, deverão ser observadas as normas vigentes, inclusive quanto aos coordenadores pedagógicos. Para a regência dos conteúdos tanto da Base Comum quanto da Parte Flexível serão necessários professores específicos (40h ou 20h), ou profissionais executores de projetos e oficinas contratados pelo programa. Ratificando as orientações anteriores, o Ensino Médio deve usar o momento da coordenação pedagógica para trocas de informações e experiências pedagógicas vivenciadas, a fim de articular e alinhar suas ações docentes.

A formação continuada dos professores envolvidos no Ensino Médio em Tempo Integral, por sua vez, cabe à Coordenação de Políticas Educacionais para Juventude e Adultos (COEJA), à Diretoria de Ensino Médio (DIEM) e à Comissão do Programa EMTI articular com a EAPE a oferta de cursos. Todavia, as Unidades Escolares podem manifestar interesse segundo suas necessidades.

Organização do Trabalho Pedagógico

Espaços-Tempos de Vivência Pedagógica

A participação articulada e reflexiva entre os atores escolares e a mobilização dos potenciais educativos da comunidade local são fatores de extrema importância para o sucesso da Educação em Tempo Integral e devem estar presentes nos diversos níveis de planejamento. Dessa forma, a ampliação de tempo diário de permanência dos estudantes na Unidade Escolar requer análises dos aspectos relacionados à viabilidade econômica e administrativa à organização pedagógica das horas adicionais.

Os períodos destinados às atividades diárias realizadas sob a responsabilidade do professor podem e devem ocorrer em sala de aula e/ou em outros espaços: brinquedoteca, biblioteca, pátio, parque, laboratório de informática, laboratórios científicos, auditórios, ambientes externos, quadras poliesportivas. Para que se cumpra seu papel com excelência, será necessário oferecer aulas criativas e atrativas, inclusive no modo da disposição das carteiras ou mesmo na exploração de espaços fora da escola, dando ao estudante oportunidades de constituir experiências ricas e significativas. Assim sendo, para ofertar espaços educativos diferenciados, a escola pode buscar parcerias em seu entorno, perante as famílias, os vizinhos e toda a comunidade, bem como reinventar seus próprios espaços.

Além disso, a aula, espaço-tempo privilegiado de formação humana, acadêmica e profissional (SILVA, 2011), pode ocorrer em praças, clubes, cinemas, comércio local, teatro, em horários organizados consoante os objetivos de aprendizagens e o Currículo da SEEDF. Diante do que explicita o autor, em uma concepção de educação integral, o termo **aula** fica compreendido e ampliado pela expressão

Trabalho Pedagógico.

Salienta-se, também, que a ampliação progressiva do tempo diário de permanência na escola, previsto no art. 34 da LDB, só faz sentido – especialmente na sociedade contemporânea – se trouxer uma reorganização qualificada desse tempo.

Coordenação Pedagógica: espaço-tempo de construção coletiva

A elaboração coletiva de uma proposta pedagógica de Educação em Tempo Integral requer a ressignificação do espaço-tempo de coordenação pedagógica nas Unidades Escolares públicas. É preciso reconhecer que seus objetivos e suas finalidades estão voltados à formação continuada dos profissionais da educação, à discussão, à elaboração, ao acompanhamento e à avaliação do PPP e ao espaço de autorreflexão, como parte da autoavaliação dos sujeitos e da escola na perspectiva da avaliação institucional. É também momento propício para se pensar e repensar a organização do trabalho pedagógico da Unidade Escolar, em geral, e da sala de aula, num processo de ação-reflexão-ação.

A perspectiva de projeto pedagógico aqui assumida é a de instrumento emancipador, uma vez que, segundo Veiga (1998, p. 20), este “não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da Unidade Escolar, como um todo, e suas relações com a sociedade”. Portanto, ressalta-se que, de modo especial, o PPP deve ser visto como “eixo norteador do trabalho da Unidade Escolar e da coordenação pedagógica – espaço de formação continuada do professor, procurando mostrar a indissociabilidade entre ambos” (SILVA, 2007, p. 136).

Reforça-se, assim, a relação dialética entre o projeto da Unidade Escolar e a coordenação pedagógica. A prática sistemática de avaliação do projeto pedagógico de tempo integral de uma escola representa maior possibilidade de sucesso e, por conseguinte, continuidade e melhoria das ações propostas. A criação de indicadores de satisfação dos estudantes, pais, professores e demais profissionais da educação em relação à gestão, às práticas pedagógicas e aos resultados da aprendizagem são fundamentais para uma avaliação crítica do projeto.

É, ainda, Silva (2007, p. 139) quem nos alerta para o fato de que a elaboração do PPP “requer uma reflexão profunda sobre as finalidades da Unidade Escolar, sobre o reconhecimento de sua historicidade e sobre um processo de autoavaliação que possibilite construir uma nova organização do trabalho escolar”.

Organização da Matriz Curricular na Educação em Tempo Integral

A Educação em Tempo Integral na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal tem por base uma proposta educacional formativa, que visa ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, conforme preconiza o Currículo da Educação Básica. Atende a estudantes desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

No contexto atual, busca-se uma ampliação qualificada do tempo, composta por atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, da cultura, das artes, das tecnologias, entre outras, as quais articuladas aos componentes curriculares e

às diversas áreas do conhecimento, bem como às vivências e práticas socioculturais, compõem o currículo integrado e formam essa nova matriz curricular.

No intervalo entre os períodos matutino e vespertino, será desenvolvido o Projeto Formação de Hábitos Individual e Social. Essa atividade deverá estar alinhada com o PPP e o Regimento Escolar, com finalidade formativa e informativa de âmbito pedagógico, no qual estejam previstos: o acompanhamento e a orientação para a formação de bons hábitos durante a refeição, o auxílio na higienização, assim como os momentos de caráter lúdico, socializador e de descanso.

É importante registrar que a Portaria nº 247, de 2/12/2008, em seu art. 3º, determina que não haja reprovação do estudante nos Projetos Interdisciplinares, constantes na Parte Diversificada das matrizes curriculares.

Ensino Médio

As escolas participantes do Programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) funcionarão com tempo de permanência de 9 horas diárias, organizadas em três dias da semana, com 11 módulos-aula de 50 minutos cada. O período em que o estudante estiver na escola será aproveitado, pedagogicamente, incluindo os horários destinados à refeição e ao intervalo, os quais contarão com a participação dos professores e/ou executores dos projetos e das oficinas, cujo objetivo deve ser realizar ações pedagógicas de natureza lúdica, cultural e de formação humanística. O intervalo receberá a denominação Intervalo Pedagógico, e o tempo do almoço será o momento para a Formação de Hábitos Individuais Sociais.

Essas ações devem ter como foco a criação de situações que possibilitem aos estudantes momentos para desenvolverem valores e princípios de convivência. As atividades devem fomentar manifestações de postura proativa à participação social, por consciência de cidadania. Esses projetos para os horários alternativos de formação deverão constar no PP da escola como ação integrante da Parte Flexível desta matriz curricular.

É certo que o processo de implantação de um projeto ou programa, principalmente com o intuito de se consolidar, posteriormente, uma Política Pública de Estado, exige enfrentar desafios, os quais geram reflexão e redirecionamento de ações, haja vista as inúmeras possibilidades de organização.

Nesse sentido, a proposta para os horários alternativos – intervalo pedagógico e Formação de Hábitos Individual e Social – está sendo apresentada, nesse documento, como uma ação necessária, sobretudo, ao exercício das relações interpessoais, em espaços e contextos coletivos, com o intuito de propiciar aprendizados para a vida do estudante.

Parte Flexível

A parte flexível desta matriz curricular tem como objetivos a formação de hábitos individuais e sociais, bem como promover os propósitos da formação integral do estudante, por meio de projetos pedagógicos que considerem as identidades e culturas juvenis, o protagonismo e empreendedorismo educacional,

o mundo do trabalho e a consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica para o Ensino Médio da SEEDF.

Os projetos pedagógicos, os projetos interdisciplinares, os projetos integradores, as oficinas, as palestras e os encontros estarão norteados pela pedagogia por projetos, metodologias ativas e ações pedagógicas inovadoras e deverão contemplar as áreas de formação para a cidadania, os esportes, a sustentabilidade social, a econômica e ambiental e a pesquisa e a tecnologia.

Nessa direção, os projetos pedagógicos previstos na Matriz Curricular estão distribuídos da seguinte maneira: obrigatoriamente, dois módulos-aula semanais devem constituir projetos pedagógicos para Língua Portuguesa três módulos-aula semanais em projetos pedagógicos para Matemática, cujos temas e conteúdos podem ser trabalhados de maneira independente do que está sendo desenvolvido na Base Comum. E sete módulos-aula eletivos para os projetos e as oficinas que atenderão à formação ampliada do estudante em seu itinerário formativo, segundo interesses, necessidades e possibilidades de cada Unidade Escolar.

Assim, a Unidade Escolar ao construir a Parte Flexível da matriz curricular, deverá considerar a participação da comunidade Escolar, por meio do Conselho Escolar, respeitando sua identidade e vocação pedagógica e articulando a construção dos saberes em harmonia com as diretrizes da Secretaria de Educação.

Na organização da grade curricular, cada Unidade Escolar deverá considerar a seguinte distribuição: cinco módulos-aula diários de 50 minutos cada, distribuídos em três dias da semana, totalizando 4 horas-relógio diárias. Quanto à formação de hábitos Individuais e sociais, incluindo o horário do almoço, deverá ser organizada em três módulos-aula semanais, durante três dias na semana.

Dessa forma, com o intuito de confirmar as concepções dessas práticas diferenciadas, com o foco no pilar aprender a fazer e a conviver, considerando a metodologia de oficina, apresentam-se três pensamentos sobre essa temática. O primeiro é apresentado por Candau (1995):

A oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sociodramas, análise de acontecimentos, a leitura e a discussão de textos, o trabalho com distintas expressões da cultura popular, são elementos fundamentais na dinâmica das oficinas pedagógicas. Portanto, conforme aponta Kisnerman, apud Omiste; López; Ramirez (2000, p.178), as oficinas são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la.

O segundo defende que o conceito de oficina, aplicado à educação, refere-se ao lugar onde se aprende fazendo com os outros. A oficina é um âmbito de reflexão e ação no qual se pretende superar a separação que existe entre a teoria e a prática,

entre conhecimento e trabalho e entre a educação e a vida (ANDER-EGG, apud OMISTE; LÓPEZ; RAMÍREZ, 2000, p.178).

E o terceiro conclui:

Assim, as oficinas pedagógicas possibilitam um processo educativo composto de sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação, avaliação. Esse trabalho concebe o homem como ser capaz de assumir-se como sujeito de sua história e da História, como agente de transformação de si e do mundo e como fonte de criação, liberdade e construção dos projetos pessoais e sociais, numa dada sociedade, por uma prática crítica, criativa e participativa (GRACIANI, 1997, p. 310).

Com efeito, ao se estruturar projetos e/ou oficinas, é imprescindível considerar a dimensão de formação ampliada do estudante e o caráter eletivo dos componentes curriculares para uso dessas metodologias. Convém ratificar que as ações pedagógicas, no formato de oficina, devem objetivar a consolidação de procedimentos de ação que possibilitem assegurar a funcionalidade (utilidade) dos produtos obtidos na oficina, para a transformação das práticas, bem como refletir sobre as práticas desenvolvidas, além de construir novos meios processuais ou técnicos. Ou seja, é o aprender a fazer em contextos coletivos, o que provoca o desenvolvimento de habilidades para o aprender a conviver. Por conseguinte, o aprender a ser e a conhecer.

Nesse sentido, por se abranger todo o período de permanência do estudante como tempo pedagógico, tanto o horário do almoço quanto os intervalos devem, também, ser percebidos e trabalhados como momentos propícios para atividades educativas, preenchidos com projetos pedagógicos, devidamente definidos no Projeto Político-Pedagógico da escola; deve ser estruturado, preferencialmente, em caráter coletivo, envolvendo toda a equipe pedagógica e demais servidores, inclusive os oficinheiros, isto é, os executores de oficinas e projetos. Por fim, deve promover, conforme a oportunidade, a atenção para boas práticas alimentares, de higienização e momentos de convivência que fortaleçam as boas relações no ambiente escolar.

E no que tange ao registro dessas atividades, este deverá ser feito no diário já utilizado por cada professor no processo de sua prática pedagógica, acrescentando o espaço para a Parte Flexível. Se o docente for responsável apenas pela execução da parte flexível, os registros poderão ser feitos em um diário específico ou em fichas de registros complementares destinadas a esse fim.

Assim, o formato da educação integral considera o sujeito em sua condição multidimensional e esse é o seu principal aspecto conceitual. Para Costa (2006, apud Santos, 2012, p. 21), a formação do indivíduo está “não apenas na sua dimensão cognitiva, mas também afetiva, social, psicomotora e biológica, ou seja, um sujeito completo que satisfaz às suas necessidades básicas”.

É nesse sentido que se direcionam estas orientações para uma proposta pedagógica, buscando o aproveitamento do tempo-espaco escolar como momento efetivamente transformador de realidades. Cavaliere (2007, p. 1021) faz um importante questionamento: “o que justifica, afinal, a ampliação do tempo escolar?”. Após, esclarece:

No aspecto estrito da instrução escolar, não parece lógico que, com as novas tecnologias da informação, seja preciso mais tempo de escola para as funções relacionadas ao ensino e à aprendizagem. Portanto, a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no caráter da experiência escolar, ou melhor, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar.

Portanto, consideramos que o currículo da escola em tempo integral deve atentar-se para o equilíbrio entre o lúdico e o acadêmico, privilegiando, em seus tempos, também “atividades relacionadas ao lazer, ao desenvolvimento artístico e cultural, ao esporte, ao acesso a novas tecnologias e à prática de participação social e cidadã”. (SANTOS, 2014, p 44).

As Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional (Centro Educacional 01 do Cruzeiro e o Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Gama – CEMI) funcionarão com regimes didáticos e matrizes curriculares distintas da proposta apresentada nesse documento, uma vez que contemplam não só a parte de formação geral, mas também a técnico-profissional.

Assim, a Parte Flexível prevista pela Portaria/MEC nº 727, de 13/6/2017, será atendida, pedagogicamente, para fins de carga horária, pela parte técnica do curso, exceto a ampliação da carga horária flexível de Língua Portuguesa (duas horas) e Matemática (três horas), que serão inseridas na matriz curricular vigente, de modo a contemplar um dos objetivos do programa, que é intensificar a prática pedagógica com foco no letramento de leitura e escrita e de matemática.

Os sujeitos da Educação em Tempo Integral

Educar, especialmente na Educação em Tempo Integral, não é uma função exclusiva dos professores e/ou dos pais. Para que a Educação Integral se concretize é necessário articular diferentes saberes, experiências e vivências. Para isso, deve-se buscar em outros espaços, como, por exemplo, na comunidade, possibilidades de contribuição no processo educativo dos estudantes.

Quando os sujeitos da Educação em Tempo Integral estão bem integrados e articulados, as ações e atividades desempenhadas por eles influenciam diretamente na qualidade do trabalho socioeducativo, condicionando positivamente a maneira pela qual atuam diante de diversos contextos e situações do cotidiano escolar, a fim de garantir o propósito da unidade pedagógica estabelecida como diretrizes e metas a serem alcançadas ao longo do processo educativo.

A interação entre os indivíduos na Unidade Escolar não se resume em “estar junto”, “trocar ideias” ou “dividir tarefas do dia a dia”, mas planejar, enfrentar os desafios e superar divergências. Cada sujeito tem a sua relevância neste processo:

Estudante: o estudante da Educação Integral caracteriza-se como um sujeito plural, único e coletivo, pertencente ao mundo tecnológico, conhecedor de seus direitos e deveres e protagonista da sua própria história.

Equipe Gestora: tem o papel de primar por um ambiente favorável ao trabalho coletivo, no qual prevaleça a democracia, de modo que todos os partícipes do

processo de ensino sejam valorizados e, juntos, contribuam para o sucesso das aprendizagens dos estudantes.

Coordenador Pedagógico: responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, relacionando-se com professores, estudantes e pais. Perante o corpo docente, o coordenador pedagógico tem como principal atribuição oferecer assistência didático-pedagógica, apoiando as práticas de ensino e as novas situações de aprendizagem.

Professor: atua como mediador da aprendizagem, participando ativamente do processo de aprender dos estudantes, incentivando-os a buscar novos saberes e a ampliar sua visão de mundo e suas perspectivas de vida.

Outros atores: o voluntariado, o qual é composto por Educadores Sociais Voluntários (ESV), monitores, oficinairos, entre outros, atua nas atividades complementares da educação integral.

Cabe esclarecer que a proposta para a Educação Integral abrange a participação de agentes comunitários no processo pedagógico, auxiliando professores no sistema de monitoria, amparados por programas específicos. É realizado, preferencialmente, por estudantes universitários em formação específica nas áreas afins às atividades desenvolvidas na escola, bem como por pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, como, por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias, agricultor para horta escolar, entre outros. Além disso, poderão atuar na função de monitoria os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e estudantes do Ensino Médio, de acordo com suas competências, seus saberes e suas habilidades.

Projetos Interdisciplinares

A LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apontam para uma flexibilização dos conteúdos a serem desenvolvidos nas Unidades Escolares de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Médio, pautada em interdisciplinaridade, contextualização, identidade, diversidade e autonomia, possibilitando uma reorganização pedagógica.

A interdisciplinaridade, segundo Santomé (1998, p. 630):

implica uma vontade e compromisso de elaborar um contexto mais geral, no qual cada uma das disciplinas em contato são, por sua vez, modificadas e passam a depender claramente umas das outras. Aqui se estabelece uma interação entre duas ou mais disciplinas, o que resultará em intercomunicação e enriquecimento recíproco e, conseqüentemente, em uma transformação de suas metodologias de pesquisa, em uma modificação de conceitos, de terminologias fundamentais etc. Entre as diferentes matérias ocorrem intercâmbios mútuos e recíprocas integrações; existe um equilíbrio de forças nas relações estabelecidas.

Complementando o que nos diz o autor supracitado, os projetos interdisciplinares devem estar articulados com áreas do conhecimento,

contemplando um ou mais componentes curriculares, e devem ser coerentes com o interesse da comunidade Escolar e com o contexto sociocultural e econômico nos quais se inserem.

Esses projetos possibilitam aos educadores criarem oportunidades de aprendizagem fundadas em situações reais, interessantes e singulares para cada comunidade, agregando valores socioculturais significativos à formação completa dos estudantes. Desse modo, o projeto da escola vai além do universo escolar e possibilita aos sujeitos envolvidos terem outras visões de mundo. Esse movimento de integração de toda a comunidade Escolar potencializa o estabelecimento de uma ampla rede de relações e parcerias que muito contribui para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural das pessoas que dela fazem parte.

Nesse contexto encontram-se, também, os projetos interventivos, os quais constituem uma metodologia pedagógica destinada a um grupo menor de estudantes para o atendimento a necessidades específicas de aprendizagem, tornando a intervenção facilitada. É uma proposta de intervenção complementar, de inclusão pedagógica e de atendimento individualizado, além de ter caráter emancipatório, ofertando a possibilidade de aprender a todos os estudantes, a fim de evitar que fiquem retidos em algum momento do processo.

Atendimentos Complementares e Intercomplementares

Parte do processo educativo depende de um diálogo entre a escola e outros setores públicos. É imprescindível que façam parte desse cenário, não apenas os sujeitos do processo, mas todos aqueles que possam contribuir para uma educação de qualidade.

Deve-se compreender que o aumento do tempo escolar não objetiva suprir somente os problemas de aprendizagem que os estudantes apresentam devido ao baixo desempenho nos diversos sistemas de avaliação. Na perspectiva da Educação em Tempo Integral, a ampliação da jornada auxilia as Unidades Escolares a refletir sobre suas práticas e a elaborar novas organizações curriculares que não se restringem à lógica da divisão em turnos, porque a ação educativa passa a ser vista como um conjunto de práticas contextualizadas e inter-relacionais: os conteúdos, os tempos e espaços escolares, as interações com as subjetividades e as atividades pedagógicas inseridas no PPP ensejam a valorização das diferenças e a complexidade das relações entre a escola e a sociedade.

Nesse sentido, atividades complementares e intercomplementares ao currículo podem ser desenvolvidas na própria escola e, também, em outros espaços educativos, caracterizando os seguintes perfis de atendimento:

Atendimento na Unidade Escolar	Atendimento Externo
<ul style="list-style-type: none">• Exploração das linguagens contextuais dos estudantes.• Construção de uma rotina colaborativa entre diferentes grupos escolares e profissionais.• Articulação curricular e interdisciplinar.	<ul style="list-style-type: none">• Exploração das linguagens em diversos contextos.• Viabilização de projetos cujas condições físicas e de recursos humanos impossibilitem sua plena realização na Unidade Escolar.

- Desenvolvimento da cidadania e da territorialidade sustentável (integração com a comunidade).

- Fortalecimento de parcerias institucionais.

Conselho de Classe Participativo

O Conselho de Classe também deve ser um espaço-tempo de vivência pedagógica, haja vista que se constitui a partir das situações da sala de aula. Precisa considerar todos os participantes e o contexto em que se inserem, por meio de uma concepção participativa e transformadora, que tem como pontos principais a reflexão sobre as aprendizagens dos estudantes e a socialização de experiências, contribuindo para reorientar a ação pedagógica a partir das metas previstas no PPP.

Tem-se que a avaliação escolar e os Conselhos de Classe são importantes elementos, uma vez que os diálogos desencadeados durante as discussões farão com que a comunidade Escolar conheça a instituição de ensino e o seu fazer pedagógico, podendo, assim, traçar novos caminhos para alcançar seus objetivos. Dessa forma, o Conselho de Classe:

- favorece a integração entre professores, estudante e família;
- considera as áreas afetivas, cognitivas e psicomotoras;
- possibilita a busca coletiva de instrumentos e critérios na dinâmica educacional que permitam abranger os diferentes domínios do comportamento humano, em função do desenvolvimento integral;
- oportuniza a reflexão e conscientização quanto aos objetivos do ensino--aprendizagem, no sentido de que a avaliação integral e a formativa voltam--se mais para o desenvolvimento do que para o conhecimento, oferecendo melhores condições de motivação para uma aprendizagem eficiente, eficaz e duradoura;
- permite o diálogo entre todos os envolvidos no processo educacional, possibilitando construir um planejamento que parte das necessidades estabelecidas pela comunidade Escolar.

Conselho Escolar: exercício democrático

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras. Cabe aos conselhos contribuir para que a escola cumpra sua função de educar, construir a democracia e a cidadania participativas, buscando analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das metas da escola.

Nas Unidades Escolares de Educação em Tempo Integral, o Conselho Escolar atua também como Comitê Local de Educação Integral, constituído com os objetivos de: integrar os diferentes atores da comunidade Escolar; formular e acompanhar o Plano de Ação Local de Educação Integral, considerando o PPP;

mapear as oportunidades educativas do local, equipamentos públicos e políticas sociais; celebrar parcerias para a realização das atividades; responder, com a escola, por quaisquer alterações no que diz respeito ao atendimento da Educação em Tempo Integral e à utilização dos recursos financeiros.

Aspectos Organizacionais e Operacionais

Dentro dos aspectos organizacionais e operacionais é necessário enfatizar o papel dos seguintes setores da SEEDF na condução das políticas educacionais e na garantia da prestação dos serviços de direitos das Unidades Escolares e dos seus estudantes:

Ação	Responsáveis
<p>Diagnosticar as Unidades Escolares com viabilidade técnica para a oferta das atividades de Educação Integral; oferecer recursos financeiros; acompanhar e avaliar o processo geral de implementação nas escolas, propondo ajustes e reorientações quando necessários; controlar a documentação exigida para cadastramento pelo FNDE/MEC, da Entidade Executora e das Unidades Executoras das escolas que integram o programa; orientar o uso de recursos financeiros; organizar e manter disponíveis os registros da Política de Educação Integral.</p>	<p>SUPLAV</p>
<p>Planejar ações da Política de Educação em Tempo Integral de acordo com seus princípios e objetivos; elaborar as diretrizes pedagógicas para Educação em Tempo Integral; controlar a documentação exigida pelo FNDE/MEC (Plano de Atendimento) da Entidade Executora e das Unidades Executoras das escolas que integram o Programa Federal de fomento à Educação em Tempo Integral; organizar e manter disponíveis os registros do Programa; elaborar e realizar ações de formação de professores e de educadores que desenvolvem atividades nas escolas ou em espaços sob sua responsabilidade.</p>	<p>SUBEB</p>
<p>Realizar modulação de profissionais necessários para a realização das atividades.</p>	<p>SUGEP</p>
<p>Avaliar as condições financeiras das Unidades Escolares com perfil para a participação na Educação Integral (PDAF); manter dados atualizados sobre o Programa Federal e efetuar Prestação de Contas ao FNDE.</p>	<p>SUAG</p>
<p>Viabilizar Transporte e Merenda Escolar; subsidiar o trabalho das escolas por meio da oferta de gêneros alimentícios e transporte para a realização das atividades externas, previstas no PPP; avaliar e coordenar a execução das obras de infraestrutura das Unidades Escolares.</p>	<p>SIAE</p>
<p>Reunir-se para indicação das Unidades Escolares em condições de aderir à proposta; acompanhar e avaliar o processo geral de implementação nas escolas, propondo ajustes e reorientações quando necessárias;</p>	<p>SUBEB e CRE</p>

<p>Reunir-se para avaliar o interesse de adesão à proposta; fomentar e articular parcerias e ações intersetoriais.</p> <p>Planejar o trabalho intersetorial com a promoção de articulações entre programas/projetos e serviços públicos, expandindo as ações educativas para além da escola.</p>	<p>SUBEB, CRE e Unidades Escolares CRE/Unidades Escolares e Parceiros</p>
<p>Garantir que a comunidade escolar tenha participação sistemática e efetiva nas decisões sobre a Gestão do Programa; assegurar tomada coletiva das decisões sobre as escolhas das atividades formativas da política pública de Educação Integral; gerir os recursos para implementação da Educação Integral de acordo com o Plano de Atendimento da Escola aprovado.</p>	<p>Unidade Escolar</p>

É importante registrar que o processo de implantação de um projeto ou programa, principalmente com o intuito de consolidá-lo, posteriormente, como uma Política Pública de Estado, exige o “enfrentamento” de desafios que geram reflexões para que se proceda ao redirecionamento de ações, levando em consideração as inúmeras possibilidades de organização.

Nessa direção, constata-se a importância da construção coletiva dessas ações em torno da concepção de educação que viabilize novas práticas, a fim de se atingir um nível de formação holística do indivíduo. Conseqüentemente, edificar uma escola mais eficaz e socializadora, atenta às mudanças e aos novos saberes. Isso fortalecerá a escola como local público que tem como objetivo o desenvolvimento pleno da criança, do adolescente e do jovem brasileiro.

Dessa maneira, visando ao aumento qualitativo do tempo de permanência do estudante na Unidade Escolar, considera-se que a proposta de estruturação das escolas de Educação em Tempo Integral deve apoiar-se em três bases: pedagógica, operacional e funcional, sendo que a operacional e a funcional complementam as ações pedagógicas, permitindo sua execução adequada.

Nesse sentido, a estruturação operacional diz respeito à alimentação, ao transporte, à estrutura física, aos recursos financeiros e humanos, e a funcional trata da organização dos espaços, das atividades e da distribuição das tarefas destinadas a cada agente do processo.

Projeto Formação de Hábitos Individual e Social

Nas Unidades Escolares de Educação em Tempo Integral, é importante que os estudantes realizem refeições coletivas, reconhecendo a escola como um ambiente acolhedor, o qual proporciona a interação com outros sujeitos. Dessa maneira, o almoço é o momento oportuno para o desenvolvimento de projeto que vise à formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene, de boas atitudes e socialização/interação.

O almoço deve ser oferecido, preferencialmente, em refeitório e, caso a escola não o possua, deverá ser servido em ambiente tranquilo, organizado e limpo, não podendo haver excesso de cobrança disciplinar, monotonia alimentar, ansiedade e tensão ao comer. Esses aspectos contribuem para que os estudantes tenham boa aceitação em relação à alimentação (KUREK; BUTZKE, 2006).

As atividades para a Formação de Hábitos Individuais e Sociais poderão contar com o apoio do Educador Social Voluntário (ESV)¹ para acompanhar os estudantes. Esta atividade deve contar com a orientação e coordenação do Coordenador Pedagógico Local ou do Articulador do Programa Novo Mais Educação. Além disso, deve ser organizada em três momentos distintos:

- No primeiro momento, o projeto deverá incentivar o estudante à alimentação, enfatizar os valores nutricionais dos alimentos, dando destaque às hortaliças e frutas. Este é, também, o momento de propiciar aos estudantes uma relação amistosa com os colegas.
- No segundo momento, acompanhar o estudante no ato da escovação, enfocando a importância da higienização bucal, conduzindo-o na organização do local, orientando-o quanto ao consumo consciente da água. Este é um momento importante para desenvolver nos estudantes noções de direitos e deveres, bem como desenvolver valores como autonomia, iniciativa, responsabilidade, cooperação, honestidade, respeito a si mesmo e aos outros e cordialidade para com os demais;
- O terceiro momento é adequado para que se direcione o estudante em atividades interativas, oportunizando jogos, recreações e descanso. É importante que a realização das atividades sejam orientadas, imprimam intencionalidade pedagógica e estimulem o desenvolvimento integral do estudante.

Obs.: Quando o estudante não estiver predisposto à alimentação, não forçá-lo alimentar-se.

Educador Social Voluntário (ESV)

Por sua vez, o papel do Educador Social Voluntário (ESV), que atua na Educação Integral, é dar suporte ao desenvolvimento das atividades realizadas com os estudantes, sob a supervisão de um professor. Este suporte diário, em regime de trabalho voluntário, Nas instituições de Ensino Médio em Tempo Integral, o papel do Educador Social Voluntário (ESV) será auxiliar os estudantes:

- nos horários das refeições, na formação de hábitos individuais e social, em atividades dentro e fora do ambiente escolar, na educação física;
- na organização dos materiais pedagógicos;
- nos projetos/oficinas pedagógicas e atividades nos laboratórios, conforme o PPP da Unidade Escolar e a matriz curricular anual do Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

Sempre sob a supervisão de um professor, o Educador Social Voluntário prestará o serviço em regime de 20 horas semanais, diariamente, atendendo a grupos de 30 estudantes.

Registro das Atividades

O dia letivo é caracterizado por também haver controle de frequência discente em instrumento próprio, presença de profissionais habilitados e intencionalidade pedagógica de planejamento e práticas.

Para fins de frequência, serão consideradas as atividades escolares que se realizam na sala de aula, bem como as que ocorrem em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos e que têm como objeto a formação do estudante. Por sua vez, nas Unidades

Escolares com o atendimento da Educação em Tempo Integral, a frequência torna-se obrigatória nos dois turnos, não sendo permitido ao estudante ausentar-se em um dos períodos.

Todas as atividades de Educação em Tempo Integral devem ser registradas em diários de classe, relatório de acompanhamento, portfólios, instrumentos específicos para registro dos responsáveis (professor, executores de oficinas e projetos, Educador Social Voluntário e monitor), devendo o preenchimento ser acompanhado pelo coordenador pedagógico.

No Ensino Médio, os professores responsáveis pela Parte Diversificada (PD) e pelas atividades da Parte Flexível são os incumbidos pelo registro dos projetos interdisciplinares e das oficinas.

Avaliação, monitoramento e acompanhamento da Educação em Tempo

Integral

Avaliação das Aprendizagens na Educação em Tempo Integral

A avaliação, como instrumento para melhorar o processo educacional e como elemento qualificador das aprendizagens, tem de ser uma das prioridades das políticas educacionais em todos os níveis de ensino e, em especial, nos programas destinados a ampliar os tempos e espaços de permanência do estudante na escola.

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF,

a concepção de educação defendida e almejada pela SEEDF é a Educação Integral. Nessa perspectiva, o ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. Ao valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, a Educação Integral provoca ruptura estrutural na lógica do poder punitivo comumente percebido nos processos avaliativos e fortalece o comprometimento com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. (DISTRITO FEDERAL, 2014)

Ainda segundo as Diretrizes,

avaliar não se resume à aplicação de testes ou exames e também não se confunde com medida. Medir é apenas uma pequena parte do processo avaliativo, correspondendo à obtenção de informações. Analisá-las para promover intervenções constantes é o que compõe o ato avaliativo; por isso, as afirmativas de que, enquanto se aprende se avalia e enquanto se avalia ocorrem aprendizagens, são válidas tanto por parte do docente quanto do estudante (p. 10).

A oferta da Educação em Tempo Integral objetiva ampliar tempos, espaços e oportunidades educacionais. Contudo, sabe-se que a ampliação do tempo e a reorganização dos espaços na escola não garantem as aprendizagens, haja vista ser essencial que outras intervenções sejam desenvolvidas para o alcance dos objetivos

da referida oferta. Entende-se que refletir sobre a avaliação da aprendizagem, na perspectiva da política da Educação em Tempo Integral, pressupõe não apenas repensar as concepções e os princípios avaliativos, mas também a própria escola, suas finalidades e sua função social.

Vasconcellos (1993) já alertava sobre a relação intrínseca entre ensino e avaliação, na medida em que não se ensina autenticamente sem avaliar. Para o autor, o melhor procedimento de avaliação é o de ensino. Se acreditamos que o conhecimento novo ocorre a partir de um nível de desenvolvimento real, a primeira atitude a se tomar no ensino é investigar o conhecimento prévio dos estudantes. Nesse sentido, a avaliação está intimamente relacionada com o processo de ensino. Avaliar para implementar a política de Educação em Tempo Integral é possibilitar a ampliação e a qualificação dos procedimentos de ensino, com vistas à melhoria da qualidade das aprendizagens.

A avaliação do estudante a ser realizada pelo professor e pela equipe pedagógica deve assumir um caráter processual, formativo e participativo; ser contínua, cumulativa e diagnóstica. Para subsidiar o processo avaliativo, as Unidades Escolares têm como parâmetro o que determinam a LDB, as Diretrizes de Avaliação da SEEDF e o Currículo da Educação Básica. Dessa forma, o que se almeja é possibilitar ao estudante compreender, raciocinar, analisar, criticar e propor questões relevantes para a sua própria formação como cidadão, bem como elaborar propostas de intervenção na realidade, com ética e cidadania, considerando a diversidade sociocultural inerente à condição humana no mundo e na história.

Assim sendo, a avaliação representa parte integrante e integralizadora do processo educativo, devendo ser vista como eixo condutor da organização do trabalho pedagógico. Com base nessa compreensão, a função formativa da avaliação é assumida pela SEEDF como a mais adequada à oferta de uma educação pública democrática, inclusiva e emancipatória, conforme estabelecem as Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala, da SEEDF (2014).

A partir dessa concepção, a política de Educação em Tempo Integral prevê, em sua implantação, a realização da avaliação diagnóstica com o objetivo de:

- a. verificar as competências e habilidades dos estudantes em relação às aprendizagens;
- b. identificar os estudantes com defasagem de aprendizagem e proceder à intervenção pedagógica; e
- c. observar seu comportamento no seu relacionamento interpessoal (timidez, agressividade, impulsividade, desatenção, baixo nível de autoestima).

Para acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, algumas práticas podem ser realizadas a partir do planejamento individual e/ou coletivo da equipe gestora e dos professores, quais sejam:

- análises sobre evidências de aprendizagens, a partir de questionamentos como: o estudante apresentou avanços, interesses, desenvolvimento nas diferentes áreas de conhecimento? As tarefas avaliativas e as observações feitas permitem perceber avanços em que sentido? O estudante, ou grupos de estudantes,

precisa(m) de mais tempo ou de mais atenção dos professores para alcançar as aprendizagens necessárias? Qual tipo de intervenção é necessário para que isso ocorra? Compreendem-se as razões didáticas, epistemológicas, relacionais para o fato de o estudante não avançar na direção esperada?

- organização de situações para que estudantes e professores se conheçam melhor e conversem sobre a escola que desejam. Para isso, dinâmicas de grupo podem ser planejadas por professores e/ou pela coordenação pedagógica. Esse procedimento pode fazer parte da avaliação diagnóstica inicial realizada no início do ano letivo, das avaliações institucionais realizadas ao longo dele, ou sempre que for necessário;
- registro de aspectos que permitam acompanhar, intervir e promover oportunidades de aprendizagem a cada estudante, sem perder a atenção ao grupo como um todo. Os registros podem ser feitos pelos profissionais do Serviço de Orientação Educacional (SOE), Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), Sala de Recursos, coordenação pedagógica e professores, ou pelos próprios estudantes em um processo de auto avaliação;
- observação e anotação do que os estudantes “ainda” não compreenderam, em que “ainda” não avançaram, e se “ainda” necessitam de maior atenção e orientação, por meio de registros no Diário de Classe e em outros instrumentos, como, por exemplo, o portfólio construído com essa finalidade. Essa prática possibilita aos professores que lidam com um mesmo estudante, ou grupos de estudantes, conhecê-lo(s) mais para definir estratégias conjuntas e também sugerir novas atividades e/ou tarefas interdisciplinares. A observação como procedimento avaliativo permite identificar os avanços do estudante, alterando o enfoque avaliativo unilateral para uma visão participativa, ética e inclusiva.

O acompanhamento da política de Educação em Tempo Integral é indissociável da execução e da avaliação, devendo ser diário e sistemático, com registro dos pontos relevantes que possam afetar positiva ou negativamente os resultados esperados. Durante o acompanhamento, o gestor apoia sua equipe e a ajuda a corrigir os erros e a ajustar o rumo do que foi traçado em seu Plano de Ação. Conforme preceitua a LDB, nos artigos descritos abaixo:

Art. 12 - os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

V- prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV– estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Vale esclarecer que o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) faz referência ao termo avaliação para as aprendizagens, em vez de avaliação das aprendizagens. Enquanto nesta, o foco é, predominantemente, o conteúdo ensinado, aquela avalia para auxiliar que a aprendizagem do estudante seja ainda mais efetiva e para que o professor alcance melhores resultados em suas ações pedagógicas. Ademais, tem como objetivo principal promover intervenções à medida que o trabalho pedagógico acontece, haja vista a intenção ser a de “avaliar para garantir algo, e não apenas para coletar dados sem comprometimento com o processo.” Na avaliação da aprendizagem, a verificação é feita em um determinado período, não necessariamente com o intuito de realizar intervenções para melhorias na aprendizagem do estudante, mas apenas para sintetizá-la e promover sua classificação (VILLAS BOAS, 2012).

O fato é que, para o processo de avaliação para as aprendizagens se consolidar, é de fundamental importância que haja, por parte de todos os profissionais envolvidos, ações em conjunto que promovam, principalmente nos espaços da coordenação pedagógica, discussão, reflexão e estudos contínuos sobre a prática de avaliação, visto que os desafios são constantes.

Além disso, na maioria dos casos, são necessárias mudanças de paradigmas nos procedimentos de avaliação, posto que isto implica analisar dados dos estudantes (e os estudantes); então, pressupõe-se que o avaliador deve conhecer alguns princípios fundamentais da sua função, reconhecer aspectos importantes dessa análise antes de se desempenhar sua função; deve, também, identificar os objetivos estabelecidos no processo de ensino e de aprendizagem do objeto em estudo para, finalmente, decidir a modalidade mais adequada para uma avaliação eficaz, que possibilite apontar não só os erros mas também os acertos. Afinal, avaliar é fazer “julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade tendo em vista uma tomada de decisão” (LUCKESI, 2002, p.5). A partir dessa tese, convém, também em conjunto, selecionar estratégias pedagógicas adequadas às intervenções que deverão ser feitas para minimização ou superação das deficiências diagnosticadas, sem deixar de ressaltar as competências constatadas.

Segundo o Regimento da SEEDF, orienta-se que os instrumentos/procedimentos a serem adotados para a realização de atividades avaliativas deverão ser planejados e desenvolvidos por professores, coordenadores, orientadores educacionais e equipe gestora, com ou sem a participação do estudante, a fim de promover uma reflexão sobre as aprendizagens. Assim, a

Unidade Escolar é quem definirá como a avaliação deverá ser realizada dentro da organização do trabalho pedagógico, de modo que possibilite o acompanhamento e a intervenção para a promoção do direito do estudante às aprendizagens.

Dessa forma, é imprescindível considerar todos os elementos pertinentes e necessários à prática de avaliação, no que tange à aprendizagem, a fim de estabelecer a operacionalização dos critérios para os resultados e os processos de promoção do estudante, bem como os estudos para recuperação, progressão parcial, avanços, matrícula, transferência, aproveitamento, adaptação e equivalência.

Quanto à avaliação dos componentes curriculares que integram a Parte Flexível, a orientação é que os resultados dessa avaliação não poderão ser considerados para efeito de retenção ou reprovação dos estudantes.

Por fim, as Unidades Escolares devem adotar as regras de avaliação expressas no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 15/2015 – SEEDF, por ser o documento orientador da aplicação da legislação vigente e garantidor do planejamento para o aperfeiçoamento sustentável do trabalho técnico-pedagógico, realizado pelas Unidades Escolares; e por resguardar as normas e regulamentações em vigor, nele prescritas, pois é a aplicação do Regimento Escolar que legitima os atos escolares, as tomadas de decisões e a execução de ações comuns a toda Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Monitoramento e acompanhamento da implantação da política de

Educação em Tempo Integral

O monitoramento e a avaliação das políticas para implantação da Educação em Tempo Integral são fundamentais para avaliar se as estratégias e os processos desenvolvidos estão produzindo os efeitos desejados. Assim, é preciso ter diagnósticos cada vez mais claros sobre aspectos da realidade, com vistas a desenvolver ações para resolver ou minimizar problemas.

Dessa forma, cabe à equipe de implantação da Política de Educação em Tempo Integral: a) elaborar uma agenda de acompanhamento e apoio às Unidades Escolares no desenvolvimento das ações estabelecidas no plano de ação proposto; b) consolidar relatórios periódicos com os resultados obtidos; c) apoiar a análise e a avaliação da evolução dos resultados parciais e metas; d) analisar, avaliar e recomendar ações de revisão das estratégias comuns que propiciarão melhorias ao longo do ano. A conclusão dessa demanda alimentará a revisão e o ajuste das estratégias para o reinício do ciclo de planejamento do ano seguinte.

O MONITORAMENTO E O ACOMPANHAMENTO - Embora complementares, o monitoramento e a avaliação não são ações “sinônimas”. O monitoramento é um procedimento de gestão que permite acompanhar diferentes aspectos de um projeto durante seu período de execução. Dessa forma, podem ser construídas

informações contínuas que servirão de base para possíveis ajustes frente àquilo que foi planejado, inicialmente, para um projeto.

Para acompanhar e monitorar a política de Educação em Tempo Integral, são necessárias ações de avaliação nas três esferas:

- Esfera Central (SEEDF): Equipe de planejamento e coordenação geral dos programas e projetos, formada por representantes da SUBEB, SUPLAV, SUAG, SIAE, tendo como atribuições:

- a. oferecer suporte às atividades administrativas da política, respondendo pela execução dos serviços próprios da Secretaria;

- b. realizar avaliação visando à criação de uma rede de apoio ao aprimoramento do trabalho escolar por meio de instrumento que envolva as dimensões: projeto pedagógico, espaços de aprendizagem, infraestrutura e equipamentos, transporte, alimentação e prestação de contas;

- c. monitorar, acompanhar e avaliar a implementação, os produtos e os resultados alcançados (realizar a análise dos dados coletados e divulgar o resultado);

- d. capacitar os coordenadores e a equipe técnico-pedagógica das CREs.

Esfera Regional (CRE): responsável pela orientação e pelo acompanhamento do desenvolvimento da Educação em Tempo Integral, com as seguintes atribuições:

- ser o articulador entre as esferas Central e Local;

- dar apoio pedagógico às escolas e capacitar professores, pedagogos e diretores;

- orientar as escolas na elaboração do projeto e acompanhar a execução do plano de trabalho;

- monitorar, acompanhar e avaliar de forma contínua e sistemática.

Esfera Local (Unidade Escolar e Conselho Escolar): Ao longo do ano, todo o projeto deverá ser monitorado e, bimestralmente, o estudante será avaliado, momento em que os relatórios qualitativos do rendimento escolar serão formalmente apresentados aos pais e coletados para análise.

A Educação em Tempo Integral contará com um sistema de acompanhamento de suas ações, a fim de viabilizar a comunicação entre a equipe gestora e a operacional. O sistema informatizado, utilizado como recurso de apoio às atividades do projeto, tem a finalidade de tornar mais ágil o processo de comunicação.

A implementação da política de Educação em Tempo Integral implica enfrentar diversos desafios, como, por exemplo: organizar os espaços e tempos escolares (haja vista a ampliação da estadia dos estudantes na escola), rever os métodos e a prática pedagógica docente, verificar as possibilidades educativas dentro e fora do espaço escolar, além de refletir e discutir sobre os diversos pontos de vista da equipe escolar.

Para que isso aconteça de forma efetiva, são necessários o envolvimento e o compromisso de todos, sendo imprescindível trazer a comunidade para dentro da escola e envolvê-la no processo educativo. No entanto, é necessário lembrar que a

Educação em Tempo Integral precisa ser instigante, de modo que desafie e estimule a participação de todos os profissionais envolvidos, para que contribuam em todos os aspectos do processo de educação e formação dos estudantes.

Isso posto, é preciso que ações sejam implantadas pela equipe de trabalho no sentido de ouvir as famílias, os estudantes, bem como de abrir os portões da Unidade Escolar para dialogar com aqueles que, em alguma medida, são ou se sentem responsáveis e comprometidos com uma educação de qualidade na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Considerações Finais

É irrefutável o progresso que a humanidade alcançou com os avanços tecnológicos, socioeconômicos, artísticos e das ciências e, de modo geral, o progresso trouxe consigo uma nova conformação social e a necessidade de se buscar práticas educativas que dialoguem com a realidade social vigente, ou seja, uma nova maneira de se perceber o ensino e a aprendizagem.

Nesse contexto social, é preponderante considerar o ser humano em sua multidimensionalidade e, ainda, como aquele que necessita de uma formação que respeite todas as suas características, sejam elas de natureza objetiva ou subjetiva. Diante dessa demanda, a SEEDF utiliza propostas da Educação em Tempo Integral como uma ferramenta capaz de instrumentalizar a comunidade educativa para executar essa tarefa de grande complexidade.

Assim, mesmo diante dos desafios que a formação dos estudantes, na perspectiva da Educação Integral, impõe aos profissionais da educação, especialmente no tocante à articulação entre a escola e a comunidade, esta é uma proposta passível de execução. Todavia, torna-se imperativo analisar a prática pedagógica implícita no PPP das Unidades Escolares, uma vez que, ao se refletir sobre as aprendizagens, é indispensável relembrar as palavras de Gonzáles Rey (2009, p. 136): “aprendizagem não uma reprodução objetiva de conteúdos ‘dados’, é uma produção subjetiva que tem a marca do sujeito que aprende”. Portanto, o respeito à unicidade humana é condição fundamental na relação educador e estudante quando se pretende realizar uma educação de qualidade, referenciada no sujeito social.

Nesse contexto, a SEEDF tem envidado esforços para que esta política pública seja implementada e se torne uma política de Estado. Revitalizar esse importante momento para que a escola reflita sobre seu PPP, o qual pode fazer a diferença quando se propõe implantar a Educação Integral.

Por fim, em se tratando da ampliação do tempo de permanência do estudante na Unidade Escolar, há de se propor atividades que tornem o ato de estudar agradável e motivador, seguindo o objetivo da Educação Integral e configurando-se como oportunidades educativas diversificadas, com vistas à formação do sujeito na sua totalidade.

PLANO DE TRABALHO PEDAGÓGICO

IDENTIFICAÇÃO
TÍTULO DO PROJETO: APRENDER A EMPREENDER
NOME FANTASIA DO PROJETO: “DESPERTAR”
ÁREAS DO CONHECIMENTO INTEGRADAS NO PROJETO: (X) Linguagens e suas tecnologias() Matemática e suas tecnologias () Ciências da natureza e suas tecnologias() Ciências humanas e sociais aplicadas
EIXOS ESTRUTURANTES INTEGRADOS NO PROJETO: () Investigação Científica(X) Processos Criativos () Mediação e Intervenção Sociocultural() () Empreendedorismo

TIPO DE PROJETO PEDAGÓGICO:		
() Projeto Pedagógico de Língua Portuguesa() Projeto Pedagógico de Matemática (X) Projeto de Vida () Projeto Pedagógico Temático		
SEMESTRE / ANO: 1º e 2º Semestre de 2022	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 6h/aula	ANOS ou SEMESTRES DATURMA: 1º,2º e 3º Anos do Ensino Médio
TURNO: Matutino (1º,2º e 3º Anos) Vespertino (1º,2º e 3º Anos)	PROFESSOR: <u>CORDELHA MARQUES DAVI GOMES</u>	
UNIDADE ESCOLAR: Centro de Ensino Médio 01 de Planaltina DF		

JUSTIFICATIVA
- Conhecer o cenário do empreendedorismo no Brasil é importante para perceber, identificar tendências e saber como se posicionar no mercado, seja por necessidade, realização de um sonho ou busca por independência financeira, abrir sua própria empresa requer capacitação profissional para garantir bons resultados e se manter sustentável. As pesquisas, mostram que empreender é o 4º maior sonho entre os brasileiros, só fica atrás de comprar uma casa, um carro ou viajar. A palavra Empreendedorismo geralmente é associada à capacidade de criar e gerir empresas, aproveitar oportunidades, ter sucesso, gerar emprego, renda e riqueza. Mas Empreendedorismo vai muito mais além do que tudo isso; pressupõe, acima de tudo, a realização do indivíduo por meio de atitudes de inquietação, ousadia e proatividade na sua relação com o mundo. Define-se também, como o tipo de comportamento que

favorece a interferência criativa e realizadora no meio, em busca de um crescimento pessoal e coletivo, através do desenvolvimento da capacidade intelectual para investigar e solucionar problemas, tomar decisões, ter iniciativa e orientação inovadora, competências essas, cada vez mais exigidas na formação profissional e valorizadas no mundo do trabalho. Muitas vezes em conversas, percebe-se que o tema empreendedorismo ainda é desconhecido em sala de aulas. O período de ensino médio coincide com um momento de inquietações na vida dos jovens, que atravessam uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, marcada por uma série de questionamentos conflitantes do tipo: como se preparar para o futuro profissional, num mundo cada vez mais competitivo e sem empregos? Quais as perspectivas econômicas mundiais, que nortearão a minha vida profissional e pessoal? Que rumo seguir quando sair da escola? Onde e como buscar um meio de renda? Essas e tantas outras indagações permeiam o subconsciente dos jovens, diante do contexto econômico e social do país, marcado por profundas desigualdades sociais, contrapondo-se com a fragilidade e fragmentação da educação básica. A escola, espaço de vida, socialização e formação dos jovens, surge neste contexto como Instituição promotora da educação, e, inserida nela, o professor, empreendedor por natureza, e agente determinante na construção dos saberes e das novas competências, cabendo-lhe a missão de preparar esses jovens para uma nova Era, que não é mais a do pleno emprego, e que exige outros referenciais na direção do trabalho e da cidadania. Trabalharemos com o Projeto Despertar-Aprendendo a Empreender, Educação Empreendedora, objetivando disseminar na escola pública a cultura do empreendedorismo e contribuir para a formação de jovens, através de uma proposta pedagógica inovadora, capaz de transformar as suas competências básicas em competências empreendedoras, duráveis, essenciais e necessárias ao seu desenvolvimento profissional, pessoal e futuro.

OBJETIVO GERAL

- Utilizar a abordagem de trabalhos manuais numa perspectiva, a fim de desenvolver habilidades e estratégias de preparação para o mercado de trabalho.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (para validação e registro de frequência)
<p>-Organizar um brechó, com roupas usadas, doadas pela comunidade escolar.</p> <p>-Vender as Roupas e os acessórios;</p> <p>-Abrir uma conta PIX para guardar o dinheiro arrecadado.</p> <p>- Atuar como vendedor;</p> <p>-Atuar no setor de vendas;</p> <p>-Organizar o ambiente onde acontecerá o bazar.</p>	<p>BRECHÓ- Venda de roupas e acessórios e montagem de uma loja. Treinamento para vendedor, balconista, recepcionista e caixa.</p>	60h aula
<p>-Cortar tecidos para confeccionar peças de roupas ou de artesanato;</p> <p>-Concertar roupas com pequenos defeitos;</p> <p>- Confeccionar bolsas, redes,</p>	<p>COSTURA- corte e costura, para iniciante, concerto de roupas, bolsas, cama, mesa e banho.</p> <p>- Consertar estofados com tecidos, espuma e grampeador.</p>	60h aula
<p>-Buscar em cooperativas alguns ferros que possamos reciclar;</p> <p>-Reciclar, dar vida e criar peças de decoração e móveis de ferro, usando a máquina de solda e proteção.</p> <p>-Revitalizar móveis de ferro cedeiras;</p> <p>-Revitalizar estofados.</p>	<p>SERRALHERIA- Móveis e objetos usando ferro velho.</p> <p>-Técnica de trabalho com cadeiras de espaguete.</p> <p>- Trabalho com vimi (trançado).</p>	60h aula
<p>-Criar objetos de decoração e utilitários de madeira usando ferramentas adequadas a profissão de marcenaria.</p>	<p>MACENARIA- Móveis e objetos utilitários, confeccionados com ferro velho. Revitalização de móveis usados. Técnica da Eco Renovação (reciclagem)</p>	60h aula

-Criar quadros, pintados a mão ou digital, depois dar um banho de resina epóxi;	-QUADRO COM RESINA- Pintura com tinta ou impressão de figuras realistas, depois passa resina(vidro líquido)	60h aula
-Criar cortinas, quadros e objetos decorativos e utilitários, usando a técnica do macramê com barbante e cordas	-MACRAMÊ – confecção de redes para repouso, usando retalhos, cabos de madeiras resistentes e barbantes.	60h aula

METODOLOGIA
<p>As oficinas serão ministradas nos encontros semanais, em que se darão a intervenção teórico/prática e a produção propriamente da atividade proposta.</p> <p>As nossas oficinas serão realizadas na escola no horário do projeto com a orientação da Professora Cordelha Marques. Será ensinado minuciosamente, as técnicas de cada oficina, para que cada participante possa entender, praticar e executar com segurança, cada uma das atividades práticas.</p> <p>Muitos dos objetos principais utilizados, a professora vai providenciar nas cooperativas de Planaltina D.F. que ficam situadas no Setor de Oficinas da cidade. A professora fará a seleção dos móveis que vão ser renovados, juntamente com os alunos e vão levá-los para a escola para iniciar os trabalhos. Depois de renovados e prontos, os móveis e os objetos decorativos vão ser expostos para a venda.</p> <p>A culminância do nosso projeto será uma loja, uma banca móvel, com os produtos expostos para venda, para que a comunidade escolar tenha acesso e possa também admirar, prestigiar, comprar e adquirir os artigos produzidos e criados no projeto.</p> <p>Se for possível, planejar esse dia para ser feito no dia da reunião dos pais e mestres.</p>

ESPAÇOS

- Galpão de Arte, Auditório, Quadra, Jardim, Pátio e demais espaços da escola devidamente agendados.

RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

- Lápis de desenho, lápis de cor, canetas esferográficas, lápis de cera, borracha, apontador, régua, folha branca, canetinha, tintas em geral, cola colorida, pincéis, copo descartáveis, pano, tela pintura de madeira, sucata, linha, máquina de costura, agulha, tecidos diversos, tesoura, som, cabide, arara, etiquetas, mesas, caixa madeira, máquina de solda, capacete de proteção, óculos de proteção, ferro de solda, tinta a óleo, lixa para ferro, lixa pra madeira, madeira, lixadeira, martelo, prego, parafuso, furadeira, cola branca, resina epóxi, figuras impressas, papel fotográfico adesivo, madeira MDF, tintas, pincéis e objetos. Barbantes de diversas cores e espessuras, cabo de enxada e vassoura de diversos tamanhos e espessuras. Cordas de algodão de diversas cores e espessuras. Estilete, fita zebra, fita adesiva transparente larga, banners, folders e cartão de visita.

CULMINÂNCIA ou PRODUTO FINAL

Como resultado final pretende-se elaborar, confeccionar e produzir uma exposição em forma de loja, onde colocaremos os nossos produtos finalizados à venda para a comunidade escolar. Será elaborado um Mega evento para a divulgação dos nossos produtos. Toda essa finalização, venda e divulgação, publicidade serão realizadas pelos alunos participantes do projeto, treinados pela professora Cordelha Marques e algumas parcerias que tentaremos conseguir durante o ano letivo. Criaremos o Instagram do projeto, onde também podemos estar fazendo nossas vendas por meio virtual.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

As avaliações obedecerão critérios próprios por parte do professor e priorizarão a capacidade do aluno em interagir com o grupo e se mostrar capaz de exercer sua criatividade, habilidade e esforço frente ao trabalho desenvolvido no decorrer do ano.

PARCERIAS e COLABORADORES

SEBRAE - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>
Oficina de Mercado do Trabalho (EMTI)
Oficina de Educação Financeira (EMTI)
Comunidade Escolar

EVENTOS

Eventuais festival ou mostra virtuais de projetos relacionados a oficina.
Feiras, brechós, pequenas vendas em datas comemorativas

REFERÊNCIAS

<https://octanage.com/temas/>

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117437/Trabalho%20-%20PROJETO%20EMPREENDEDORISMO%20NA%20ESCOLA%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<https://noctulachannel.com/ideias-emprededorismo-social/>

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-finais/124-emprededorismo-social-boas-praticas-por-um-mundo-melhor?highlight=WyJwcm9qZXRvliwiZGUiLCJ2aWRhliwicHJvamV0byBkZSIsInByb2pldG8gZGUGdmkYSIsImRlIHZpZGEiXQ==>

https://www.googleadservices.com/pagead/aclk?sa=L&ai=DChcSEwji5Pnovj1AhWMg5EKHXGCDioYABADGgJjZQ&ae=2&ohost=www.google.com.br&cid=CAASEuRo5KiSCv2g9gdxAr1qsiP4HQ&sig=AOD64_0xub1Cg2zqrDhrJXEtHYJTCL5VQ&q&adurl&ved=2ahUKEwjM5I3novj1AhUbD7kGHbCxBrCQ0Qx6BAgCEAE

https://www.googleadservices.com/pagead/aclk?sa=L&ai=DChcSEwjB2bXmnfj1AhXoGUwKHdtZDJ8YABAEgGjvYQ&ohost=www.google.com.br&cid=CAASEuRoLkw0AoHaRiEIVNgM12jyrQ&sig=AOD64_2Lf1Kis_aScoTwuGtIUmezKJVJwISw&q&adurl&ved=2ahUKEwiYjqvmnfj1AhXSpZUCHd3ZBwc0Q0x6BAgGEAE

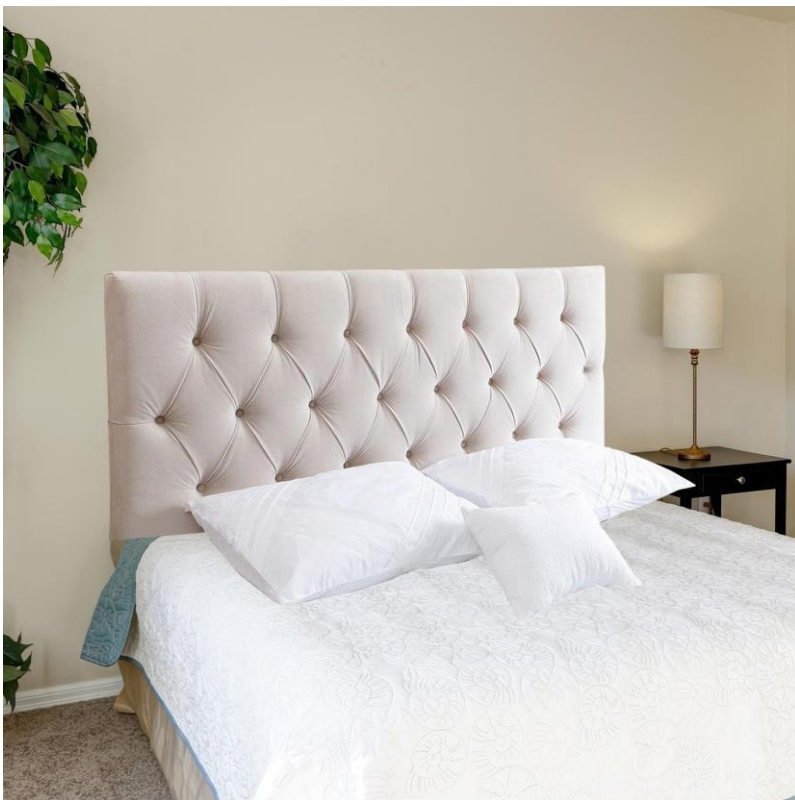
EXTRAS



BRECHÓ



Bolsa de tecido



Capitonê



Cadeira de ferro com fio espaguete



Renovação de Móvel de madeira



Quadro resinado



Rede de descanso com jeans



Rede de descanso com macramê

Professor: Cordelha Marques Davi Gomes (061) 985870358

Coordenador Pedagógico – Educação Integral: Zileide Viana Santana – (61) 993019402

Gestão/Supervisão Pedagógica: Nedma Gonçalves Guimarães – (61) 999405215

Referências

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Outros sujeitos, outras pedagogias. Rio de Janeiro. Vozes, 2012, p. 260.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. 9.394/96, Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Lei nº 13.415, de 16 fev. 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 06 jul. 2017.

_____. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível Em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-atualizada-pl.html>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Parecer CNE nº 5/97 - CEB - Aprovado em 7 maio 1997. Proposta de Regulamentação da Lei nº 9.394/96. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0291-0305_c.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento Social. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em:

<ht-

[tps://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_ti-po=RES&num_ato=00000010&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_ti-po=RES&num_ato=00000010&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>.

Acesso em: 20 de jun. de 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 15, de 10 de Julho de 2014. Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/5834-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-15,-de-10-de-ju-lho-de-2014>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 8, de 16 de dezembro de 2016. Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de

dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000008&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Orientações Gerais para o Ensino de Nove Anos, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União, nº 196, de 11 de outubro de 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port--1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória no 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, nº 196, de 11 de outubro de 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Subsidia o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Disponível <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de Junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Fixa as diretrizes nacionais para a Educação Infantil. Disponível em <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares--para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 abr. 2007. Institui o Programa Mais Educação. Diário Oficial da União, nº 80, de 26 abr. 2007, Seção 1, p. 5.

_____. Decreto nº 7.083, de 27 jan. 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Mais Educação: Passo a passo. Plano de Desenvolvimento da Educação. MEC: Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 19 jun.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2122 de 2009, 2ª Câmara. Disponível em: <<http://merendaescolarpilar.blogspot.com.br/2010/10/acordao-n-21222009-tcu-2-camara.html>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em aberto. Brasília, v. 22, n.80, p. 51-63, abril 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2220/2187>>. Acesso em: 26 jun. 17.

DISTRITO FEDERAL. Decreto Nº 33.329, de 10 de novembro de 2011. Regulamenta a Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 10 nov. 2011. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto Nº 36900 DE 23/11/2015. Regulamenta a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013. Estabelece as diretrizes para a promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legisla-cao/?id=310367>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto nº 37.349, de 18 de Maio de 2016. Altera o Decreto nº 33.867, de 22 de agosto de 2012, que dispõe sobre o programa de Descentralização Financeira - PDAF - que tem por princípio a autonomia da gestão financeira das Unidades Escolares de ensino público do Distrito Federal e das Coordenações Regionais de Ensino e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/fff78a8225934435b27a301f0f1eba1b/Decreto_37349_18_05_2016.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Câmara Legislativa. Lei Orgânica do Distrito, 2008. Diário Oficial do Distrito Federal, DF, 09 jun. de 1993. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70442/LO_DistritoFederal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Lei Nº 5.146, de 19 de Agosto de 2013. Estabelece as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.crn1.org.br/wp-content/uploads/2014/01/LEI-DF-2013-5146.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei 5.499, de 17 de julho de 2015. Estabelece o Plano Distrital de Educação, 2015 - 2014. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/pde_15_24.pdf>. Aces-

so em: 20 jun. 2017.

_____. Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal, 2015/2018. Disponível em: <http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Planejamento_Estrat%C3%A9gico_2015-2018.pdf>. Acesso em: 26 jun 2017.

_____. Portaria nº 247, de 02 de dezembro de 2008, Diário Oficial do Distrito Federal, DF, 03 dez. 2008. Estabelece as Diretrizes de Avaliação para o Processo de Ensino e de Aprendizagem da Educação Básica. Disponível em: <<http://www.tc.df.gov.br/SINJ//>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Portaria nº 01 de 27 de novembro de 2009. Estabelece as diretrizes norteadoras para a implementação de política de educação integral no Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subbeb/ed_integral_diretrizes.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Portaria nº 70, de 1º de abril de 2014. Divulga na forma do Anexo Único a esta Portaria, a codificação e interpretação da despesa orçamentária do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNum-e-ro=70&txtAno=2014&txtTipo=7&txtParte=>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Portaria nº 225, de 22 de maio de 2017. Estabelece os critérios e procedimentos para oferta do transporte escolar aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/32486f57f9b04244b0b1b95836d293f6/see_prt_225_2017.html> Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Manual da Alimentação Escolar do Distrito Federal, 2010. Sistematiza as ações desenvolvidas pelos profissionais que lidam com a alimentação escolar e contém orientações comuns a todos os setores que integram o Programa de Alimentação Escolar no Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.crn1.org.br/wp-content/uploads/2015/04/merenda.pdf?x53725>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, institucional e em larga escala, 2014-2016. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/linkpag/diretrizes_avaliacao_jan14.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos. Caderno 1. Brasília, DF, [2014].

CANDAUI, Vera Maria et al. Oficinas pedagógicas de direitos humanos . 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2006.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Las categorías de sentido, sentido personal y sentido subjetivo en una perspectiva histórico-cultural: un camino hacia una nueva definición de subjetividad. *Universitas Psychologica*, v. 9, p. 241-253, 2009.

GRACIANI, Maria Stela S. *Pedagogia social de rua*. São Paulo : Cortez, 1997.

JULIÃO, F. O espaço físico como prática político-pedagógica. In: BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Básicas de Infraestrutura para funcionamento das instituições de Educação Infantil*. Do-cumento Preliminar. Brasília: MEC, 2002.

KUREK, M.; BUTZKE, C. M. Alimentação escolar saudável para educandos da educação infantil e ensino fundamental. *Rev. Divulg. Técn. Cient. ICPG*, v. 3, n. 9, p. 139-144, jul./dez. 2006.

LOMONACO, Beatriz Penteado; SILVA, Letícia Araújo Moreira da. *Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade*. São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social - Unicef, 2013. Disponível em:

<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/235/245>
Acesso em: 18 nov. 2017.

MENESES, J. S. S. A educação integral tem como um de seus alicerces sua desejável integração com outras instituições/esferas da sociedade, 2009. Disponível em: <www.simposioestadopolitica.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC21.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MESQUITA, G.; SOBRAL, F. C.; MENEZES, I. Adolescência na Escola: o desafio do desenvolvimento integral. Um estudo sobre as opções pedagógicas e organizacionais e uma escolas kentenichiana. *Interações*. n. 5, v. 3, p. 82-109, 2007. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstre-am/10216/6930/2/83306.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2018.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 14, Número 2, Julho/Dezembro de 2010: 245-260.

OMISTE, A. SAVEDRA; LÓPEZ, Maria Del C.; RAMIREZ, J. Formação de grupos populares: uma pro-posta educativa. In CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.) *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.

PROENÇA, Maria Alice de Rezende. A rotina como âncora do cotidiano na Educação Infantil. *Revista Pátio Educação Infantil*, Porto Alegre, n. 4, p.13-15, 04 abr. 2004.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. *Políticas Públicas de ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral fazem a diferença? Um estudo do Programa Mais Educação*. 2014. Total 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2014.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Edileuza Fernandes da. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. IN: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). *Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político Pedagógico*. Campinas, SP, Papirus, 2007.

SILVA, M. O coordenador pedagógico e a questão da participação nos órgãos colegiados. In: AL-MEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). O coordenador pedagógico e a questão da contem-poraneidade. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Sa-lesiana Dom Bosco, 1993.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA,

Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas:

Papirus, 1998.

VILLAS BOAS, B. M. F.; PEREIRA, M. S.; OLIVEIRA, R.M. da S. Progressão continuada: equívocos e possibilidades. Polifonia: revista do programa de pós-graduação em ensino da educação básica do CEPAE/UFG, Goiás, n.1, v. 23, p. 93-109, 2012.

ANEXO II- PLANO DE TRABALHO PEDAGÓGICO

Orientações para a elaboração dos Planos de trabalho pedagógico

IDENTIFICAÇÃO
TÍTULO DO PROJETO: PREPARAÇÃO PARA COMPREENSÃO DO MUNDO DO TRABALHO E PARA TOMADA DE DECISÕES NA VIDA.
NOME FANTASIA DO PROJETO: SOCIEDADE E ECONOMIA DO CONHECIMENTO, PREPARAÇÃO PARA COMPREENSÃO DO MUNDO DO TRABALHO E PARA TOMADA DE DECISÕES NA VIDA.
<p style="text-align: center;">ÁREAS DO CONHECIMENTO INTEGRADAS NO PROJETO:</p> <p>() Linguagens e suas tecnologias () Matemática e suas Tecnologias () Ciências da natureza e suas tecnologias (X) Ciências humanas e sociais aplicadas</p> <p>Este projeto têm como iniciativa a Preparação Para Compreensão do mundo do Trabalho e Para Vida dos jovens que estão sendo intensamente cobrados por qualificação no Mercado de Trabalho. Somente o Ensino Médio hoje não quer dizer mais nada, pois o diferencial está em se capacitar sempre. E mesmo com toda essa bagagem ainda precisa de experiência na área requerida.</p> <p>Por causa da competitividade, são cada vez mais pressionados a serem os melhores. Um profissional focado, com meta definida consegue se sobressair dedicando-se e especializando-se inicialmente em uma área. O mercado requer sim profissionais polivalentes, porem o que muitos profissionais acabam esquecendo, é que antes de se tornar polivalente, precisas ser especializar em algo.</p> <p>Precisa escolher uma profissão ou uma área de atuação inicialmente que esteja dentro da realidade. Precisa especializar nessa área e tornar-se o melhor profissional que pode ser. Independente do foco, esse momento servirá de oxigênio para as batalhas que ainda virão. A carreira precisa ser consistente desde o começo, e não só depois de estar nolugar que realmente almeja estar.</p> <ul style="list-style-type: none">• Prover Aulas Motivacionais, comportamentais e Cursos de Compreensão do Mundo do Trabalho em todas as suas etapas, com temas relevantes sobre a utilização da “Inteligência Emocional”, e “Qualificação Profissional”, direcionada aos Alunos do Ensino Médio do Centro Ensino Médio 01 de Planaltina. O principal objetivo é de propiciar aos alunos conhecimento que contribuam para a sua formação, desenvolvendo suas habilidades socioemocionais e profissionais que são tão ou mais importantes para a formação dos alunos.

EIXOS ESTRUTURANTES INTEGRADOS NO PROJETO:

- Investigação
Científica Processos
Criativos
- Mediação e Intervenção
Sociocultural Empreendedorismo

Possibilitar aos alunos do Ensino Médio do CEM 01 compreenderem que além das tradicionais disciplinas, como Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e História entre outras, a escola está cada vez mais empenhadas em trabalhar também a inteligência emocional, a Capacitação para Compreensão do Mundo do Trabalho Profissional em sala.

Orientar estudantes, oferecendo-lhes, uma visão global sobre o mundo do trabalho, formação profissional, e áreas de trabalho, considerando seus interesses, valores, habilidades (aspirações) e seus limites (possibilidades).

TIPO DE PROJETO PEDAGÓGICO:

- Projeto Pedagógico de Língua Portuguesa
 Projeto Pedagógico de Matemática
 Projeto de Vida
 Projeto Pedagógico Temático

SEMESTRE / ANO: 1º / 2021	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 1 Hora/Aula	ANOS ou SEMESTRES DA TURMA: 2º Anos
TURNO: Matutino / Vespertino	PROFESSOR: MOISES GONÇALVES DA SILVA	

JUSTIFICATIVA

Dinamismo Produtivo: O problema da desigualdade no Brasil é que a maioria do nosso povo está afundada no primitivismo produtivo e educacional. A indústria convencional, como aquela instalada no Sudeste em meados do Século passado, deixou de ser vanguarda.

Sobrevive apenas como resquício de vanguarda superada ou satélite da NOVA VANGUARDA – A ECONOMIA DO CONHECIMENTO. A alternativa seria uma forma socialmente abrangente da “nova vanguarda”: a economia do conhecimento, rica em ciência e tecnologia e dedicada a inovação permanente.

O conhecimento – a ciência, a tecnologia, a informação – é hoje considerado o fator de produção por excelência, determinante do progresso e da riqueza das nações. Essas atividades já respondem por mais de 50% do PIB das economias mais avançadas. E países emergentes, como a Coreia e a China, conduzem programas de desenvolvimento que enfatizam a educação de qualidade, a qualificação técnica, a ciência e a tecnologia, a disseminação da informação e a permanente incorporação, à economia e à sociedade, de inovações.

Sai a decoreba, entra o uso inteligente da informação: Na era da economia do conhecimento, temos que dizer adeus aos velhos métodos educacionais. O bom aluno não é mais aquele que tem boa memória para decorar dezenas de conteúdos, e sim aquele que sabe o que fazer com toda a informação a seu alcance. Avanços medidos por provas e padrões internacionais e possibilitados pela observância de critérios objetivos de desempenho. E orientados para uma maneira de aprender e de ensinar que rompa com o enciclopedismo raso e dogmático e inaugure a educação analítica e capacitadora.

Da mesma forma, o profissional não é mais visado pela sua formação e habilidades acumuladas (“trabalhar com o conhecimento”), e sim pelo seu dinamismo em equipe e pela sua agilidade na busca e utilização das informações mais relevantes (“trabalhar com o aprendizado”). Isso porque, em meio a tanto conteúdo, é importante saber como filtrar e localizar rápida e efetivamente o que se deseja. Embora possa parecer injusto que o conhecimento pessoal seja menosprezado em relação a outras qualidades, na verdade esse novo formato pode significar o oposto disso – um mercado mais justo, que dá oportunidades iguais para todos.

OBJETIVO GERAL

O objetivo principal desse projeto é capacitar a(o) aluna(o) para Compreensão do Mundo do Trabalho, preparando-a(o) para a economia do conhecimento, e a ser mais maleável e criativo, qualidades também inerentes ao bom empreendedor.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (para validação e registro de frequência)
Questionário de Orientação Profissional	<p>O objetivo é estimular a(o) Aluna(o) a refletir sobre preferências e habilidades – as conhecidas e outras que talvez ele ignore.</p> <p>O propósito é ajudar o Aluno(a) a refletir sobre as expectativas acerca da carreira que ele está prestes a escolher.</p> <p>analisar facilidades e dificuldades que podem influenciar o sucesso da(o) Aluna(o) na busca por uma carreira.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos.</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 1 SEMANA. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
Economia do Conhecimento As Quatro Ondas	<p>Definição, agregação de valor, produtividade, crescimento econômico, é o conhecimento.</p> <p>As novas fontes de riqueza:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os conhecimentos; - Os relacionamentos. 	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 1 SEMANA. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
Empreendedorismo, Tipos de Empreendedorismo.	<p>O que é Empreendedorismo, Introdução e histórico, Empreendedorismo como centro de políticas públicas em vários países, Empreendedorismo no Brasil.</p> <p>Fatores Pessoais, Motivação para Empreender, as dificuldades no Brasil para Empreender.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 2 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>

<p>Currículo, Primeiro Currículo, Vídeo Currículo</p>	<p>Elaboração de Currículo, Como fazer um Vídeo Currículo. Qual a finalidade do Currículo, Nunca trabalhei, o que informo no Currículo, primeiro emprego.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 4 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>Processo Seletivo</p>	<p>Tipos de Processos Seletivos, Os 5 principais tipos de Processos Seletivos, Como devo me comportar em um Processo Seletivo,</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 4 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>Entrevista de Emprego</p>	<p>Os Diversos tipos de Entrevista, Dicas de Seleção, Dinamica de Grupo, Principais perguntas em uma Entrevista de Emprego. Comunicação na Entrevista de Emprego.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 4 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>Trabalho em Equipe</p>	<p>No Ambiente de Trabalho, O valor do trabalho em equipe, o compromisso e responsabilidade.</p> <p>Aspectos que podem prejudicar o trabalho em equipe, sentimento envolvidos.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 4 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>

<p>Atendimento ao Público, Técnicas de Atendimento.</p> <p>e</p> <p>Tipos de Clientes</p>	<p>Qualidade no Atendimento,O poder da Empatia,</p> <p>Tipos de Cliente: Comportamento, desafios, Diferença entre Cliente, consumidor e Comprador.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 4 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>Treinamento Motivacional, Comportamental.</p> <p>Inteligência Emocional</p>	<p>Aprimorar a conduta e a atitude dos alunos, além de ajudar na promoção de bons hábitos no trabalho. Técnicas e atividades que estimulam aspectos emocionais e motivacionais.</p> <p>O que é Inteligência Emocional, Autorresponsabilidade, Percepções das Emoções, Foco e Ação.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos.</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 4 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>Inteligências Múltiplas, Competências Socioemocionais.</p> <p>O que são HARD SKILLS e SOFT SKILLS.</p> <p>O Profissional do Futuro.</p>	<p>Operador de Telemarketing Vendedor, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Secretária, e Operador de Caixa.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 2 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>

<p>Impacto da Internet 5G no Mundo do Trabalho.</p> <p>Terceirização no Trabalho, Reforma Trabalhista.</p> <p>Defasagem Tecnológica no Brasil.</p> <p>A Uberização do Trabalho.</p>	<p>O que é Latência? O impacto da Internet 5G no Mundo do Trabalho.</p> <p>Lei da Terceirização, Atividade Meio, Atividade Fim. Lei da Reforma Trabalhista.</p> <p>Precarização do Trabalho no Brasil.</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: Tempo 2 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>Mundo do Trabalho e Mundo Real: FAKNEWS</p>	<p>A divulgação de notícias falsas, conhecidas como fake news, pode interferir negativamente em vários setores da sociedade, como política, saúde e segurança. Exemplo:</p> <p>A TERRA É PLANA;</p> <p>VACINAS NÃO FUNCIONAM, CAUSAM AUTISMO;</p> <p>AQUECIMENTO GLOBAL É UMA FARSA;</p> <p>RACISMO NÃO EXISTE;</p> <p>DOCTRINAÇÃO DOS PROFESSORES;</p> <p>O BRASIL TORNARIA UMA VENEZUELA (SOCIALISTA).</p>	<p>Seis aulas semanais de 50 minutos</p> <p>Os alunos serão agrupados em grupos de até 4 integrantes, de forma que ao escolherem uma CENA de um FILME ICÔNICO, eles fariam a “cena” com as falas das personagens, reproduzindo uma das FAKENEWS que mais ocorre na sociedade brasileira.</p> <p>Na culminância do projeto, os alunos após pesquisa, analisam que qualquer tipo de informação falsa, da mais simples à mais descabida, induz as pessoas ao erro. Em vários casos, a notícia contém uma informação falsa cercada de outras verdadeiras. É principalmente nessas situações que estão escondidos os perigos das fakenews, e suas consequências podem ser desastrosas.</p>

<p>O Mundo do Trabalho e Mundo Real: ÀS MULHERES NO MUNDO TRABALHO.</p>	<p>Histórica discriminação de Gêneros, A Entrada da Mulheres no Mundo do Trabalho, desconstruir preconceitos por meio do conhecimento, e não lugar de reforçá-los sobre às Mulheres, Mulheres no Mercado de Trabalho. Tripla Jornada de Trabalho. Mesmo em profissões historicamente consideradas femininas, os cargos de chefia continuam sendo ocupados por homens.</p>	<p>6 aulas semanais de 50 minutos Sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra). OBS.: Tempo 2 SEMANAS. A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>O Mundo do Trabalho e o Mundo Real</p> <p>Palestra: Empreendedorismo, Atuação no Mercado de Trabalho.</p> <p>Palestra: Redes Sociais como Ativos Digitais.</p>	<p>Profissionais da Área de Recursos Humanos, Marketing Digital.</p>	<p>Uma Hora cada palestra, e depois será aberto para os Alunos fazerem perguntas, interagirem com os Palestrante.</p>

METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido em encontros semanais com com Aula OnLine, material na plataforma, materiais impressos, que darão suporte para desenvolvimento de suas compreensões do Mundo do Trabalho.

As atividades desenvolvidas:

- 1- Treinamentos em vídeos aulas no Meeting de forma geral
- 2- Aulas expositivas no google sala de aula, disponibilidade de vídeos e textos.
- 3- Exposição de Estudo de Caso através de vídeos aulas na plataforma e materiais impressos

Para a execução do projeto, será usado, no momento oportuno, as seguintes estratégias:

- Aula expositiva dialogada;
- Discussão e debates; Material
- Impress;
- Material OnLine;
- Estudo de Caso;

- Filmes, vídeos e músicas;
- Sites e Blog de Emprego do DF.

ESPAÇOS

Presencial: Uma sala de Aula com Data Show e Computador.

Aula Virtual: Teletrabalho

RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

- Quadro branco;
 - Datashow;
 - Computadores;
- Impressora.

CULMINÂNCIA ou PRODUTO FINAL

1. **Preparação para Compreensão do Mundo do Trabalho e Para Vida**, Identificar que o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a informação é hoje considerado o fator de produção por excelência, determinante do progresso e da riqueza das nações.
2. Compreender que o bom aluno não é mais aquele que tem boa memória para decorar dezenas de conteúdos, e sim aquele que sabe o que fazer com toda a informação a seu alcance.
3. Compreender que as empresas precisam de alguém pronto para aprender e que saiba trabalhar em grupo. Não alguém altamente qualificado, porque o conhecimento técnico se atualiza rápido e torna-se obsoleto. E que 90% das competências exigidas pelos **recrutadores são socioemocionais**.
4. Elaboração de Currículo, para quem nunca trabalhou, o que informar no Currículo, Vídeo Currículo.
5. Entender as Fases de um Processo Seletivo, Entrevistas de Emprego, Etapas de Entrevistas de Emprego.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

Participação nas Aulas (Meeting), Presencial. Resolução da Atividades, testes,questionários na Plataforma. Vídeos das Atividades elaboradas pelos Alunos.

PARCERIAS e COLABORADORES

Secretaria do Trabalho DF, Agencia do Trabalhador;SEBRAE,
SESC;
Associação Comercial de Planaltina - ASCIP

EVENTOS

Feira virtual de profissões para ensino médio – UCB;SEBRAE,
SESC;
Mercado de Trabalho em geral.

REFERÊNCIAS

Apostila Compreensão do Mundo do Trabalho, elaborado pelo Professor Moises Gonçalves. Curso EAPE: Projeto de Vida – Educar para Século XXI.

Trabalho e Treinamentos nas Empresas: New Word Cursos Profissionalizantes, Partner Treinamento e Consultoria, TNL CONTAX S.A, TeleData Tecnologia e Conectividade, CALL Contact Center, POLITEC Tecnologia e Informação, HN Global Prestação de Serviços, Embrapa, Petrobras Distribuidora S.A e Banco do Brasil S.A.

<http://www.grupohcm.com.br/blog/7-beneficios-dos-treinamentos-comportamentais/#:~:text=O%20objetivo%20dos%20treinamentos%20comportamentais,estimulam%20aspectos%20emocionais%20e%20motivacionais>.

<https://www.sbie.com.br/blog/afinal-o-que-e-inteligencia-emocional/>

https://www.politecnica.pucrs.br/professores/giugliani/ENGENHARIA_DE_PRODUCAO_-_Gestao_do_Conhecimento/03_-_Economia_do_Conhecimento.pdf

Livro Projeto Nacional: O Dever da Esperança – Ciro Gomes.

OBSERVAÇÕES

Todo o projeto está vinculado a participação assídua dos alunos, a disponibilização de recursos materiais e virtuais além da adequação do espaço ao mesmo.

ANEXO II- PLANO DE TRABALHO PEDAGÓGICO

IDENTIFICAÇÃO
TÍTULO DO PROJETO: <i>KUNG FU</i>
NOME FANTASIA DO PROJETO: <i>ARTES MARCIAIS E DEFESA PESSOAL</i>
ÁREAS DO CONHECIMENTO INTEGRADAS NO PROJETO: <input checked="" type="checkbox"/> Linguagens e suas tecnologias <input type="checkbox"/> Matemática e suas tecnologias <input type="checkbox"/> Ciências da natureza e suas tecnologias <input type="checkbox"/> Ciências humanas e sociais aplicadas Nesta arte, estão envolvidos fatores psicomotores como ritmo, extensibilidade, coordenação global e fina, desenvolvimento de expressão corporal, práticas respiratórias para manutenção da saúde e características meditativas que viabilizam a auto percepção. A união de todos esses fatores confere caráter universal de arte ao Kung Fu e o transforma numa filosofia de vida. Como ele está diretamente relacionado à educação física, fica implícito o seu uso no desenvolvimento social, com a formação de uma consciência crítica, com conceito de cidadania.
EIXOS ESTRUTURANTES INTEGRADOS NO PROJETO: <input checked="" type="checkbox"/> Investigação Científica <input type="checkbox"/> Processos Criativos <input checked="" type="checkbox"/> Mediação e Intervenção Sociocultural <input checked="" type="checkbox"/> Empreendedorismo Para que o Kung Fu não sejam confundido com ensinamentos violentos, é preciso maturidade, reflexão e assimilação da disciplina e da ética preconizada nos preceitos da arte, de disciplina, obediência às regras e respeito ao outro. Isso porque um dos fundamentos filosóficos partem da base de igualdade, de importância e interdependência dos seres, para os ambientes naturais e sociais que é um processo cíclico da natureza. O Kung Fu propicia uma ação educativa coerente com visão de homem, mundo e educação. Para os praticantes de Kung Fu o aprendiz deve achar dentro de si mesmo seu próprio artesão.

TIPO DE PROJETO PEDAGÓGICO:		
(X) Projeto Pedagógico Temático		
SEMESTRE / ANO: 1° e 2° SEMESTRE/2020	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 HORAS	ANOS ou SEMESTRES DA TURMA: 1° ANOS
TURNO: MATUTINO E VESPERTINO	PROFESSOR: RAIMUNDO DE ALMEIDA TELES	
UNIDADE ESCOLAR: CENTRO DE ENSINO MÉDIO 01 DE PLANALTINA		

JUSTIFICATIVA

Vivemos em uma sociedade de necessidades emergentes em que as transformações tecnológicas e sociais tomam rumos diferentes, e a necessidade de inclusão social para um estímulo social propulsor dentro das instituições de ensino se torna um ideal a ser alcançado. E nesse sentido o esporte tem grande vantagem por ser de cunho geral entre as classes sociais. Assim, a escolha do Kung Fu para tal fim advém da parte filosófica e disciplina inserida no contexto marcial. Como utilizar o ensino da arte marcial de Kung Fu para ajudar a reverter problemas de indisciplina na sala de aula? A resposta a essa pergunta é questão de estudo em muitos países orientais, já aqui no Brasil é recente a motivação da disciplina marcial chinesa na escola. Pois o “educar” está além das salas de aula, senão, vejamos: O Edgar Morin já justificava isso pelos os setes “buracos negros” da educação, e dentre esses um a que se prende esse trabalho é o de conscientização social. *[...O último aspecto é o que vou chamar de antropo-ético, porque os problemas da moral e da ética diferem entre culturas e na natureza humana. Existe um aspecto individual, social e genérico, diria de espécie, uma espécie de trindade em que as terminações são ligadas: a antropo-ética, a ética que corresponde ao ser humano desenvolver e ao mesmo tempo, uma autonomia pessoal - as nossas responsabilidades pessoais – e desenvolver uma participação social - as responsabilidades sociais - e a nossa participação no gênero humano, pois compartilhamos um destino comum...]* E ainda percebemos quando ele enfatiza certa responsabilidade pessoal ao assunto acrescenta:

“A antropoética tem um lado social que não tem sentido se não for na democracia, porque

na democracia o cidadão deve se sentir solidário e responsável e permite uma relação indivíduo-sociedade.”

Em conformidade com essa responsabilidade, o livro “O Tao da Educação: Filosofia Oriental na Escola Ocidental” de Luiza Mara Silva, revela uma averiguação as concepções orientais de disciplina confiança e esperança na educação escolar. Livro que para os docentes se torna muito útil no tocante a construção do respeito individual e pelo limite existente na nossa ínfima condição de seres imperfeitos, mas agraciados com o dom do amor e sabedoria. E nesse contexto que ao aplicar semanalmente as rotinas marciais pretende-se que: Pelo caráter filosófico, disciplinar e hierárquico do ensino de Kung Fu, bem como as rotinas físicas e de relaxamento desenvolvidas pelos alunos devem refletir em todo seu comportamento de vivência social, e em particular mudanças nos tratos hierárquicos e o respeito pelos limites físicos dos outros alunos como do seu próprio. E isso venha a se constituir um reflexo de comportamento disciplinado. As técnicas desta arte marcial foram usadas na guerra, dada a sua extrema eficácia para treinar soldados; além disso, têm sido empregadas como forma de saúde e bem-estar ao longo do tempo, até que chegou aos cinemas onde ficou mundialmente conhecido. Tendo em vista que a adolescência é uma fase crucial para o pleno desenvolvimento do indivíduo adulto, pois nessa fase fatores como falta de disciplina, atividade física, paciência, respeito entre outros pode influenciar diretamente no comportamento adulto. O Kung Fu se mostra uma excelente ferramenta de formação social, por ser uma arte milenar que traz como bagagem o respeito e a disciplina além de estar ligado às filosofias taoista, confucionista e budista, ao ser trabalhado na adolescência pode recuperar ou mostrar virtudes que vão influenciar o adolescente na fase adulta. Para desenvolvimento social de qualquer adolescente, é indispensável a presença de uma atividade física durante a formação do indivíduo e o Kung Fu se mostra eficiente pois ao representar o combate, através desta simbologia, os movimentos podem atuar de forma global no indivíduo, podendo servir como instrumento na sua formação física, intelectual e emocional, humildade, perseverança, paciência e honestidade nos jovens e adolescentes que praticam esta arte marcial.

OBJETIVO GERAL

O Kung Fu objetiva uma transformação educativa na construção de uma forma suporte- didático, utilizando-se das rotinas tradicionais e do ensinamento físico-filosófico chinês. Propicia a análise dos resultados da aplicação dos mecanismos disciplinares marciais, para validar um ensino de qualidade no tocante a socialização dos alunos, resolvendo assim,prováveis dificuldades de alunos até mesmo no aprendizado das disciplinas, estimulando o aprendizado e melhorando concentração.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (para validação e registro de frequência)
DESENVOLVER AS CAPACIDADES FÍSICAS	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa bibliográfica correlacionando as informações as situações pedagógicas.- Leitura, organização e fichamento do material para a construção da proposta didática a ser aplicada nas aulas práticas.- Aplicação da metodologia do Kung FU a partir das experiências dos alunos, registrando e os organizandoos dados.- Avaliando desempenhos conforme dados coletados	7 aulas semanais de 50 minutos sendo uma hora aula pertinenteao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra). OBS.: A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.
AUMENTAR AUTO-ESTIMA, CONFIANÇA E AUTONOMIA	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa bibliográfica correlacionando as informações as situações pedagógicas.- Leitura, organização e fichamento do material para a construção da proposta didática a ser aplicada nas aulas práticas.- Aplicação da metodologia do Kung FU a partir das experiências dos alunos, registrando e os organizandoos dados.- Avaliando desempenhos conforme dados coletados	7 aulas semanais de 50 minutos sendo uma hora aula pertinenteao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra). OBS.: A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.

<p>PROMOVER DISCIPLINA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica correlacionando as informações as situações pedagógicas. - Leitura, organização e fichamento do material para a construção da proposta didática a ser aplicada nas aulas práticas. - Aplicação da metodologia do Kung FU a partir das experiências dos alunos, registrando e os organizando os dados. - Avaliando desempenhos conforme dados coletados 	<p>7 aulas semanais de 50 minutos sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>ESTIMULAR SENTIDOS COGNITIVOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica correlacionando as informações as situações pedagógicas. - Leitura, organização e fichamento do material para a construção da proposta didática a ser aplicada nas aulas práticas. - Aplicação da metodologia do Kung FU a partir das experiências dos alunos, registrando e os organizando os dados. - Avaliando desempenhos conforme dados coletados 	<p>7 aulas semanais de 50 minutos sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>
<p>APRIMORAR A MOTRICIDADE</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica correlacionando as informações as situações pedagógicas. - Leitura, organização e fichamento do material para a construção da proposta didática a ser aplicada nas aulas práticas. - Aplicação da metodologia do Kung FU a partir das experiências dos alunos, registrando e os organizando os dados. - Avaliando desempenhos conforme dados coletados 	<p>7 aulas semanais de 50 minutos sendo uma hora aula pertinente ao horário de formação de hábitos individuais e sociais (atividade extra).</p> <p>OBS.: A carga horária desse objetivo poderá ser estendida conforme desenvolvimento dos alunos.</p>

METODOLOGIA

A metodologia do projeto será desenvolvida através de aulas de kung Fu que oferecem reflexões, meditações e rotinas físicas a serem desempenhadas pelos alunos que pretendem alcançar maior desenvolvimento pedagógico escolar.

Os alunos participarão das aulas teóricas, representativas, demonstrativas e práticas onde as pesquisas bibliográficas e documentais serão o alicerce para o desenvolvimento dos mesmos. Em tempos de pandemia todas as atividades serão propostas por meio virtual, através de plataforma de sala de aula disponibilizada pela SEDF.

Atividades a serem propostas:

<ul style="list-style-type: none">☐ Aula expositiva☐ Aula demonstrativa☐ Aulas orientadas☐ Discussão e debates☐ Resumos☐ Dramatização☐ Ensino híbrido☐ Ensino com pesquisa☐ Estudo de caso☐ Estudo de texto☐ Estudo dirigido☐ Estudo do meio☐ Filmes e vídeos	<ul style="list-style-type: none">☐ Fórum☐ Grupo de verbalização e de observação☐ Laboratório☐ Atividades por meios digitais☐ Mapa conceitual☐ Oficina- Painel☐ Portfólio☐ Realização de exercícios☐ Seminário☐ Simpósio-Solução de problemas
---	--

ESPAÇOS

O desenvolvimento do projeto de Kung Fu se dará em sala adaptada com tatame ou colchonetes e espaços ao ar livre como pátios, quadras ou ambientes comuns da comunidade escolar.

RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

- ☒ Colchonetes
- ☒ capacetes
- ☒ pares de luvas
- ☒ Almofadas de chute
- ☒ Saco de pancada
- ☒ Textos
- ☒ Tatame para cobertura de espaço escolar adaptado a prática.
- ☒ Sala adaptada a prática esportiva.

Obs: todos materiais citados são específicos da modalidade Kung Fu.

CULMINÂNCIA ou PRODUTO FINAL

- ☒ Postagem de webfólio das atividades desenvolvidas e resultados alcançados.
- ☒ Exposição virtual de evoluções de performace por meio de fotos e vídeos.
- ☒ Postagem de dissertação de depoimento sobre os benefícios adquiridos pelosalunos com a prática do Kung Fu.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

A avaliação será feita através de registro de fotos, vídeos e diários reflexivos os quais serão analisados detalhadamente (avaliação) , no futuro, comparadas com os comportamentosanteriores dos respectivos alunos.

Os dados obtidos serão trabalhados e transformados em meios didáticos apropriados ao uso para alunos com problemas de indisciplina pedagógica e comportamental. O método didático (a formular) será aplicado em uma amostra (estudo de caso: alunos) indicado pela coordenação pedagógica da Escola.

PARCERIAS e COLABORADORES

Sebrae.

EVENTOS

Apresentação de performaces do Kung Fu para comunidade escolar ao fim de cadasemestre.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, William. Breve história do kung fu. São Paulo: Madras, 2011. BEE, Helen. O ciclo vital. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.
- DEMASCO, Steve. O sucesso de um mestre shaolin: dicas para você viver feliz. São Paulo: Cultrix, 2007.
- IMAMURA, Léo. VingTsunBiuJe. São Paulo: Biopress, 1994.
- LIMA, L. M. S. O Tao da educação: a filosofia oriental na escola ocidental. São Paulo: Ágora, 2000.
- MOCARZEL, R. C. S. Artes marciais e jovens: violência ou valores educacionais? Um estudo de caso de um estilo de Kung-Fu. (Mestrado em Ciências da Atividade Física). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2011. 108 f.
- MURAD, M. Sociologia e educação física: diálogos, linguagens do corpo, esportes. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- PANTALEÃO, Luiz. MoyYatVingTsun: A magia. São Paulo: Editores Fiuza, 2004. PAPALIA, Diane E. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PARULSKI, George, R., Jr. Os segredos do kung fu. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- REID, Howard & CROUCHER, Michael. O caminho do guerreiro: o paradoxo das artes marciais. São Paulo: Editora Cultrix, 1983. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla.
- Severino, Antônio Joaquim, Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000
- TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. São Paulo: Gente, 1996

DORNELLAS, D. Jr. Treinamento de Karate para crianças de 5 a 7 anos. Monografia apresentada à faculdade de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas-SP. 2004.

OBSERVAÇÕES

Todo o projeto está vinculado a participação assídua dos alunos, a disponibilização de recursos materiais e virtuais além da adequação do espaço ao mesmo.

IDENTIFICAÇÃO
TÍTULO DO PROJETO: Educação Financeira
NOME FANTASIA DO PROJETO: Educação Financeira
ÁREAS DO CONHECIMENTO INTEGRADAS NO PROJETO: <input type="checkbox"/> Linguagens e suas tecnologias(X <input type="checkbox"/> Matemática e suas tecnologias <input type="checkbox"/> Ciências da natureza e suas tecnologias(<input type="checkbox"/> Ciências humanas e sociais aplicadas
EIXOS ESTRUTURANTES INTEGRADOS NO PROJETO: <input checked="" type="checkbox"/> Investigação Científica(<input checked="" type="checkbox"/> Processos Criativos <input checked="" type="checkbox"/> Mediação e Intervenção Sociocultural(X <input type="checkbox"/> Empreendedorismo

TIPO DE PROJETO PEDAGÓGICO:		
<input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Língua Portuguesa(X <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico de Matemática <input type="checkbox"/> Projeto de Vida <input type="checkbox"/> Projeto Pedagógico Temático		
SEMESTRE / ANO: 1º e 2º Semestre de 2022	CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 h / 20 h	ANOS ou SEMESTRES DATURMA: 1º, 2º e 3º Anos do EM.
TURNO: Matutino (1ºG, 2ºJ e 3ºJ) Vespertino (1ºA, 2ºA e 3ºA)	PROFESSOR: <u>Me. Tharley Passos Maciel</u>	
UNIDADE ESCOLAR: Centro de Ensino Médio 01 de Planaltina DF		

JUSTIFICATIVA
<p>Este projeto se justifica na falta de controle financeiro observado nas famílias brasileiras, o que refletiu de alguma forma em sala de aula, através de comentários relativos à condição financeira familiar e ao consumo não adequado. Percebe-se a necessidade de desenvolver um trabalho que utilize o espaço escolar para discussões e aprendizado, necessários ao educando, de forma que possa auxiliar também na economia doméstica.</p> <p>A educação financeira no contexto do orçamento doméstico pode trazer inúmeros benefícios para toda a família, uma vez que, através do planejamento, pode-se poupar mais e saber exatamente onde investir.</p> <p>O governo brasileiro e o Ministério da Educação (MEC) já se atentaram na importância de proporcionar formas de obtenção de conhecimento acerca das finanças na vida dos educandos, aprovando em 2018, a inclusão da educação financeira como uma disciplina obrigatória entre os componentes curriculares de todas as escolas no nosso país.</p> <p>Portanto, a educação financeira é um meio pelo qual se pretende disseminar o conhecimento para gerir recursos pessoais, podendo aplicá-lo no cotidiano, melhorando a distribuição de receitas e podendo despertar um melhor gerenciamento de despesas.</p>

OBJETIVO GERAL
<p>O projeto tem como objetivo despertar no aluno o interesse sobre temas relevantes à educação financeira e a importância desses conhecimentos para a organização e execução de um planejamento financeiro doméstico. Além de contribuir para o planejamento financeiro das famílias, criando uma mentalidade adequada e saudável sobre dinheiro, bem como fortalecendo ações para a autodisciplina no controle do orçamento doméstico e para a liberdade financeira.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none"> ☐ Inserir a participação de alunos do Ensino Médio na vida financeira doméstica; ☐ Utilizar o espaço escolar para adquirir hábitos econômicos, de modo que possam auxiliar e estimular os pais a terem um consumo mais consciente e equilibrado; ☐ Incluir o orçamento doméstico como parte das atividades desenvolvidas dentro dos conteúdos programados da Matemática; ☐ Planejar como controlar os gastos; ☐ Construir e analisar planilhas; ☐ Proporcionar momentos de discussão sobre consumo consciente; ☐ Trabalhar conteúdos matemáticos como ferramenta didática imprescindível no controle econômico familiar.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (para validação e registro de frequência)
<p>Compreender os conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas que permitam a eles desenvolver estudos posteriores e adquirir uma formação científica geral.</p>	<p>Analisar e aprofundar conceitos pertinentes a Educação Financeira. Compreender a relação cotidiana das pessoas com os seus recursos financeiros e fazer escolhas cada vez mais conscientes.</p>	<p>Todas as atividades são propostas semanalmente, com carga horária definida de três horas semanais para cada turma mais três horas de formação de hábitos, destinada a várias atividades e temas elaborados pelos professores, totalizando 240 horas anuais de regência.</p>

<p>Analisar e valorizar informações provenientes de diferentes fontes, utilizando ferramentas matemáticas para formar uma opinião própria que lhe permita expressar-se criticamente sobre problemas da Matemática, de outras áreas do conhecimento e da atualidade.</p>	<p>Reconhecer o orçamento como ferramenta para a compreensão dos próprios hábitos de consumo; Aplicar os conceitos de receitas e despesas na elaboração do orçamento, para torná-lo superavitário. Entender as vantagens e as desvantagens do uso do crédito e a importância de fazer a escolha adequada entre as modalidades disponíveis, considerando o seu custo.</p>	<p>Todas as atividades são propostas semanalmente, com carga horária definida de três horas semanais para cada turma mais três horas de formação de hábitos, destinada a várias atividades e temas elaborados pelos professores, totalizando 240 horas anuais de regência.</p>
<p>Desenvolver capacidades de raciocínio e resolução de problemas, de comunicação, bem como o espírito crítico e criativo.</p>	<p>Entender as vantagens e as dificuldades de planejar o consumo. Conhecer as estratégias e as técnicas de vendas utilizadas pelos comerciantes para conquistar o consumidor, e as atitudes que podem ser adotadas pelo consumidor para evitar o consumo por impulso. Promover o consumo consciente com práticas sustentáveis, inclusive no que se refere ao uso e conservação do dinheiro. Explorar jogos que abordem a educação financeira.</p>	<p>Todas as atividades são propostas semanalmente, com carga horária definida de três horas semanais para cada turma mais três horas de formação de hábitos, destinada a várias atividades e temas elaborados pelos professores, totalizando 240 horas anuais de regência.</p>
<p>Utilizar com confiança procedimentos de resolução de problemas para desenvolver a compreensão de conceitos matemáticos.</p>	<p>Fazer uso da Matemática Financeira (porcentagem, juros simples e compostos) para entender as melhores aplicações e investimentos, compreendendo as exigências do mercado financeiro.</p>	<p>Todas as atividades são propostas semanalmente, com carga horária definida de três horas semanais para cada turma mais três horas de formação de hábitos, destinada a várias atividades e temas elaborados pelos professores, totalizando 240 horas anuais de regência.</p>

<p>Interagir virtualmente usando recursos tecnológicos, ampliando seu conhecimento no uso de ferramentas, programas e aplicativos educacionais.</p>	<p>Aprender a utilizar comandos básicos do Excel na confecção de planilhas. Interagir com sites para desenvolver e adquirir conhecimentos sobre aplicações, investimento e a própria educação financeira.</p>	<p>Todas as atividades são propostas semanalmente, com carga horária definida de três horas semanais para cada turma mais três horas de formação de hábitos, destinada a várias atividades e temas elaborados pelos professores, totalizando 240 horas anuais de regência.</p>
---	---	--

METODOLOGIA

- ✓ Conteúdo expositivo dos conceitos de educação financeira;
- ✓ Construção de orçamentos fictícios em planilhas com o objetivo de ensinar os alunos a desenvolver o orçamento pessoal e familiar;
- ✓ Construção de orçamentos para gerenciamento de pagamento cotidianos, dívidas e investimentos;
- ✓ Material sobre Educação financeira para ser estudado.

ESPAÇOS

Os espaços utilizados no desenvolvimento do projeto é o laboratório de Física e Matemática, além dos espaços da própria escola, como o refeitório e a sala do teatro, onde serão desenvolvidas as atividades de Formação de Hábito, faremos uso também do laboratório de Informática, em que os estudantes aprenderão a usar softwares como o excel, e programas de simulação.

RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

- ✓ DataShow;
- ✓ Lousa e pinceis;
- ✓ Celulares;
- ✓ Apostilas e sites.
- ✓ Jogos: Monopoly (Banco Imobiliário); Jogo da Vida; Parque do Tempo; Renda Passiva.

CULMINÂNCIA ou PRODUTO FINAL

Ao término do projeto, espera-se que o educando adquira o conhecimento necessário para sua autonomia e autogestão financeira e que o mesmo adquira conhecimento sobre as aplicações e investimentos.

Como produto final, o estudante criará uma planilha de controle financeiro, participará de simulações de investimentos e aplicações, analisando e comparando os seus resultados com os demais colegas.

Pretende-se também preparar os educandos para que estes possam argumentar e debater assuntos relacionados à Educação Financeira e expor suas conclusões decorrente da participação e desenvolvimento das atividades do projeto.

Juntamente com a culminância do projeto “Aprender a Empreender” (da prof. Cordelha), os acadêmicos farão uso de tudo que aprendeu para realizar transações nas lojinhas e bazares que serão desenvolvidos ao longo dos projetos EMTI.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

Avaliar a variedade e a qualidade das manifestações do aluno durante a realização das atividades em termos de postura em relação aos colegas e ao professor, bem como sua capacidade de organizá-las em categorias em função de suas características; avaliar também seu envolvimento e sua compreensão acerca dos procedimentos e o uso correto de conceitos envolvidos nas atividades fazendo uso da linguagem culta e científica nas respostas às questões contidas no roteiro e na elaboração de sínteses de observações, análises e soluções; avaliar a execução das experiências propostas no roteiro, bem como a apresentação e a interpretação dos resultados experimentais.

PARCERIAS e COLABORADORES

DETRAN – Cidadania no Trânsito.

SEBRAE - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

REFERÊNCIAS

Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. (Disponível em www.bcb.gov.br).

BUAES, Caroline Stumpf. **Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. 87 p.

Caixa Econômica Federal. **Educação financeira** / Caixa Econômica Federal. - Brasília: CAIXA, 2009. 20 p. (Educação Financeira; v. 1).

Curso: Educação financeira pessoal (Apostila) – Banco de Brasília (Escola de Governo do Distrito Federal). www.egov.df.gov.br (acessado em 12 de fevereiro de 2022).

Apostila EAD BRB – Curso de Educação Financeira – Módulo Básico (07/2015).

Cartilha de Educação Financeira – Projeto Microcrédito e Educação Financeira da OUPS! – Organização Universitária de Apoio às Entidades Públicas-Sociais, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – UFJF. Orientador: Fabrício Soares. Equipe: Elin Moon, Lenice Câmara, Rafaela Doro e Wandy Nara. Juiz de Fora, 2019.

Projeto Educação Financeira. Instituto Cooperforte. Fundação Banco do Brasil. Master. Educar

BM&FBOVESPA. Instituto Educacional.

Calculadora do Cidadão: <https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/calculadoracidadao> Aplicativo: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.bcb.mobile.android.calculadoracidadao>

Websérie R\$100Neuras: <https://www.youtube.com/watch?v=33Qfwl0f-fQ&t=1s>

https://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa/?doing_wp_cron=1644706347.0937540531158447265625

<https://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/Paginas/default.aspx>

<https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>

Simulador de Investimento em Reda Fixa 2022.

<https://www.mobills.com.br/calculadoras/simulador-de-investimento/>

Simulador de Investimentos da Monetus.

<https://monetus.com.br/> Simulador do Tesouro Direto.

<https://www.tesourodireto.com.br/simulador/> Simulador TradeMap.

<https://trademap.com.br/> <https://pt.khanacademy.org/>

Plano de Trabalho Pedagógico

IDENTIFICAÇÃO TÍTULO DO PROJETO:

Preparação para vestibulares, PAS, concursos de redação e mercado de trabalho

NOME FANTASIA DO PROJETO:

Ler e escrever abre portas

ÁREAS DO CONHECIMENTO INTEGRADAS NO PROJETO:

Linguagens e suas tecnologias

O projeto visa desenvolver a capacidade leitora e escritora dos alunos, capacitando-os para enfrentar as mais diversas esferas em que esses conhecimentos forem postos à prova. Para atingir esse objetivo, os alunos serão levados a refletir sobre as diversas áreas do conhecimento para elaborar e defender pontos de vistas e justificar a escolha por determinado item em uma prova de múltipla escolha

EIXOS ESTRUTURANTES INTEGRADOS NO PROJETO:

Investigação Científica

Processos Criativos

Mediação e Intervenção Sociocultural

Empreendedorismo .

No intuito de preparar o aluno para enfrentar as provas objetivas e, principalmente, as produções textuais, necessário se faz desenvolver o senso crítico por meio do conhecimento da realidade social presente, do processo histórico que formou e transformou as gerações e das diferentes ideias que explicam toda essa mudança. Só assim o aluno se torna capaz de usar, com criatividade, a linguagem para interagir de forma produtiva e consciente no mundo que o cerca, propondo intervenções fundamentadas na ciência e na lógica sem deixar de levar em conta a empatia.

JUSTIFICATIVA

É muito comum ouvir dos alunos: “porque tenho que estudar essa matéria?” ou “quando vou usar isso na minha vida, professor?” De tanto ouvir essas indagações surgiu a necessidade da formulação de um currículo que contenha temas relacionados às atividades escolares e universitárias, preparação para provas de concursos e vestibulares, aumento da percepção de leitura e análise de textos, preparação para o mercado de trabalho e valorização do trabalho em grupo. A prática da cidadania, pelo exercício da participação em projetos coletivos, melhora a autoestima e isto traz reflexo imediato na Qualidade de Vida, com importante retorno qualitativo para as organizações. Por outro lado, a criatividade e o gosto estético, é algo que se aprende e se desenvolve.

A escola deve preparar os alunos para uma vida de sucesso na sociedade; por isso, negar aos alunos a habilidade de poder escrever bem, é reduzir a possibilidade de, por meio da comunicação escrita, promover as melhores e maiores oportunidades de se destacarem ou empreenderem positivamente quando o assunto é conquistar um bom emprego, ser aprovado em concurso público, em vestibular, ser promovido profissionalmente, obter boa nota no PAS, etc. Nesse contexto, um bom redator tem maiores e melhores oportunidades de alcançar sucessos na sociedade moderna. Por assim dizer, o professor de redação muito colabora para que essa possibilidade possa ser potencializada. Aliada a Gramática e à Literatura, com abordagens interdisciplinares, a Redação é uma das maiores fontes de comunicação e sucesso.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver a capacidade leitora e escritora nos estudantes, capacitando-os a atuarem nas mais diversas esferas sociais com desenvoltura.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA (para validação e registro de frequência)
Criticar e argumentar a partir da leitura de textos verbais e não verbais (imagens, gravuras, quadrinhos, charges);	Carta argumentativa; Charges.	10 horas / aula
Executar os diversos tipos de provas cobrados nos principais vestibulares, concursos e PAS; Desenvolver uma visão lógica na execução de questões de prova buscando, na interpretação dos comandos e textos, os caminhos para a resposta correta;	Provas antigas do: PAS; ENEM; Vestibulares; Concursos antigos.	15 horas / aula

Desenvolver o apreço pela linguagem poética; Conhecer o universo abrangido pelas obras do PAS.	Leitura e interpretação de poemas de Gregório de Matos, Carlos Drummond de Andrade, Augusto dos Anjos e Álvares de Azevedo; Leitura e interpretação de obras do PAS;	15 horas / aula
Desenvolver a capacidade escritora;	Discussão de temas sociais; Elaboração de textos dissertativo-argumentativos.	15 horas / aula
Facilidade de produzir trabalhos acadêmicos seguindo as normas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);	Elaboração e apresentação de pesquisa sobre temas atuais.	4 horas / aula
Desenvolver técnicas de oratória e apresentação em público;	Discussão de temas atuais	6 horas / aula
Capacidade de trabalhar em grupos com foco em organização de tarefas e espírito de equipe;	Elaboração de jornal escolar	15 horas / aula

METODOLOGIA

Produção de texto para concursos literários – será apresentado o regulamento dos concursos literários abertos e o modo de produzir os textos pedidos.

Escuta e interpretação de músicas – haverá a escuta de músicas de variados ritmos e sua interpretação.

Tipos de Questões de Prova – nesse tópico buscaremos apresentar o modelo de prova da escola.

Apresentação de Seminários e Discussão de temas – nesse momento os alunos buscarão temas para serem discutidos e apresentados em forma de seminário.

Leitura de obras do PAS – ler e escrever serão a tônica desse projeto, principalmente a leitura e a escrita voltada para o PAS.

Normas para produção de trabalhos acadêmicos – apresentar um trabalho de qualidade aos professores requer conhecimentos de normas muitas vezes ainda não ensinadas aos alunos. Portanto nesse tópico será apresentado as normas a serem seguidas

Sarau- não poderá ficar de fora o despertar para a estética literária, assim a realização de uma apresentação artística envolvendo variados tipos de arte será desenvolvida nesse momento.

Oficinas sobre tipos de questões do PAS –serão apresentados os tipos de questões envolvidas no PAS.

Resolução de questões do PAS - serão apresentadas questões, bem como sua resolução para a devida preparação do jovem para enfrentar a prova.

Elaboração de um livro com as melhores produções - será elaborado um livro com as produções dos alunos durante o ano.

jornal na escola sendo atribuído a cada grupo a responsabilidade de determinada parte do noticiário.

Para a execução do projeto, será usado, no momento oportuno, as seguintes estratégias:

- Aula expositiva dialogada;
- Discussão e debates;
- Dissertação ou resumos;
- Dramatização;
- Estudo de texto;
- Exposições, excursões e visitas;
- Filmes, vídeos e músicas;

ESPAÇOS

Sala de aula, os vários ambientes da escola como o refeitório, o pátio, a sombra das árvores, a biblioteca e o ambiente virtual.

RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

- Quadro branco;
- Datashow;
- Caixa de música;
- Computadores;
- Impressora;
- Google meet;
- Cineclube da escola.

CULMINÂNCIA ou PRODUTO FINAL

Os trabalhos produzidos serão expostos em dia agendado junto à direção da escola para os meses de outubro ou novembro

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

Com a aplicação do Projeto, alcançar a maior participação e integração dos alunos nas aulas, pois se trabalhará o tema central levando-se em conta muitos aspectos da realidade-a história, as artes, as ciências e a expressão das ideias e dos sentimentos através da leitura e da escrita da língua falada articulando-os com a totalidade- sua fala, seu movimento, sua cultura, sua afetividade, etc. Desta forma o conhecimento passa a ser visto como algo que é construído e reconstruído por meio de fatores criativos e dinâmicos de todos os participantes. Por conseguinte, a interdisciplinaridade em conjugação com

PARCERIAS e COLABORADORES

- Museus;
- Universidades;
- Estagiários nas áreas de Letras e Música.

EVENTOS

- Concurso de redação de cartas dos Correios;
- Feira das profissões abertas em algumas universidades;
- Passeio cultural pelo Plano Piloto;
- Concursos culturais que surgirem ao longo do ano.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, J. L.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. **A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. Educação e sociedade.** v. 21, n. 70, Campinas, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a05v2170.pdf>

BAKHTIN, Mikail. **Estética da Criação Verbal.** Martins Fontes: SP, 2003.

CRISTÓVÃO, V.L.L.; NASCIMENTO, E.L. **Gêneros Textuais e ensino: contribuições do interacionismo sócio-discursivo.** In KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino.** 2ª ed. Lucerna: Rio de Janeiro, 2006.

MATÊNCIO, M.L. M; **Leitura, produção de textos e a escola: Reflexões sobre o processo de letramento.** Campinas. São Paulo, Mercado de letras, 2000.

Parâmetros curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. Brasília. MEC/SEF. 1997.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim **Os gêneros escolares: Das práticas de linguagem aos objetos de ensino.** Revista Brasileira de Educação, nº11. 5-17. 1999.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim, **Gêneros orais e escritos na escola,** tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004

Robótica e Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

A robótica vem alcançando um desenvolvimento sem precedentes no cotidiano do homem moderno, isso se deve em grande parte a procurar incessante da humanidade em tornar tarefas repetitivas em algo rápido e feito com precisão. O mundo moderno globalizado exige que o aluno/aluna do futuro seja um ser que saiba manipular uma gama de informações e por isso que a inteligência artificial surge como solução para organizar e agilizar as manipulações de novas tecnologias. Além disso, aprender robótica como disciplina do conteúdo de uma Escola Integral prepara o educando para um leque de possibilidade, inclusive apreendendo uma linguagem de programação que alia software e hardware. Então, nesse projeto será usado o ARDUINO como ferramenta de trabalho para construções de projetos que irão fornecer ao educando um mundo novo de sistemas embarcados e contato com uma tecnologia amplamente utilizadas em países desenvolvidos.

2. PROBLEMA DO PROJETO

Nosso projeto de robótica para Escola Integral terá três vertentes: Ensinar robótica e uma linguagem, no caso a C, e também a construção de dois produtos finais, um robô bombeiro equipado com um sistema embarcado equipados com sensores que tem a finalidade de apagar pequenos incêndios e uma cadeira elétrica para cadeirantes via rádio e embarcada com sensores.

3. OBJETIVOS

O Ensino de Robótica e Inteligência Artificial para alunos e alunas da Integral tem como objetivo despertar nesses jovens o interesse por novas tecnologias e também compreender a utilizar na prática conhecimentos do currículo regular de matemática, física, química e biologia, dessa forma amplia seus conhecimentos teóricos quando colocado em prática. Além disso, o ensino de robóticas estila o trabalho em equipe, procura novos líderes e ajuda no desenvolvimento do educando como ser pensante e empreendedor. O ensino de robótica como aliado de uma educação complementar, como a do ensino integral, ajuda de forma lúdica a formação do educando, pois ao fazer projetos de robótica o mesmo se sente útil para a sociedade.

3. JUSTIFICATIVA

A escola integral tem como principal objetivo oferecer ao educando uma carga horária maior de conteúdos e complementar os conhecimentos de forma lúdica em horário de contra turno. Devido a isso, se propõem nesse projeto o estudo de robótica e inteligência artificial. O motivo de dar pela disseminação de dispositivos robóticos e a sua utilização como ferramenta do ensino/aprendizagem de conceitos aplicados a física, matemática e de raciocínio lógico faz com esse conteúdo seja importante no auxílio no desenvolvimento intelectual do educando. Também, fortalece o trabalho em equipe devido à diversidade de projetos que possibilitam a interação de busca de soluções em conjunto.

O uso de computadores em sala de aula brasileira se deu na década de 90 com a distribuição de computadores nas escolas públicas e posteriormente com a disseminação de internet que possibilitou a muitas escolas o acesso as novas tecnologias. No entanto, o ensino de robótica começou a ser projetado nacionalmente pela OBR, Olimpíadas brasileira de Robótica, mas devido a dificuldades financeiras e pessoal de qualificação técnica o ensino de robótica caminha em passos lentos. Todavia para sanar essas dificuldades podemos utilizar a plataforma arduino e materiais caseiros e fazer um projeto que possa ensinar o educando uma introdução na linguagem de programação em C e partir para novos projetos.

6. METODOLOGIA

O projeto com dois kits de experimentos que possibilitam a feitura de 80 experimentos ficarão a disposição para desencadear dois projetos que serão avaliados em circuitos de ciências e amostra em escola de planaltina como forma de divulgação científica.

7. CRONOGRAMA

O cronograma do projeto será dada por tarefas de experimentos em computadores por experimentos simples até aos complexos como forma de abrir caminho para a compreensão da linguagem de programação C e uma introdução a eletrônica analógica e digital.

8. ORÇAMENTO

Para o bom andamento do projeto são necessários os seguintes

materiais

- 1- 10(dez) multímetro digital
- 2- 10(dez) alicates de corte
- 3- 2 (dois)alicates comuns
- 4- 10 (dez) chaves de fenda
- 5- 10 computadores
- 6- 1 projetor
- 7- 1 serra tico tico
- 8- 1 esmilhadeira
- 9- 1 parafusadeira
- 10-10 kits da robocore V8 e V4

(<https://www.robocore.net/loja/kits/arduino-kit-iniciante/blackboard-uno-r3>)

- 11-10 fita isolante
- 12-20 baterias de 9 volts
- 13-2 baterias de 12 vols de 7Ah
- 14-10 protoboard
- 15- 40 metros de cabo de rede
- 16-4 motores de vidro elétrico
- 17-4 motores de para-brisa de carro
- 18-10 ferro de solda
- 19-1kg de solda para circuitos elétricos
- 20-2 sugadores de solda

9. BIBLIOGRAFIA

CRAIG, John J. Introduction to Robotics: mechanics and control
Reading(Massachusetts, USA): Addison Wesley Longman,
2nd Edition, 1986.

NUSSENZVEIG, H. M., Curso de física Básica (1-Mecânica) São Paulo (SP):
EditoraEdgard-Blücher LTDA, 1981.

PAZOS, Fernando Automação de Sistemas e Robótica Rio de Janeiro (RJ): Axcel
Booksdo Brasil Editora, 2002.

RINALDI, Roberto Turbo Pascal 7.0: Comandos e Funções São Paulo: Editora Érica,
2003.

PROJETO INTERVENTIVO

Os estudantes aprendem em ritmos diferentes e nem sempre todos os alunos apresentam o mesmo desempenho quando o ensino não é personalizado. O **desnível de conhecimento** pode significar problemas de aprendizagem, e nesse cenário, intervenções pedagógicas podem ser necessárias.

Uma **intervenção pedagógica** acontece quando se observa dificuldades que atrapalham o desenvolvimento no aprendizado dos alunos. Conduzida pelo professor, essa interferência tem o objetivo de ajudar os estudantes a aprender e superar os desafios.

Não existem fórmulas prontas para ações de intervenção pedagógica, elas devem levar em conta as características individuais de cada aluno, além do contexto e da realidade do estudante.

Alguns procedimentos podem ajudar a encontrar as ações de intervenção pedagógica mais adequadas para os seus alunos. Neste artigo, vamos conhecer algumas delas e entender melhor como elas funcionam.

O que é uma intervenção pedagógica?

A intervenção pedagógica acontece quando o professor ou psicopedagogo precisa interferir no processo de desenvolvimento de um aluno que apresenta problemas de aprendizagem.

Essa interferência acontece através de estratégias e abordagens educacionais que possibilitem ao aluno absorver o conhecimento de forma diferenciada.

Uma ação de intervenção pedagógica tem o objetivo de:

Melhorar o engajamento dos estudantes

Aproximar a família da escola

Aumentar o desempenho dos alunos

Facilitar os processos dos professores

Reduzir desníveis de conhecimento

Nossas propostas de ações de intervenção pedagógica

As ações de intervenção pedagógicas são indicadas para situações em que os estudantes apresentem **dificuldades de aprendizagem**.

As ações devem acontecer a partir do momento em que o professor identifica a dificuldade, evitando que o problema seja amplificado e comprometa o desenvolvimento do aluno.

Cada segmento da educação básica apresenta desafios que devem ser observados e que podem indicar a necessidade de interferências psicopedagógicas.

O planejamento de intervenções pedagógicas deve vir acompanhado de diagnósticos levantados por **avaliações** com os alunos.

A intervenção pedagógica no ensino remoto

Os desafios do **ensino remoto emergencial** aumentaram a necessidade de ações de intervenção pedagógica nas escolas.

Longe do ambiente controlado da sala de aula, a dificuldade de concentração e de absorção do conhecimento aumentou, o que resultou, entre outros reflexos, em dificuldades de interação e resultados muito abaixo da média.

Selecionamos algumas propostas de intervenção pedagógica que lançaremos mãos no II Semestre letivo, em especial nas turmas do NEM (1ª série).

Exemplos de intervenção pedagógica

Após identificar as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos, é importante conhecer as ações de intervenção pedagógica.

1 – Aulas de revisão

As **aulas de revisão** são o modelo de intervenção pedagógica mais conhecido e aplicado. O objetivo das aulas é atender os conteúdos e temáticas que os alunos têm mais dificuldade.

É importante que o professor busque abordagens diferentes para ensinar o assunto. Dessa forma, a revisão pode apresentar resultados interessantes para os alunos que não aprenderam de primeira.

O mais difícil dessa abordagem é priorizar as principais dificuldades dos alunos, por isso o TutorMundi oferece relatórios completos, identificando as maiores dúvidas dos alunos **por matéria, conteúdo, turma** e até mesmo **individualmente**.

Em aulas remotas, a utilização de **vídeos** é uma ótima alternativa de trazer novos elementos para apresentar o conteúdo para os alunos, com o auxílio de recursos visuais e sonoros.

2 – Plantão de dúvidas

O **plantão de dúvidas** é uma ferramenta muito útil para ações de intervenção pedagógica. Em um espaço dedicado para atendimento individual, os estudantes podem tirar dúvidas com professores ou tutores sobre uma matéria ou exercícios específicos.

O plantão ajuda no desenvolvimento de uma rotina de estudo dos estudantes, e o ideal é que ele acompanhe todo o ano letivo, não se restringindo ao suporte para as avaliações.

A atividade pode ser realizada tanto em encontros presenciais, com salas de aula ou espaços reservados na escola, ou através de ferramentas virtuais.

Saiba como montar um plantão de dúvidas na sua escola neste **artigo completo** sobre o tema.

3 – Microlearning

O **microlearning**, ou micro aprendizado, é uma estratégia de ensino que utiliza pequenas doses de conteúdo para ensinar. A abordagem é muito comum em aplicativos para smartphone, como o **Duolingo**, que ensina línguas através de pequenas lições.

A micro aprendizagem pode ser uma alternativa de intervenção pedagógica, pois melhora a retenção do aprendizado, aumenta o engajamento dos alunos e facilita a memorização de conceitos.

As escolas podem utilizar microlearning em suas aulas em atividades que durem em média 5 minutos para serem concluídas, e também é importante que a micro aprendizagem seja utilizada como parte do aprendizado, e não como única ferramenta de ensino.

4 – Grupos de estudo

Como exemplifica a famosa **pirâmide do aprendizado de William Glasser**, nós aprendemos mais e melhor quando conversamos sobre o que estamos estudando e principalmente quando ensinamos aos outros.

Como proposta de intervenção pedagógica, os **grupos de estudo** permitem explorar ao máximo a capacidade de aprendizagem dos alunos, ao colocá-los em postura ativa na construção do conhecimento com seus pares.

Os grupos de estudo colocam o estudante no protagonismo, o que permite que o conteúdo seja absorvido de forma mais leve e simplificada, compatível com a linguagem do aluno.

Em atividades em grupos, o professor assume o papel de mediador, intervindo com orientações e organizando a turma para obter melhores resultados.

BIBLIOTECA ESCOLAR

A democratização do acesso às fontes de informação; o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores; e o apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor são os principais objetivos dos programas do FNDE. Por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência e outros materiais relativos ao

currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, o Ministério da Educação apoia o cidadão no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica.

Contamos ainda com aquisições literárias e de cunho técnico, ou seja, livros específicos para o EM, a partir de participações regulamentadas pela SEEDF, em Feira de Livros e Bienal do Livro.

OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA

- **NACIONAL: OBMEP**
- **LOCAL: OMDF**

Competição organizada pela SBM - Sociedade Brasileira de Matemática em cooperação com o IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada, é aberta a todos os estudantes dos Ensinos Fundamental (a partir da 5ª série), Médio e Universitário das escolas públicas e privadas de todo o Brasil

Foi idealizada com o objetivo de empregar competições matemáticas como veículos para a melhoria do ensino de matemática no país e contribuir para a descoberta precoce de talentos para as Ciências em geral.

Incentiva também o aperfeiçoamento de professores em regência e contribui para a sua valorização profissional. Além disso, contribui para a integração entre instituições educacionais, universidades federais, institutos de pesquisa e sociedades científicas.

OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA - ESCRREVENDO O FUTURO

Esta U.E. está inscrita na **Olimpíada de Língua Portuguesa**, realizada pelo Ministério da Educação, desenvolve ações de formação de professores, com o objetivo de contribuir para ampliação do conhecimento e aprimoramento do ensino da escrita. Uma das estratégias é a realização de um concurso de produção de textos que premia poemas, memórias literárias, crônicas e artigos de opinião elaborados por alunos de escolas públicas de todo o país.

SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA A VIDA

De acordo com o calendário oficial da SEEDF.

[javascript:window.print\(\);](#)

PDAF - Programa de Descentralização Administrativa e Financeira

Implantado pela SEDF por meio do Decreto nº 28.513, de 6 de dezembro de 2007, posteriormente alterado pelo Decreto nº 29.200, de 25 de junho de 2008, tem por objetivo principal oferecer autonomia gerencial às escolas e DREs - Diretorias Regionais de Ensino, possibilitando-lhes efetivas condições para colocar em prática seus projetos pedagógico-administrativo-financeiros.

PORTARIA N° 31, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018. Fixa os valores da cota anual de recursos para despesas de custeio, do exercício de 2018, a serem descentralizados às Unidades Executoras (UEs) apoiadoras das Unidades Escolares (UEs) e das Coordenações Regionais de Ensino (CREs) da rede pública de ensino do Distrito Federal, no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) e define a base de cálculo e critérios para o repasse, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Ações prioritárias serão elencadas de acordo com a necessidade da comunidade escolar (ex.: melhoria dos banheiros, refeitório, colocação de câmeras, inovações pedagógicas etc) e obedece as leis vigentes.

PDDE

O **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**, criado no ano de 1995, também conhecido pelas entidades participantes como **PDDE Básico**, atualmente é regido pela **Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Ela dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

O PDDE possui **caráter suplementar** e consiste na **destinação anual** de recursos financeiros, repassados em **duas parcelas** às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

1. o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
2. a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
3. o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

AVALIAÇÕES GOVERNAMENTAIS E/OU INSTITUCIONAIS

Acompanhamento pedagógico, divulgação e ampliação de ações facilitadoras para obtenção de elevação dos índices de avaliação mediante a melhoria da aprendizagem:

Obedecemos a calendário e aplicação definidas oficialmente pelo MEC. São avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Inep/MEC, que objetivam avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

- **ENEM**

O Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais.

A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

O exame será composto por testes em quatro áreas de conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias (incluindo redação); ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias e matemáticas e suas tecnologias. A redação deverá ser feita em língua portuguesa e estruturada na forma de texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política.

Este será o foco para o planejamento pedagógico do Ensino Médio Regular Diurno. Este será um ponto de incentivo aos alunos da EJA.

- PAS

O Programa de Avaliação Seriada – PAS – é a modalidade de acesso ao ensino superior que surgiu por iniciativa da Universidade de Brasília, abrindo para o estudante do Ensino Médio as portas da Universidade de forma gradual e progressiva. Tendo por objetivo a ampliação do processo de interação Universidade/Ensino Médio, incluindo a seleção dos candidatos a estudantes universitários na UnB, o PAS chega como uma forma de amenizar o impacto da passagem para o Ensino Superior. A dinâmica do PAS comporta três avaliações, realizadas ao término de cada uma das séries do Ensino Médio, que constituem um Subprograma (triênio) do PAS. Cada avaliação determina uma etapa do respectivo Subprograma.

Os conteúdos programáticos de cada uma das provas constam do Guia do Candidato do PAS. Eles foram propostos por comitês constituídos por professores de escolas públicas e particulares, e da própria UnB, e aprovados em fóruns abertos a todos os interessados. Isso significa, ao contrário do que acontece tradicionalmente, que o conhecimento a ser exigido foi definido por professores que conhecem a realidade das escolas e que buscaram selecionar o que é realmente importante de cada disciplina.

O PAS não enfatiza a memorização de fórmulas, regras e classificações. É fundamental que o aluno seja capaz de compreender, raciocinar e analisar questões realmente relevantes para a sua formação como cidadão consciente e capaz de opinar criticamente a respeito de problemas da atualidade e de modificar a sociedade em que vive.

Este será um ponto de incentivo aos alunos da 1ª e 2ª séries **do Ensino Médio Regular Diurno**.

RECURSOS EDUCACIONAIS

Descrição atual dos recursos físicos e humanos da escola.

- ESPAÇO FÍSICO
- RECURSOS EDUCACIONAIS
- RECURSOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS
- 01 Laboratório de Informática (PROINFO)
- 01 Oficina Digital (OI)
- 01 Biblioteca
- 01 Laboratório de Robótica
- 02 Galpões para EMTI – Cinema e Lutas Marciais - EMTI
- 01 Sala de Português e Projeto de Vida – EMTI
- 01 Sala de Matemática - EMTI
- 01 Sala de Coordenação Docente
- 01 Sala de Professores
- 25 salas de aula
- 02 salas de Recursos Generalista – Diurno
- 01 sala de Recursos Generalista Itinerante – Noturno
- 01 Sala de Recursos DA – Noturno
- 01 Sala de Apoio Pedagógico – SAA - Diurno
- 01 Sala de Música
- 01 Banda de Música
- 01 Cantina Escolar
- 01 Auditório
- 01 Secretaria Escolar

- 01 Quadra Esportiva Coberta
- 01 Quadra Esportiva Descoberta
- 01 Sala de Mecanografia
- 04 Conjuntos de Sanitários
- 01 Banheiro para pessoas com deficiência
- 01 Sala de Servidores de Limpeza e Conservação
- 02 Estacionamentos internos

RECURSOS HUMANOS

- 86 professores regentes efetivos
- 68 Professores substitutos
- 06 Coordenadores pedagógicos
- 04 Servidores de Vigilância Terceirizados
- 09 Merendeiras terceirizadas
- 12 Servidores de Limpeza Terceirizados
- 08 Servidores de Secretaria
- 03 Servidores de Portaria
- 04 Servidores de Serviços Gerais
- 08 Professores readaptados
- 03 Servidores readaptados

Direção

- 01 Diretor
- 01 Vice-Diretor
- 04 Supervisores 40h
- 02 Supervisores 20h
- 01 Chefe de Secretaria

CONSELHO ESCOLAR

Art. 24. Em cada instituição pública de ensino do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEDF. Parágrafo único. O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme a quantidade de estudantes da unidade escolar, de acordo com o Anexo Único desta Lei.

Art. 25. Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal: I – elaborar seu regimento interno; II – analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola; III – garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade escolar; IV – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos; V – atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, pais ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação; VI – estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la nos termos desta Lei; VII – estruturar o calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação

vigente; VIII – fiscalizar a gestão da unidade escolar; IX – promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos; X – analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar; XI – intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar; XII – propor mecanismos para a efetiva inclusão, no ensino regular, de alunos com deficiência; XIII – debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos. § 1º Em relação aos aspectos pedagógicos, serão observados os princípios e as disposições constitucionais, os pareceres e as resoluções dos órgãos normativos federal e distrital e a legislação do Sistema de Ensino do Distrito Federal. § 2º Quando se tratar de deliberação que exija responsabilidade civil ou criminal, os estudantes no exercício da função de conselheiro escolar serão representados, no caso dos menores de dezesesseis anos, ou assistidos, em se tratando de menores de dezoito anos e maiores de dezesesseis anos, por seus pais ou responsáveis, devendo comparecer às reuniões tanto os representados ou assistidos como os representantes ou assistentes.

Art. 26. Os membros do Conselho Escolar serão eleitos por todos os membros da comunidade escolar habilitados conforme o art. 3º, em voto direto, secreto e facultativo, uninominalmente, observado o disposto nesta Lei. § 1º As eleições para representantes dos segmentos da comunidade escolar para integrar o Conselho Escolar se realizarão ao final do primeiro bimestre letivo, sendo organizadas e coordenadas pelas comissões central e local referidas no art. 48. § 2º Poderão se candidatar à função de conselheiro escolar os membros da comunidade escolar relacionados no art. 3º, I a VII.

Art. 27. O Diretor da unidade escolar integrará o Conselho Escolar como membro nato. Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos no Conselho Escolar, o diretor será substituído pelo vice-diretor ou, não sendo isto possível, por outro membro da equipe gestora.

Art. 28. O mandato de conselheiro escolar será de três anos, permitida uma reeleição consecutiva.

Art. 29. O exercício do mandato de conselheiro escolar será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 30. O Conselho Escolar elegerá, dentre seus membros, presidente, vice-presidente e secretário, os quais cumprirão tarefas específicas definidas no regimento interno do colegiado, não podendo a escolha para nenhuma dessas funções recair sobre membros da equipe gestora da unidade escolar. Parágrafo único. Compete ao presidente do Conselho Escolar dirigir a Assembleia Geral Escolar.

Art. 31. O Conselho Escolar se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação: I – do presidente; II – do diretor da unidade escolar; III – da maioria de seus membros. § 1º Para instalação das reuniões do Conselho Escolar, será exigida a presença da maioria de seus membros. § 2º As reuniões do Conselho Escolar serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas. § 3º As reuniões do Conselho Escolar serão abertas, com direito a voz, mas não a voto, a todos os que trabalham, estudam ou têm filho matriculado na unidade escolar, a profissionais que prestam atendimento à escola, a membros da comunidade local, a movimentos populares organizados, a entidades sindicais e ao grêmio estudantil.

Art. 32. A vacância da função de conselheiro se dará por renúncia, aposentadoria, falecimento, desligamento da unidade de ensino, alteração na composição da equipe gestora ou destituição, sendo a função vacante assumida pelo candidato com votação imediatamente inferior à daquele eleito com menor votação no respectivo segmento. § 1º O não comparecimento injustificado de qualquer conselheiro a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas implicará vacância da função. § 2º Ocorrerá destituição de conselheiro por deliberação da Assembleia Geral Escolar, em decisão motivada, garantindo-se a ampla

defesa e o contraditório. § 3º As hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º não se aplicam aos conselheiros natos.

Art. 33. Caso a instituição escolar não conte com estudantes que preencham a condição de elegibilidade, as respectivas vagas no Conselho serão destinadas ao segmento dos pais e mães de alunos. Parágrafo único. A comunidade escolar das unidades que atendem estudantes com deficiência envidará todos os esforços para assegurar-lhes a participação, e de seus pais ou responsáveis, como candidatos ao Conselho Escolar.

Art. 34. Os profissionais de educação investidos em cargos de conselheiros escolares, em conformidade com as normas de remanejamento e distribuição de carga horária e ressalvados os casos de decisão judicial transitada em julgado ou após processo administrativo disciplinar na forma da legislação vigente, terão assegurada a sua permanência na unidade escolar pelo período correspondente ao exercício do mandato e um ano após seu término. Subseção VI Do Conselho de Classe

Art. 35. O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola. § 1º O Conselho de Classe será composto por: I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos; II – representante dos especialistas em educação; III – representante da carreira Assistência à Educação; IV – representante dos pais ou responsáveis; V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas; VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas. § 2º O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da unidade escolar ou de um terço dos membros desse colegiado. § 3º Cada unidade escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF. Subseção VII Dos Grêmios Estudantis

Art. 36. As instituições educacionais devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos estudantes e como espaço de participação estudantil na gestão escolar. Parágrafo único. A organização e o funcionamento do grêmio escolar serão estabelecidos em estatuto, a ser aprovado pelo segmento dos estudantes da respectiva unidade escolar.

APM - Associação de Pais e Mestres

Associação regularmente registrada, sem fins lucrativos, com estatuto próprio, é composta por membros de todos os segmentos da comunidade escolar e por um conselho fiscal, todos eleitos diretamente, em Assembleia Geral. Com contribuição voluntária da comunidade, estabelecida em assembleia, e a realização de atividades específicas ao longo do ano, proporciona recursos financeiros para a realização de atividades pedagógicas e administrativas fundamentais no cotidiano escolar e pela manutenção física (parcial) da estrutura escolar. Não é órgão deliberativo, mas é fundamental para organização escolar. Sua atuação não é só administrativa, contribui também para a solução de problemas pedagógicos específicos, junto a Direção e ao Conselho Escolar, onde tem participação garantida. Assim como o Conselho Escolar, a APM também contribui com os processos decisórios, subsidiando diretamente as decisões da Direção.



Centrão Solidário
@CED01Solidario

Missão

Nossa missão é promover a solidariedade entre as pessoas e ajudar ao próximo

m.me/CED01Solidario

<https://projetocontraosolidario.blogspot.com.br>

@centraosolidario

O centrão solidário foi criado com o intuito de ajudar a solidariedade. Juntos podemos fazer a diferença, junte-se a nós nessa luta !

Ações:

Dia das Crianças Solidário

Natal Solidário

Distribuição de cestas básicas

Promoções de arrecadação de recursos dentro e fora do ambiente escolar.

RETORNO ÀS AULAS (baseado nas orientações da SEEDF)

Observação:

-Casos específicos de comorbidades e outros impeditivos deverão ser comprovados por documentos pelos responsáveis dos(as) estudantes; a Equipe Gestora deverá dirimir sobre cada caso.

-Os responsáveis por esses alunos com comorbidades deverão comparecer, portando os documentos comprobatórios da comorbidade e, esses responsáveis deverão assinar um Termo de Responsabilidade pelo uso do material impresso ou atividades nos livros didáticos de seus filhos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta Proposta o Centro de Ensino Médio 01 de Planaltina busca a realização de várias ações amplamente discutidas no âmbito escolar a fim de melhorar o desempenho do rendimento escolar dos nossos alunos. Temos, ainda em vista, a necessidade da inclusão do indivíduo, a participação da família, a ação cidadã, as diferenças e necessidades individuais e coletivas, os valores, as crenças e a moral.

Reconhecemos dificuldades estruturais sociais que independem da gestão ou ainda independem da ação corajosa dos segmentos escolares. Porém enxergamos com clareza que vasto é o caminho para inovações, tentativas e mudanças, a começar na vontade de atingir metas maiores, sem medo de números ou índices, mas com a visão do aperfeiçoamento profissional, conceitual, buscando concretizar o objetivo maior: a educação.

No Brasil, os próprios professores e os alunos vêm manifestando em pesquisas de opinião recentes a intenção de que os recursos tecnológicos façam cada vez mais parte do cotidiano escolar. Contudo, é preciso reconhecer que o País ainda está longe desse cenário, dado que muitas escolas enfrentam o desafio da conectividade, há grande heterogeneidade no acesso a recursos tecnológicos entre classes sociais e muitos professores não possuem formação específica para lidar pedagogicamente com os recursos tecnológicos. Assim como muitas famílias também não possuem acesso a conectividade e muitas vezes o único acesso que a criança pode ter a tecnologia é dentro do ambiente escolar. Enfrentamos um problema de conectividade no Brasil como um todo com áreas que não são tem cobertura de sinal, escolas rurais ou até mesmo em área urbana.

Os desafios, sem dúvida, são grandes. Mas, diante de um possível novo impulso para a utilização de tecnologias na Educação, espera-se que essas questões possam, finalmente, receber a devida atenção do poder público educacional. Contudo, a crise do novo corona vírus terá efeitos perenes sobre a forma de aprender pois o devido ao isolamento social, novos hábitos e comportamentos estão sendo criados, tanto nas famílias, quanto nas instituições de ensino, que estão revendo uma série de processos, estruturas e metodologias. Aprendemos que lidar com a imprevisibilidade exige um trabalho em grupo muito mais alinhado e que, mesmo distantes, podemos unir esforços em prol de um bem maior. Um exemplo disso é a rede de educadores que se criou nesta unidade de ensino, e até mesmo de diferentes lugares, unidos no mundo digital para compartilhar atividades, experiências bem-sucedidas, tirar dúvidas e aprender uns com os outros.

Toda crise é uma oportunidade de aprendermos algo novo e a única certeza é que o mundo vai ser diferente depois da pandemia. As crises ensinam aos que estão abertos ao novo. Espera-se que, depois dessa pandemia a educação volte melhor e mais forte e que todos esses efeitos sejam irreversíveis.